

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
GRUPO DE PESQUISA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, LITERATURA E
GÊNERO

MARIA VALDENICE RESENDE SOARES

**CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE/PB (1949 – 1957):
educação redentora para ascensão e controle social**

NATAL - RN

JULHO/2016

MARIA VALDENICE RESENDE SOARES

**CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE/PB (1949 – 1957):
educação redentora para ascensão e controle social**

Tese apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Arisnete Câmara de Morais.

NATAL - RN

JULHO/2016

Catálogo da Publicação
Biblioteca Central Zila Mamede – Setor de Informação e Referência

Soares, Maria Valdenice Resende.

Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social / Maria Valdenice Resende Soares. – Natal, RN, 2016. 200 f. : il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Arisnete Câmara de Morais.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação

2. História da Educação - Tese. 2. Formação de Professoras - Tese. 3. Ensino Normal - Tese. I. Morais, Maria Arisnete Câmara de. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 37(091)

MARIA VALDENICE RESENDE SOARES

**CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE/PB (1949 – 1957):
educação redentora para ascensão e controle social**

Tese apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Arisnete Câmara de Moraes.

Aprovada em: 19/02/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Arisnete Câmara de Moraes (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia da Silva Nunes (Avaliadora externa)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^o Dr.^o José Mateus do Nascimento (Avaliador externo)
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof.^a Dr.^a Olívia Moraes de Medeiros Neta (Avaliadora interna)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^o Dr.^o Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes (Avaliador interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^o Dr.^o Severino Bezerra da Silva (Suplente)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a Crislane Barbosa de Azevedo (Suplente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A minha mãe e ao meu pai, estas pessoas especiais, que me ensinaram a lutar pelos meus ideais de forma resiliente e confiante.

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro de vida, Welton Sampaio dos Santos, pelo apoio e carinho.

À Maria Arisnete Câmara de Moraes, pela acolhida, socialização dos saberes e organização de nossa caminhada.

À Maria Inês Sucupira Stamatto e Maria Lúcia da Silva Nunes, pelas contribuições e disponibilidade em participarem do Seminário Doutoral I e II, respectivamente.

Aos professores Dr.º José Mateus do Nascimento, Dr.º Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes, Dr.º Severino Bezerra da Silva e as professoras Dr.ª Olivia Moraes de Medeiros Neta e Dr.ª Crislane Barbosa de Azevedo por terem se disponibilizado para a constituição da banca de defesa de tese (Seminário Doutoral II) e por suas contribuições para o resultado final do trabalho.

Às professoras Helena Rodrigues de Oliveira e Hercília Rodrigues Coelho, pelas fontes disponibilizadas para a pesquisa.

Ao Instituto Moderno, nas pessoas de Nilza Fernandes de Souza, Inês Lyra Fernandes e Márcio Fernandes de Carvalho, pela receptividade com as quais abriram as portas da instituição para nossa pesquisa.

Ao professor Lúcio Atahíde Cavalcanti, por ceder para consulta seu acervo de livros memorialísticos da cidade de Mamanguape.

À Mariana Marques Teixeira por ter cedido fontes e informações.

Ao Instituto de Educação da Paraíba, representado na pessoa de Vanda, principalmente pelo acolhimento.

À Fundação Casa José Américo e a Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC, com o arquivo Histórico Waldemar Duarte, pelas fontes custodiadas e disponíveis à investigação.

À Secretaria de Educação de Jacaraú –PB, por ter permitido o afastamento sem vencimento, sem o qual, dificultaria o caminho percorrido.

A Marilac de Castro, Ana Paula Bonnou, Ana Paula Mendes e Clévia Cunha Suyene de Carvalho, pelos variados momentos de partilha, próprios de quem se encontra em processo de escrita.

Aos encontros ocorridos na disciplina Pesquisa Gênero, Educação e Literatura I, II, III e IV, nas pessoas de Maria Luiza Medeiros, Jaciara, Nilcinho, Maria Clara, Berenice, Euclides,

Priscila Seabra, Ana Luiza, Rosângela, Karol, Francinaide, Amanda, Anderson, Débia, Ana Cláudia, Janaína, Sílvia e Nanael, com os quais, compartilhei ideias e sorrisos.

Aos familiares representados pelos meus genitores Maria Valdete Resende Soares e Severino Gusmão Soares e pelos meus irmãos: Josy Resende Formiga, Josinaldo e Marcos Antônio Resende Soares, os quais respeitaram minhas ausências e acreditaram no êxito final do trabalho.

Às minhas amigas Luciana da Silva Pimentel, Patrícia Fernanda Costa, Quézia Vila Flor Furtado, Helen Halline Lucena, Aline Paz, Conceição Miranda, Izandra Falcão, Verônica Pessoa, Rita Cavalcanti, Raíssa Coutinho, Camila Araújo e Gisélia Fernandes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da Bolsa de Estudos.

RESUMO

Curso Normal Regional de Mamanguape (1949-1957)- educação redentora para ascensão e controle social é um escrito histórico, que nasceu no seio de um Programa de Pós – graduação em Educação, responde ao seu objetivo de pesquisa: compreender as práticas escolares desenvolvidas ao longo da trajetória educacional desta instituição. O nosso recorte temporal se justifica pelo tempo de funcionamento deste curso, de seu nascimento, que ocorre na criação do Curso Normal Regional de Mamanguape (1º ciclo do ensino normal), pelo Decreto nº. 151, de 24 de março de 1949 até o seu término em 1957, pois, neste ano houve a conclusão da última turma do Curso Normal Regional no município. A preferência dos discentes pelo curso ginásial instalado no ano de 1952 no Instituto Moderno (abrigo de outras instituições, entre elas o Curso Normal Regional de Mamanguape e o Ginásio Mathias Freire) foi um dos fatores que levou o encerramento das atividades do curso de preparação de professoras para o ensino primário. Dialogamos com referenciais que compreendem as realidades vividas como construções sociais complexas, um exercício, que nos levou a busca de indícios para compor uma narrativa mais próxima possível do real, do vivido neste espaço educativo. A dimensão do real aqui exposto está ancorada na ideia difundida por Chartier (2009, 2013), o qual desloca a noção de verdade por representação. Revelam-nos modos de ser e fazer a partir de interações múltiplas de indivíduos que se interligam, segundo Elias (1970) numa configuração social por grupos interdependentes. Cada movimento pressupõe aliança, conflito, disputas duráveis ou não na instituição educativa e esta deve ser analisada, de acordo com Magalhães (2004), por meio do estudo de uma polifonia em ação, onde duas ou mais vozes se desenvolvem preservando a mesma textura sonora, neste caso, a mesma intenção: a formação de professoras para o ensino primário. Utilizamos fontes (não) oficiais (leis, ofícios, relatórios, jornal, livros memorialísticos e caderno de estudo) e oral e iconográfica cedidas por duas ex-alunas do curso. Identificamos nas leituras feitas a partir das fontes, duas categorias de análise: *gênero* e *cultura escolar*. Desta feita, concluímos que a criação e instalação do Curso Normal Regional de Mamanguape, em 1949, foi um processo inicial de um movimento de renascimento econômico e cultural do município, desenvolvido por um grupo da elite social mamanguapense, destacando o caráter redentor da educação, visto como um meio de ascensão e controle social. Bem como, a formação de professoras primárias, imbuídas da função social da mulher como esposa, mãe e professora responsável pelo bem estar da criança e do adulto, alegria da casa e segurança de uma pátria forte.

Palavras – chave: História da Educação. Formação de Professoras. Ensino Normal

ABSTRACT

Regional normal course of Mamanguape (1949-1957) - redemptive education to rise and social control is a historical writing, that born within a Post - Graduate Education, responds to your research objective: to understand the school practices developed throughout the educational trajectory of this institution. Our time record is justified by the running time of this course, of his birth, which occurs in the creation of Regional Normal Course of Mamanguape (1 of normal education cycle), by Decree no. 151 of 24 March 1949 until its end in 1957, because this year was the completion of the last class of the Regional Normal Course in the municipality. The preference of students for junior high school installed in 1952 at the Modern Institute (under other institutions, including the Regional Normal Course of Mamanguape and Gymnasium Mathias Freire) was one of the factors that prompted the closure of preparation course activities teachers for primary education. Dialogued with references which understand the realities experienced as complex social constructions, an exercise which led us to search for clues to compose one narrative closest as possible to the real, the lived in this educational area. The dimension of actual exposed here is anchored in the idea spread by Chartier (2009, 2013), which shifts the notion of truth by representation. They show us ways of being and doing from multiple interactions of individuals who are interconnected, according to Elias (1970) in a social configuration for interdependent groups. Every movement presupposes alliance, conflict, durable disputes or not in the educational institution and it should be analyzed, according to Magalhães (2004), through the study of polyphony in action, where two or more voices develop preserving the same sound texture in this case, the same intention: the training of teachers for primary education. Use documents (not) official (laws, crafts, reports, newspaper, books and memoirs study book) and oral and iconographic source courtesy of two former students of the course. We identified in the readings taken from the sources, two analytical categories: gender and school culture. On this occasion, we conclude that the creation and installation of the Regional Normal Course of Mamanguape, in 1949, was an early process of economic and cultural revival movement of the city, developed by a group of mamanguapense social elite, emphasizing the redemptive character of education, It is seen as a means of ascent and social control. As well as the training of primary teachers, imbued with the social role of woman as wife, mother and teacher responsible for the welfare of the child and adult, joy of the house and security of a strong country.

Key-words: History of Education. Teacher training. normal education

RÉSUMÉ

Cours régional ordinaire de Mamanguape (1949-1957) - l'éducation rédemptrice à la hausse et le contrôle social est une écriture historique, né Que Dans le Post - Graduate Education , répond à votre objectif de recherche : comprendre les pratiques scolaires développées tout au long du parcours éducatif de cette institution . Notre délai est justifié par le temps d'exécution de ce cours de sa naissance , qui se produit dans la création de cours normal régional Mamanguape (1 cycle de l'enseignement normal) , par le décret n . 151 du 24 Mars 1949 jusqu'à sa fin en 1957, parce que cette année a été l'achèvement de la dernière classe du cours régional normal dans la municipalité. La préférence des étudiants pour l'école secondaire installée en 1952 à l'Institut moderne (en vertu d'autres institutions , y compris le régional Mamanguape cours normal et Gym Mathias Freire) a été l'un des facteurs qui a provoqué la fermeture des activités de cours de préparation les enseignants pour l'enseignement primaire . Dialoguait avec référence pour comprendre les réalités vécues comme des constructions sociales complexes , un exercice qui nous a conduit à la recherche d'indices pour composer un récit proche que possible du réel, le vécu dans ce domaine éducatif . La taille de la réelle exposée ici est ancrée dans l'idée répandue par Chartier (2009 , 2013) , qui déplace la notion de vérité par la représentation . Ils nous montrent des manières d'être et de faire de multiples interactions des individus qui sont reliés entre eux , selon Elias (1970) dans un contexte social pour les groupes interdépendants . Chaque mouvement suppose alliance , les conflits , les conflits durables ou non dans l'établissement d'enseignement et il doit être analysé , selon Magalhães (2004) , à travers l'étude de la polyphonie dans l'action, où deux ou plusieurs voix se développent en conservant la même texture sonore dans ce cas, la même intention : la formation des enseignants pour l'enseignement primaire . Nous utilisons des sources (non) officielles (lois, artisanat , rapports, journaux, livres et mémoires livre d'étude) et attribués deux anciens élèves orales et iconographiques du cours. Nous avons identifié dans les lectures prises à partir des sources , deux catégories d'analyse : le sexe et la culture de l'école. Cette fois , nous concluons que la création et l'installation du cours normal régional Mamanguape , en 1949 , était un processus précoce de mouvement de renouveau économique et culturel de la ville , mis au point par un groupe d' élite sociale mamanguapense , en soulignant le caractère rédempteur de l'éducation , Il est considéré comme un moyen d'ascension et de contrôle social . En plus de la formation des enseignants du primaire , imprégné du rôle social de la femme comme épouse, mère et professeur responsable du bien-être de l' enfant et l'adulte , la joie de la maison et de la sécurité d'un pays fort .

Mots - clés: Histoire de l'éducation . La formation des enseignants . enseignement normal

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Estado Paraibano e da mesorregião do Litoral Norte	78
FIGURA 02 - Irmãos Fernandes de Lima, s/d	79
FIGURA 03 - Jornal A União divulga comemoração do centenário de Mamanguape -1955..	81
FIGURA 04 - Coroação de mulher mais velha de Mamanguape -1955	81
FIGURA 05 - Elizabeth Fernandes declamando poema.-1955	83
FIGURA 06 - Comemoração do centenário da cidade à frente do Instituto Moderno -1955 ..	84
FIGURA 07 - Moacir Nóbrega Montenegro	95
FIGURA 08 - Placa de homenagem Jus – Meritum concedida a José Pedro Nicodemos -1974	103
FIGURA 09 - Primeiro prédio onde funcionou o Curso Normal Regional de Mamanguape	108
FIGURA 10 - Parte frontal do Instituto Moderno em 1950	109
FIGURA 11 - Primeira turma de Técnico em Contabilidade Carlos Dias Fernandes – 1960	112
FIGURA 12 - Parte frontal do Instituto Moderno – 2015	113
FIGURA 13 - Vista aérea do Instituto Moderno – 2015	116
FIGURA 14 - 1º turma do Curso Normal Regional de Mamanguape - 1950	113
FIGURA 15 - Boletim mensal do Curso Normal Regional de Mamanguape	123
FIGURA 16 - Professor (a) José Pedro Nicodemos e Rosinha Arcoverde Nicodemos	125
FIGURA 17 - Professora Hercília Rodrigues Coelho - 2015	127
FIGURA 18 - Excursão a hidrelétrica da Usina Paulo Afonso 19-11-1952	129
FIGURA 19- Concluinte Hercília Rodrigues Coelho – 1952.....	130
FIGURA 20 - Hercília Rodrigues Coelho Festa da formatura – 1952	132
FIGURA 21 - Maria Araújo Festa de formatura – 1952	132
FIGURA 22- Professor Adailton Coelho Costa	133
FIGURA 23- Helena R. de Oliveira e primeira turma do Grupo Escolar Castro Pinto	135
FIGURA 24 - Concluinte Helena Rodrigues de Oliveira – 1954.....	137
FIGURA 25 - Turma do 1º ano do Curso Normal – 1956	140
FIGURA 26 - Alunas do Curso Normal Regional de Mamanguape à frente da fachada principal do Instituto Moderno	143
FIGURA 27 - Geralda C. de Albuquerque	145
FIGURA 28 - Nilda Gomes Soares	145
FIGURA 29 - Hercília R. Coelho	146
FIGURA 30 – Carlita	146
FIGURA 31 - Maria José Ramos Lins	147
FIGURA 32 - Alunas na escadaria	147
FIGURA 33 - Lenilda e Zilma	148
FIGURA 34 - Inês Maria Ponciano	148
FIGURA 35 - Alaíde Torres	149
FIGURA 36 - Alunas em desfile cívico - s/d -1950.....	150
FIGURA 37 – Contra - capa do Caderno de estudos do 4º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape da aluna Helena Rodrigues de Oliveira - 1953	154
FIGURA 38 - Deusa da Música	157
FIGURA 39 - Deusa do Amor.....	157
FIGURA 40 - Capa da disciplina Higiene e Puericultura	167



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Professoras do Grupo Escolar Castro Pinto – Jacaraú – PB -1980.....	21
QUADRO 2 - Produção acadêmica sobre Curso Normal Regional no Brasil	25
QUADRO 3 - Instituições do Ensino Normal na Paraíba – Década de 1950	97
QUADRO 4 - Nomenclaturas para o curso Normal Regional – 1949 – 1957	115
QUADRO 5 - Fiscais do governo – (Década de 1950)	120
QUADRO 6 - 1º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1949 - 1952	156
QUADRO 7 - 2º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1950 - 1952	158
QUADRO 8 - 3º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1951 – 1952.....	159
QUADRO 9 - 4º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1952.....	160
QUADRO 10 - 2º ano normal do Curso Normal Regional de Mamanguape - 1953	163
QUADRO 11 - 3º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1953 a 1954.....	164
QUADRO 12 - 4º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1953 a 1956.....	165
QUADRO 13 - 5º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1954 a 1957.....	166
QUADRO 14 – Pontos de estudos da disciplina Higiene e Puericultura	170
QUADRO 15 – Pontos de estudos da disciplina Higiene e Puericultura	172

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Vestibular na capital paraibana – 1954.....	65
TABELA 02 - Docentes que atuaram em Mamanguape 1850-1924.....	72
TABELA 03 - Atividades econômicas principais /Paraíba/1940	76
TABELA 04 - População Mamanguape/1940.....	77
TABELA 05 - Instrução da população cinco anos para cima /1940	85
TABELA 06 - Livros do acervo José Pedro Nicodemos – 1932 – 1954.....	91
TABELA 07 - Taxas pagas no Curso Normal Regional de Mamanguape - 1950	118
TABELA 08 - Disciplina e quantidade de discentes que fizeram Exames de 2º época	123
TABELA 09 - Matrículas iniciais e finais do Curso Normal Regional de Mamanguape entre os anos de 1949 a 1957	138



LISTA DE SIGLAS

IEP - Instituto de Educação da Paraíba

INEP- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

HISTEDBR – GT/PB – Grupo de Estudos e Pesquisas “Historia, Sociedade e Educação no Brasil

– Grupo da trabalho da Paraíba

PB – Paraíba

PPGE – Programa de Pós graduação em Educação

PPGED - Programa de Pós graduação em Educação

RN – Rio Grande do Norte

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

SIREPA- Sistema de Rádio Educativo da Paraíba

TRE-PB - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 UMA HISTÓRIA PARA NARRAR	16
1.1 Nas trilhas que antecedem esta escrita	17
1.2 O diálogo com a História Cultural	27
1.3 A busca de fontes nos arquivos	41
2 MOVIMENTOS DO ENSINO NORMAL NA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1950	47
2.1 A estruturação do ensino normal na Paraíba da década de 1950.....	48
2.2 A educação e o cenário político em Mamanguape	68
3 AS NORMALISTAS E A CIDADE INDÍCIOS DE MODERNIDADE PARA MAMANGUAPE	88
3.1 Instituto Moderno: abrigo de instituições de ensino	89
3.2 Curso Normal Regional de Mamanguape – novos tempos para a cidade	115
3.2.1 Para Lilita com carinho: Memórias fotográficas da turma pioneira -1952.....	144
4 FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E FUNÇÃO SOCIAL DO SEXO FEMININO: MULHERES, ESPOSAS E MÃES INSTRUÍDAS	152
4.1 Organização curricular do Curso Normal Regional de Mamanguape (1949-1957).....	153
4.2 Caderno de estudo de Helena Rodrigues de Oliveira: as bases científicas da mulher instruída	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICES	190



Comunidade escolar do Curso Normal Regional de Mamanguape em dia de desfile cívico- 19

1 UMA HISTÓRIA PARA NARRAR

1.1 Nas trilhas que antecedem esta escrita

Curso Normal Regional de Mamanguape (1949-1957)- educação redentora para ascensão e controle social, é um escrito histórico, que nascido no seio de um Programa de Pós – graduação em Educação, responde ao seu objetivo de pesquisa: compreender as práticas escolares desenvolvidas ao longo da trajetória educacional desta instituição. A produção historiográfica em torno das instituições de ensino que se debruçam sobre a formação docente, em especial, no século XIX e início do século XX, nos aponta que “a consolidação das escolas normais no Brasil resultou de um longo, difícil e oscilante processo que só veio a atingir seu ponto de maturação nos anos de 50 e 60 do século XX.” (SAVIANI, 2008, p. 04).

Na década anterior, sob a organização do Estado Novo, foi elaborada e aprovada a Lei n. 8.530, de 02/01/1946, que corresponde à Lei Orgânica do Ensino Normal, a qual se apresenta como um dos fatores estruturantes dessa maturação, tendo em vista que deu uma organização nacional à formação de professores primários e a sua articulação com as demais modalidades educacionais. “O resultado foi uma lei minuciosa, que se pretendia regular os aspectos cotidianos do ensino [...]” (VICENTINI, 2009, p.42). Essa lei orquestrava as horas semanais de aula, o currículo que deveria ser adotado e a forma que deveria proceder às instituições sobre os aspectos avaliativos, restando aos estados organizarem sua própria legislação baseada na lei nacional, dando caráter diferenciado apenas às demandas curriculares que respeitassem às peculiaridades regionais.

Sendo assim, iniciou-se na Paraíba na década de 1950 uma significativa discussão político e institucional em torno da preparação das futuras professoras que se dedicariam ao magistério, a exemplo, da discussão e aprovação da Lei nº 850, de 06 de dezembro de 1952, que da organização do ensino normal do Estado da Paraíba. Guiados sobre essa legislação estavam funcionando na Paraíba, no ano de 1956, treze (13) Cursos Normais Regionais, entre elas o Curso Normal Regional de Mamanguape, dez (10) Escolas Normais e um (01) Instituto de Educação. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1954). O Curso Normal Regional de Mamanguape foi fundado no ano de 1949, ou seja, estava pautado sobre a legislação nacional, a Lei n. 8.530, de 02/01/1946 e a partir de 1952 passa a ser regido sob a legislação estadual. Desta forma, é no encontro entre as prerrogativas oficiais e os desdobramentos destes no fazer administrativo pedagógico da escola que esta pesquisa se situa,

e ao cumprirmos a tarefa que por ora nos colocamos, narrar a história do Curso Normal Regional de Mamanguape, possibilitamos a reflexão acerca de como a mesma se constituiu, revelando aspectos das práticas desenvolvidas na formação destas professoras entre os anos de 1949 a 1957. Essa configuração vem imbuída de características ao mesmo tempo singulares e plurais, conscientes das tensões próprias às vivências de grupos. “Nele, o sujeito se produz e, ao mesmo tempo, é por ele produzido. Nele, também, se dá pluralidade, a complexidade e a irreduzibilidade da realidade concreta.” (GONÇALVES, 2006, p.17)

Neste sentido, o embate entre as proposições oficiais e as ações dos sujeitos que configuravam o cenário educacional desta instituição, é o que nos interessa; o que resulta nas apropriações do projeto educacional elaborado via o sistema de ensino, em vigor, por diretores, docentes e discentes e outros componentes da comunidade escolar que se envolvem com o nosso objeto de pesquisa: as práticas escolares desenvolvidas no Curso Normal Regional de Mamanguape entre os anos de 1949 a 1957.

O nosso recorte temporal se justifica pela escolha de narrar a história deste curso desde seu nascimento, que ocorre na criação do Curso Normal Regional de Mamanguape (1º ciclo do ensino normal), pelo Decreto nº. 151, de 24 de março de 1949 até o seu término em 1957. Neste ano houve a conclusão da última turma do Ensino Normal Regional no município. A preferência dos discentes pelo curso ginásial instalado no ano de 1952 no Instituto Moderno (abrigo de outras instituições, entre elas o Curso Normal Regional de Mamanguape e o Ginásio Mathias Freire) foi um dos fatores que levou o encerramento das atividades do curso de preparação de professoras para o ensino primário. Em 1968, onze anos depois do encerramento das atividades do Curso Normal Regional de Mamanguape foi encaminhado para o Conselho Estadual de Educação da Paraíba um pedido de reconhecimento e de equiparação do Curso Normal Regional de Mamanguape (1º ciclo do ensino normal) à Escola Normal (2º ciclo do ensino normal), este foi atendido no ano seguinte, anunciado em Diário Oficial do Estado da Paraíba em 26 de outubro de 1969, o qual declara que através da Resolução 33/69 o Conselho Estadual de Educação da Paraíba, reconhece a equiparação deste curso à Escola Normal (segundo ciclo do ensino normal), que passou a funcionar em 1970.

Compreendemos que a chegada a este objeto de estudo veio por meio de diferentes espaços, tempos e atores que se fizeram constituintes desta escrita através de nossa trajetória de vida, pois, “Confirma-se mais uma vez, a sentença de que pesquisa e história de vida não se separam.” (MORAIS, 2011, p.149). Capturar na memória os traços e trilhas de nossas práticas

de leituras, as quais nos guiaram para a produção desta tese, possibilita uma conexão entre inquietações presentes às construções passadas. Começaremos pelas nossas trilhas acadêmicas iniciadas na graduação em Pedagogia - UFPB e na escolha inicial da área de aprofundamento da mesma: Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos. Tanto na primeira, como na segunda área de aprofundamento, a saber: Orientação e Supervisão Escolar, sentimos o desejo de nos aproximarmos dos estudos sobre Gênero, resultando em dois textos monográficos intitulados: *A identidade masculina em questão: um novo homem?* (2006) e *As concepções de Gênero no olhar do (a) pedagogo (a) escolar* (2007), ambas sob a orientação da professora Maria Zuleide da Costa Pereira.

Nessas duas escritas, foram de fundamental importância as leituras de Scott (1990) em torno das questões de Gênero, Louro (1991) discutindo o Gênero e a educação e Bourdieu (1999) apresentando os conceitos de *Habitus*. Estávamos no início do século XXI, percorríamos os corredores da Universidade Federal da Paraíba no Centro de Educação em João Pessoa, estudávamos o curso de Pedagogia. Foi nestes mesmos corredores que em 2009 começamos a estudar, como aluna especial, no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, a disciplina Tópicos em História da Educação: história oral e memória, biografia e autobiografia, ministrada pela professora Maria Lúcia da Silva Nunes e o professor Charliton José dos Santos Machado.

Neste espaço de discussão aproximamo-nos dos estudos sobre Historiografia, História da Educação e a Nova História Cultural identificando as transformações ocorridas na história da educação, no tocante ao alargamento da utilização de fontes, como o uso da documentação oral e da memória, aproximando-se de estudos (auto) biográficos. A oportunidade de aprofundar as leituras, nesta disciplina, sobre os estudos da memória, veio por meio dos textos de Bosi (1983) e Le Goff (1996) com os quais nos envolvemos na dinâmica da construção de reminiscências individuais e coletivas como função social. Já que a memória do grupo depende das lembranças individuais; que se sustentam, adquirem coerência e coesão pelo que tem de substância social. Nesta perspectiva, os estudos da História Oral, contemplados nas obras de Thompson (1992) e Meihy (2007) nos apresentaram os esforços em catalogar como fontes as memórias orais. Tais leituras nos motivaram sobremaneira a estudar a história da educação paraibana, destacando a participação feminina neste cenário; isto se deu porque, ao mesmo tempo em que participávamos das aulas como aluna especial, fomos tomando conhecimento das pesquisas dos professores que ministravam esta disciplina, conforme já citados. São eles:

Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações, sob coordenação de Charliton José dos Santos Machado e colaboração de Maria Lúcia da Silva Nunes, também coordenadora do Projeto *Nomes de Escola: lugar de (não) memória de mulheres?* Estes ligados ao Grupo de Estudos e Pesquisas “Historias, Sociedade e Educação no Brasil – Grupo de trabalho da Paraíba (HISTEDBR – GT/PB).

O resultado oriundo desse trabalho de pesquisa foi nos desvelando memórias, práticas e escritas de mulheres educadoras e, em decorrência delas, fragmentos históricos da educação paraibana. Analice Caldas, Teresa Aquino e Maria Bronzeado Machado são apenas algumas das mulheres estudadas. Nesse ínterim, fomos convocadas a assumir o concurso público, em Jacaraú-PB, como supervisora escolar. A escola à qual, fomos designadas chama-se Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Neuza Medeiros Alves, inaugurada no mesmo ano de nossa convocação, em 2009. Nosso envolvimento com as discussões do grupo de pesquisa e da disciplina foram nos levando ao questionamento sobre a escolha do nome da escola a qual fomos nomeadas.

Segundo Nunes (2009, p.02) “Em um levantamento preliminar, identificou-se que só na rede municipal de ensino da capital, de um total de 127 escolas da educação infantil e do ensino fundamental, 37 recebem nome de mulheres”. Diante de uma realidade escassa no domínio histórico da aparição de mulheres em espaços públicos, 25% de escolas paraibanas que levam o nome de mulheres, constitui-se, para a pesquisa, um espaço de análise importante. Ou seja, quem são essas mulheres, por que foram escolhidas para dar nome a essas escolas? Neste sentido, no final de 2009 submetemos à seleção do PPGE/UFPB um projeto de mestrado, propondo analisar as memórias das práticas da professora Neuza Medeiros Alves, imbuídas do desejo de compreender em sua trajetória pessoal e profissional como conseguiu inscrever-se no âmbito das professoras que deram uma contribuição significativa à educação do município de Jacaraú. A aprovação do projeto resultou na dissertação *A vida profissional da professora Neuza Medeiros Alves (1931-1997) no município de Jacaraú-PB: Educação, moral e ordem social*, defendida em 2012.

Sendo assim, ao nos debruçarmos sobre a vida profissional da Professora Neuza Medeiros Alves, desencadeamos uma teia de conhecimentos acerca da realidade na qual ela viveu. Observamos que a professora, assim como muitas outras de sua época, começou a lecionar na zona rural e sem escolarização adequada, pois foi ao longo de sua atuação enquanto professora e diretora escolar fazendo sua formação pedagógica. Fez o curso de Regentes de

Ensino Primário, no ano de 1971 e o Logos II com término no ano de 1980, assim como outros cursos de capacitação.

Sabemos que o magistério sem formação adequada foi uma solução encontrada pelos governantes dessa época, já que, após a Segunda Guerra Mundial, com o início da chamada segunda república no Brasil, o fenômeno do populismo resultou em um otimismo econômico e pedagógico que demandou um crescimento da rede escolar. Entretanto, paralelo a essa demanda, ainda encontrava-se latente um alto índice de profissionais não habilitados para trabalhar em sala de aula.

O quadro de professoras leigas, exposto no Quadro 01, atuantes no cenário educacional no município de Jacaraú- PB no contexto da pesquisa do mestrado, apresenta apenas uma professora que se sobressai a essa realidade, sendo Helena Rodrigues de Oliveira.

QUADRO 01- Professoras do Grupo Escolar Castro Pinto – Jacaraú – PB -1980

NOME	ESCOLARIDADE
Margarida Dias da Silva	Primário Antigo
Helena Rodrigues de Oliveira	Normal Regional
Maria do Céu da Silva	Primário Antigo
Antonia de Oliveira Fernandes	1º grau completo
Maria Bezerra da Silva	Primário Antigo
Angelita Emília de O. Soares	1º grau completo
Maria Dulce Alves da Silva	Primário Antigo
Telma Maria Fernandes	1º grau completo
Maria Alice Machado	1º grau

Fonte: Arquivo da E.E.E.F. Castro Pinto/Jacaraú/PB, 2015

Esta professora é a única a ter o Normal Regional. Isto nos chamou a atenção e, em pesquisa para o mestrado, fizemos entrevistas com a mesma, que delineou caminhos de sua formação normalista, na cidade de Mamanguape, no início da década de 1950. Mesmo não sendo nosso objeto de estudo naquele momento, sentimos o desejo de nos aproximarmos desse espaço de formação de professoras primárias no interior paraibano. O termo “Normal Regional”, expresso nesta tabela nos chamou atenção por ser único e também novo ao nosso conhecimento, à época. Onde e como tinha funcionado este curso eram nossas inquietações iniciais. Entretanto, aquele não era o momento para um aprofundamento no estudo, mas o nosso desejo ficou latente, restando apenas uma promessa pessoal de retorno a este assunto.

Com o término da dissertação, sentimos a necessidade de aprofundar a compreensão acerca da formação de professoras primárias na Paraíba, em especial nos Cursos Normais

Regionais. Começamos nossa investigação e a primeira leitura feita sobre o tema foi a tese *Escola Normal na Paraíba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*, de Araújo (2010). Esta tese nos possibilitou um maior conhecimento sobre os avanços e os recuos na implantação da Escola Normal no estado, a gênese desta proposta educacional, programas de ensino e legislações sobre a mesma.

Continuando nossa caminhada nas leituras sobre a Escola Normal, e em especial, na experiência paraibana, Kulesza (2000 e 2011) vem desenvolvendo pesquisas sobre o currículo proposto para a instituição, chamando a atenção para o viés religioso, o que o autor denomina de Pedagogia Católica, como ponto característico da experiência na Paraíba, privilegiando as análises dos manuais ou os livros escolares utilizados nas disciplinas da Escola Normal.

A leitura da dissertação *Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha/PB (1939-1959)* de Sousa (2012) contribuiu para apreendermos sobre a significação da implantação de uma instituição deste porte na comunidade local, ou seja, no interior paraibano no final da década de 1930, bem como se organizou os anos vindouros de sua prática educativa. A autora aponta sobre o entendimento de que a referida instituição educativa, alçou um avanço na área educacional, no sentido de subsidiar a profissionalização feminina para o magistério primário. Sendo esta formação voltada para a melhoria moral e social dos cidadãos, com influências do pressuposto católico.

Essas leituras, mesmo sendo importantes para a nossa caminhada, não foram suficientes para clarear sobre o Curso Normal Regional. Tanto no que se refere ao surgimento e delineamento do curso, como no que se reporta a nomenclatura do mesmo. Não tínhamos nos deparado ainda com leituras que ajudassem a compreender qual a diferenciação entre a Escola Normal e o Curso Normal Regional, sendo o último nosso maior interesse de pesquisa.

Com o intuito de ampliarmos nosso conhecimento sobre a temática, fizemos nossa matrícula, como aluna especial, na disciplina Ateliê de Pesquisa Gênero, Educação e Literatura I, com a professora Maria Arisnete Câmara de Moraes, no Programa de Pós Graduação em Educação- PPGED da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, no ano de 2012. A procura por esta disciplina não aconteceu de forma aleatória, já que sabíamos que esta professora vinha desenvolvendo pesquisas no âmbito de práticas socioeducativas femininas da sociedade letrada norte-rio-grandense, na segunda metade do século XIX e do século XX. Essas práticas também estavam associadas aos espaços de formação de professoras, entre elas a Escola Normal. Com o apoio dos estudos realizados nesta disciplina, escrevemos um projeto

de doutorado, tendo como objeto de análise o Curso Normal Regional de Mamanguape/PB. Com a aprovação no referido programa de Pós Graduação e sob a orientação da professora Maria Arisnete de Câmara Morais, começamos o nosso trabalho. A tarefa de alinhar o nosso objeto de estudo, as práticas escolares desenvolvidas no Curso Normal Regional de Mamanguape entre os anos de 1949 a 1957, foi um exercício contínuo no processo desta pesquisa com a orientadora, bem como com os colegas do grupo de pesquisa História da Educação, Literatura e Gênero durante as aulas e os seminários. Desta forma, no espaço dessas aulas, encontramos, a Tese *O Curso Normal de 1º Ciclo em Assú/RN (1951-1971)* de Silva (2010), que nos ajudou a compreender o universo da nomenclatura Curso Normal Regional, conforme nosso interesse. Isso acontece porque o recorte temporal desta tese coincide com o de nossa pesquisa.

A diferenciação entre Escola Normal e Curso Normal Regional se dá a partir do Decreto de Lei Federal n. 8.530/1946 e a Lei Orgânica do Ensino Normal. No primeiro caso concedia o diploma de Professor (a) Primário (a) e no segundo o Regente de Ensino. O que difere entre eles é o grau de ensino que cada um representa. Enquanto que o Curso Normal Regional atendia aos egressos do ensino elementar (quatro anos iniciais) que desejavam habilitar-se para o magistério primário, o Curso Normal Secundário era uma modalidade de Ensino Secundário - hoje Ensino Médio - que formava docentes para o magistério das quatro séries iniciais - hoje Ensino Fundamental- em três anos de estudos.

As mudanças nos percursos de formação de professores previstas pela Lei Orgânica estabeleceram como caminhos possíveis no sistema escolar os seguinte: após o Primário regular, o candidato à docência poderia fazer o primeiro ciclo do Ensino Normal (de 4 anos) e tornar-se professor regente. Se decidisse voltar a estudar antes dos 25 anos (idade limite para matrícula no Ensino Normal), poderia matricular-se na Escola Normal Secundária e obter o diploma de professor do Ensino Primário [...] Após, 3 anos de exercício profissional, os professores oriundos da Escola Normal Secundária poderiam fazer cursos de especialização no Instituto de Educação para tornarem-se diretores ¹ de Grupo Escolar, inspetores e orientadores escolares. (VINCENTINI, 2009, ps. 44/45).

¹ Na prática nem sempre se tornava diretor (a) escolar aquele que obtivesse a titulação de especialista. Como ocorreu com a professora Helena Rodrigues de Oliveira que assumiu a direção do Grupo Escolar Castro Pinto, no ano de 1955, logo após a conclusão do Curso Normal Regional de Mamanguape.

Se fosse interesse do professor ter formação no ensino superior, sua habilitação no Ensino Normal só dava garantia ao acesso aos cursos da Faculdade de Filosofia, em especial o de Pedagogia, criado em 1939. Esbarramo-nos assim, em uma proposta dual de ensino, acentuando uma divisão social, uns estavam para continuar seus estudos em cursos superiores e assumirem os cargos de poder (diretoria, inspetoria e orientação educacional) e aqueles que deveriam optar por uma formação aligeirada para o mercado de trabalho, salvo pelas circunstâncias políticas partidárias que garantiam essa mesma ascensão.

Para além das possibilidades que se abriam aos discentes que optassem seguir os caminhos divergentes do Ensino Normal, estava no bojo dessa dicotomia, Ensino Normal e Curso Normal Regional, a ampliação dos espaços de formação de professores primários, ou seja, a interiorização desta formação pelos estados do país, já que as Escolas Normais estavam planejadas nas capitais e nas cidades de porte maior dos estados brasileiros, não garantindo acesso à formação de professores. Entretanto, o limite de 25 anos de idade imposto pela lei, não permitiu que um grande número de professores leigos obtivesse sua formação pedagógica em exercício.

As pesquisas em torno da formação docente no ensino normal no Brasil, nos limites de nossa pesquisa, revelam que o interesse maior está relacionado aos movimentos de criação e consolidação das Escolas Normais nos estados, bem como das reformas educacionais ocorridas com as manifestações da Escola Nova espalhadas pelo país. Existe um significativo material de pesquisa sobre estes movimentos com o recorte temporal final na década de 1930, chegando no máximo a análise do Decreto de Lei Federal n. 8.530/1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal. Farias Filho (2008), Araújo (2010), Miguel (2011) e Kulesza (2011), são algumas das referências que citamos para dar indícios dessa constatação. Entretanto, observamos que no que se refere ao objeto de pesquisa, o Curso Normal Regional, pouco se tem de análise sobre esta modalidade de ensino, conforme vê-se no Quadro 02.

QUADRO 02 - Produção acadêmica sobre Curso Normal Regional no Brasil

TÍTULO	GÊNERO	AUTORES
O Curso Normal Regional de Pau dos Ferros (RN): a inauguração da formação docente no alto oeste potiguar (1951 – 1961)	Artigo	AQUINO, Luciene Chaves de. NETA, Olívia Morais de Medeiros, VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Cuiabá –MT, 2013.
Escola Normal Regional de Cruzeiro do Sul: modelo católico de formação docente	Artigo	BEZERRA, Maria Irinilda da Silva. VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos, VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Cuiabá –MT, 2013.
A Escola Normal Regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná	Dissertação	HERVATINI, Luciana, UEM, Maringá - PR, 2011.
O Curso Normal de 1º ciclo em Assu/RN	Tese	SILVA, Maria da Conceição Farias da. UFRN, Natal-RN, 2010
Civilidade e formação de professoras: um mosaico do ensino Normal Regional do Instituto Sagrado Coração de Jesus	Dissertação	GRAÇA, Rogerio Freire, UNIT, Aracaju –SE, 2012.
A Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério De Sousa E A Formação de professores para o meio Rural Mineiro: 1950-1960.	Artigo	PINTO, Helder de Moraes, MAFRA, Leila de Alvarenga. PUC/MG, s/d
O Corpo, a Educação Física e o Curso Normal Regional: memórias do Instituto Estadual Ponche Verde – Pirtatini / RS	Dissertação	PASSOS, Ângela Alves dos. UFPel, Pelotas- RS, 2010.

Fonte: CAPES (2015), SBHE (2016) e Revista HISTEDBR on line. (2015).

Os trabalhos encontrados que se voltam a estudar Cursos Normais Regionais estão divididos entre os estados do Rio Grande do Norte (02), Acre (01), Paraná (01), Sergipe (01), Minas Gerais (01) e o Rio Grande do Sul (01). Destes, três são artigos, três dissertações e uma tese foram publicados entre os anos de 2010 a 2013. Três deles chamam atenção para o caráter religioso desta formação, um aborda a disciplina de Educação Física na instituição e os demais refletem sobre as tendências ideológicas nacional-desenvolvimentista e os movimentos da Escola Nova na formação de professores primários.

A nosso ver, a tabela 02 representa uma produção acadêmica incipiente de estudos sobre o Curso Normal Regional no Brasil, e em se tratando da Paraíba, não identificamos trabalhos que apresente a temática em seus títulos e/ou nos resumos, embora, possam ter artigos,

dissertações e teses que se aproximem da discussão. Isso ocorreu, por exemplo, com o trabalho dissertativo de Sousa (2012), já citado anteriormente.

A instituição, objeto de estudo desta pesquisa, foi fundada no ano de 1939 e “A partir de 1946, o Curso Normal, em Catolé do Rocha passa a receber a denominação de Curso Normal Regional em obediência ao Decreto-Lei 8.260 de 02 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal. ” (SOUZA, 2012, p.58), deixou de funcionar em 1959, ou seja, dos vinte anos de existência, os últimos 11 anos, estavam configurados como Curso Normal Regional. Entretanto, a autora optou por denominá-lo em seu título de *Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha/PB (1939-1959)*. Desta feita, dificilmente em uma busca sobre o curso normal regional esta pesquisa estaria incluída, e este é um indicador que nos direciona para a reflexão a respeito de um movimento na literatura científica em torno do ensino normal, o qual unifica estas modalidades a partir do pressuposto da Escola Normal, deixando esse importante objeto de estudo, os cursos normais regionais, diminuídos ou pouco explorados, em suas especificações.

Ao utilizarmos o termo unificar, não estamos afirmando que nos escritos encontrados sobre o ensino normal, não tenha se percebido a devida conceituação perante a legislação e uma consequente explicação de como um se diferencia do outro, muitas vezes acompanhada de um levantamento e análise curricular das referidas modalidades. Apenas, entendemos que além de ser a Escola Normal o objeto maior de interesse de pesquisa, quando se trabalha com o Curso Normal Regional, ele acaba por se apresentar como Escola Normal. Em alguns estados essa dualidade não se apresentou, o Distrito – Federal, por imposição do Decreto Lei 8.530 e outros por escolha, conforme vemos abaixo:

[...] a grande maioria dos estados tomou a Lei Orgânica como modelo para reorganização de suas escolas normais, o que contribuiu para que se consolidasse em todo o país um padrão semelhante de formação, ainda que diversificado em dois níveis. Apenas São Paulo e Bahia fugiram ao modelo federal e constituíram sistemas que, em realidade, não possuíam diferenças marcante em relação à referida Lei. (TANURI, 2000, p.77).

A Paraíba aderiu à proposta dual de formação docente e contava em 1956 com 24 instituições na rede de ensino normal, 13 de 1º ciclo (Curso Normal Regional) e 11 do 2º Ciclo (Escola Normal), destes um era o Instituto de Educação da Paraíba, única oferecida pelo Estado, todas as demais eram de iniciativa privada. Mesmo assim, não encontramos muitos trabalhos que tenham o Curso Normal Regional como objeto de estudo, nem tampouco, sobre o do Curso

Normal Regional de Mamanguape, nosso objeto de pesquisa, que nos traz a seguinte inquietação: Como se constituíram as práticas educativas desse estabelecimento de ensino?

Desta feita, o argumento ou tese que conduziu esta investigação foi que a criação e instalação do Curso Normal Regional de Mamanguape, em 1949, foi um processo inicial de um movimento de renascimento econômico e cultural do município, desenvolvido por um grupo da elite social mamanguapense, destacando o caráter redentor da educação, visto como um meio de ascensão e controle social. Bem como, a formação de professoras primárias, imbuídas da função social da mulher como esposa, mãe e professora responsável pelo bem estar da criança e do adulto, alegria da casa e segurança de uma pátria forte. O Curso Normal Regional, torna-se uma *história para narrar* no âmbito geral, por possibilitar a compreensão das práticas escolares desenvolvidas ao longo da trajetória educacional desta instituição, e no âmbito específico, por identificar os elementos econômicos, políticos e culturais que movimentaram a constituição da formação dessas professoras, alunas deste educandário e perceber quais os saberes que deram suporte a essa formação.

Dessa forma, partindo das exposições aqui feitas, acreditamos que servirá esta Tese para conhecermos mais no que se refere à profissão docente, especificamente sobre o Curso Normal Regional tão pouco explorado, sobretudo da realidade histórico educacional paraibana. Para futuras pesquisas feitas por especialistas ou ao leitor comum, servirá também nosso registro para a comunidade local, das cidades vizinhas situadas ao litoral paraibano, que por vários motivos são citados neste trabalho. Permite-se perceber a quem se destinava esta educação e como as pessoas dessa comunidade escolar mantiveram o status de uma elite em ascensão e, por fim, outro indicativo da importância de se narrar tal história, esta aportado na necessidade de entendermos as estruturas e o funcionamento dos sistemas educacionais enquanto criações históricas que, se bem entendidas, nos explicam os posicionamentos e as organizações das realidades presentes.

1.2 O diálogo com a História Cultural

Com esta questão, “como se constituíram as práticas educativas desse estabelecimento de ensino?”, retomamos a história desta instituição de ensino, ainda não pesquisada, contribuindo para a historiografia da educação paraibana, no tocante a área de formação docente e das

instituições escolares, em especial aos estudos sobre o Curso Normal Regional. Para tanto, adotamos em nosso trabalho os fundamentos teóricos – metodológicos da História Cultural que ao longo das últimas décadas, vem refletindo sistematicamente sobre a produção historiográfica.

[...] a história da educação, como especialização da história, ou, dito de forma mais consistente, como campo temático de investigação, não tem fronteiras a definir com a história cultural. Antes, utiliza seus procedimentos metodológicos, conceitos e referenciais teóricos, bem como muitos objetos de investigação. (FONSECA, 2003, p.59).

Essa realidade pode ser percebida em um mapeamento das produções acadêmicas em História da Educação, nos anos de 1980 a 1990, feita por Catani e Farias Filho (2005). No balanço realizado, Roger Chartier, figura como o segundo autor mais citado por suas obras: *A história Cultural – entre práticas e representações* (1990) e *O mundo como representação* (1991). Esse autor define a história cultural como a história das representações, isto é, as histórias do modo como os indivíduos e a sociedade pensam (representam) a realidade e de como essa percepção orienta suas práticas sociais. Para ele, tudo é cultural e toda prática individual ou coletiva tem uma cultura e só pode ser compreendida como produto de uma determinada representação do mundo.

Os historiadores culturais propõem-se a estudar o passado a partir da cultura, na medida em que se preocupam “[...] com o símbolo e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte a vida cotidiana.” (BURKE, 2008, p.10). Diante da amplitude dos objetos de análises que se apresentam no vasto mundo da “cultura”, a perspectiva de diálogo entre os vários campos do conhecimento, tais como a filosofia, a sociologia e outros, não nos são dados como invasão do território e, sim, [...] de tomar empréstimos dos vizinhos em vez de mantê-los à distância. (BURKE, 2008, p.171).

Assim como sugere o diálogo entre vários campos do conhecimento, os estudos realizados pelos historiadores culturais vêm pondo em prática uma ampliação nos usos das fontes, desde escritos oficiais emanados do governo aos escritos dos arquivos pessoais, entre eles: revistas, jornais, fotos, relatos orais e outros. Fontes estas, utilizadas no decorrer desta pesquisa, que tem como objeto de Curso Normal Regional de Mamanguape, uma instituição educativa, que como qualquer outra, esteve passível, ou não, às forças dos modelos culturais dominantes de seu tempo. Vejamos que:

É sobretudo no campo da história das instituições escolares que o impacto da história cultural da sociedade é mais complexo. Não somente por que a escola se torna um objeto de grande interesse para ela, mas principalmente porque a massa de estudos produzida sobre questões de produção, circulação e apropriação culturais abre novas perspectivas e põe novos problemas à investigação. Isso implica, por um lado, que os resultados desses estudos sejam conhecidos e, quando for o caso, incorporados e, por outro, que procedimentos de análise sejam refinados de maneira a que se dê conta do modo pelo qual as práticas escolares funcionam enquanto dispositivos de transformação material de outras práticas culturais e de seus produtos. (NUNES; CARVALHO, 1993, p.51).

A atenção dada às práticas escolares, em nosso estudo, partiu em primeiro momento ao observamos o que nos diz às leis, quer seja a de âmbito nacional, como por exemplo, do Decreto - Lei 8530 de 02 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, ou de âmbito estadual, como a da estruturação do Ensino Normal da Paraíba, baseada na Lei nº 850, de 06 de dezembro de 1952. Em seguida, observamos como se configurou no seio das práticas escolares essas normas. Sabemos que:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como o código da promoção socioeconômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. (CERTEAU, 2014, p. 39).

Nesse sentido, as leituras das fontes visam perceber em que sentido as estratégias (relacionada a ações pré-determinadas e estabelecidas por grupos que detêm o poder) e as táticas (indeterminada, interage com quem se encontra sob o grupo que estipula as regras a serem seguidas, seguidores ou não destas, são eles que dão forma as práticas, muitas vezes, misturadas entre o que está posto pela regra e o que se molda a ela). Existe sempre uma distância entre a norma e o vivido, o dogma e a crença, os mandamentos e os comportamentos. É nessa distância que se insinuem reformulações e desvios, apropriações e resistências.

Portanto, nesta escrita, nosso ponto de partida está embasado das normas vigentes para a abertura e para o funcionamento de uma instituição de ensino voltada para a formação docente e como estas normas se estabeleceram neste espaço educativo. Partindo dessa premissa, continuamos nossa jornada com o desafio de fazer esta narrativa nos pressupostos de Veyne (1995), que apresenta a história como um relato organizado em uma trama compreensível, objetivando que:

[...] Os fatos não existem isoladamente, nesse sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e pouco “científica” de causas materiais; de fins e de acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa [...] Essa trama não se organiza, necessariamente em uma sequência cronológica: como um drama interior, ela pode passar de um plano para outro [...] pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre trama porque será humana, por que será um fragmento de determinismo. (VEYNE, 1995, p.28).

Sendo assim, a partir das representações de alunas, professoras, diretores, órgãos dirigentes, suas produções, seus modos de ser e fazer de interações múltiplas de indivíduos que se interligam numa dada configuração social, neste caso o Curso Normal Regional de Mamanguape, onde “[...] as configurações são formadas por grupos interdependentes de pessoas, organizados em estados e não por indivíduos singulares interdependentes. (ELIAS, 1970, p. 31), a relação entre o "indivíduo" e a "sociedade", ao nosso entender, é concebida como processo social baseado nas atividades dos indivíduos que, através de suas necessidades - são orientados uns para os outros e unidos uns aos outros das mais diferentes maneiras, construindo teias de interdependência que dão origem a uma dada configuração, neste caso: o escolar.

O espaço de atuação de um grupo ou de um sujeito individual influencia no espaço e nas maneiras de agir de outros, criando relações de interdependências. Cada movimento pressupõe aliança, conflito, disputas duráveis ou não. Uma instituição educativa está posta nessa trama de relações, uma sobreposta a outra. Compreendemos que o individual está sempre envolto com o coletivo e que “[...] os sujeitos são sempre singulares, mas nunca isolados. E é essa trama e os dramas que enredam decisivamente o sujeito em seu tempo.” (FARIAS FILHO, 2008, p. 19). Desta forma, inferimos que o desenho da dinâmica interna do Curso Normal Regional de Mamanguape está atrelado ao seu contexto, já que “Nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar o seu entorno.” (SANFELICE, 2007, p. 78); bem como ao seu ambiente, visando perceber quais as influências de seu espaço físico; suas vivências e os aspectos que se ramificam dela.

A realidade do Curso Normal Regional de Mamanguape, não está encerrada em si mesma, ou particularizada. Dependem de uma série de formas de fazer e de ser de outras realidades, outros sujeitos, espaços e contextos. De acordo com esta percepção, caminhamos em direção à história das instituições escolares, compreendendo-as como um espaço voltado ao desenvolvimento da educação, ou seja: “A educação reitifica-se num tempo, num espaço e

numa ação – tempo, espaço e ação/comunicação, cuja combinatória é uma metainstituição. ” (MAGALHÃES, 2004, p. 35).

De acordo com o autor, uma instituição educativa se processa através da necessária relação entre as estruturas que a mobilizam e a forma como os sujeitos absorvem tais estruturas, em um movimento dinâmico e sempre relacional. Para conhecermos a criação e o funcionamento do Curso Normal Regional de Mamanguape, precisamos emaranharmo-nos no maior acervo de informações possíveis. Pois,

[...] historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção no-rmativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a geneologia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. (MAGALHÃES, 2004, p.58).

Portanto, a história das instituições educativas se constrói em processo epistêmico, o objeto de estudo e as problemáticas a serem respondidas, resultam em uma síntese crítica baseada no acervo documental coletado e selecionado. O campo da história da instituição escolar, como domínio do conhecimento, abre para uma ampliação dos usos e das apropriações dos objetos educacionais.

De fato, a ideia referente a esse tipo de história carrega certa polissemia uma vez que pode ser compreendida a partir de pelo menos duas perspectivas. A primeira refere-se ao fato dela se caracterizar como a história de uma determinada instituição escolar [...] Na outra via há os que entendem se tratar de estudos relativos ao conjunto de instituições escolares tais como: o “modelo de escola normal” que predominou no século XIX. (PINHEIRO, 2012. p. 111).

Configurando-se assim a *educação – instituição* como um objeto epistêmico, é a primeira percepção apontada por Pinheiro (2012), a nossa escolha, visto que visamos compreender as práticas escolares desenvolvidas ao longo da trajetória educacional, do Curso Normal Regional de Mamanguape. Compreendemos que nos situamos em um campo de investigação com significativa ampliação do número de publicações voltadas para as questões relacionadas às instituições escolares e educacionais paraibanas.

Verificamos a crescente demanda desse estudo em Pinheiro (2012), que nos apresenta esta evolução; vê-se que nos anos de 1970, 1980, 1990 e 2010, foram identificados respectivamente 02, 06, 05 e 24 estudos na área, sendo esse um aumento significativo. Citamos como exemplo a dissertação *O Progresso Educacional na Paraíba: O Instituto de Educação (1935-1939)* de Crispim (2012), o qual evidência a importância da referida instituição para a Paraíba, criado para funcionar como um complexo educativo de formação de professores, tendo sua proposta de funcionamento baseada no modelo de Instituto de Educação do Distrito Federal e o do Rio de Janeiro.

Apesar desta significativa ampliação de estudos sobre a historiografia das instituições paraibanas, pouco se tem produzido sobre os Cursos Normais Regionais e sobre o Curso Normal Regional de Mamanguape, não encontramos nenhuma pesquisa. Mesmo que a referida instituição possua uma cultura particular, é ela fruto (com apropriações e resistências) das exigências estabelecidas por meios burocráticos que foram direcionados a todas as instituições similares e corresponde aos modos como deveriam ser assimiladas as regras e as práticas escolares vigentes, à época.

O registro aqui feito, não é absoluto e, sim, um resultado da apreensão do real, é uma verdade aproximada, visto que nosso esforço está em recriar uma história e não revivê-la. A dimensão do real aqui exposto está ancorada na ideia difundida por Chartier (1990, 1991, 2013), a qual desloca a noção de verdade por representação. Neste sentido, “[...]qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá relação imediata e transparente com as práticas que designa.” (CHARTIER, 2013. p. 03). Ou seja, as fontes não falam por si só, elas nos dizem muito, mas não nos revelam sozinhas os usos e desusos dos que a utilizaram, como e por que as fizeram.

Sendo assim, ao analisar uma fonte, quer seja ela: lei, foto, ata, relatório, entrevista e tantas outras possíveis, presta-se ao nosso trabalho interpretar os sentidos e as apropriações dos sujeitos que dela utilizaram, pois embora se cristalice como prova do real vivido, ainda é representação de uma dada realidade. Essa realidade, como todo fenômeno social, está naturalmente entrelaçada por tensões e concessões, bem como, pelas subjetividades dos indivíduos que no seu cotidiano teceram experiências, a nós, dadas a serem lidas.

As fontes, se observadas de forma crítica e reflexiva, fornecem informações que extrapolam ao primeiro olhar, portanto é tarefa do pesquisador aguçar suas perguntas em torno das mesmas. “Quem construiu Tebas das sete portas? – Perguntava o “leitor operário “de

Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o peso.” (GINZBURG, 2006, p.11). É neste sentido, que situamos nossas escolhas para o delineamento da pesquisa, buscamos desenvolver uma linha de questionamento interpretativo dos indícios documentais encontrados para a construção desta narrativa histórica, privilegiando a diversidade de evidências e o cruzamento de fontes oriundas das representações dos sujeitos envolvidos nas vivências educativas do Curso Normal Regional de Mamanguape.

Preocupamo-nos em não exaltar um determinado tipo de fonte em detrimento de outrem, entendemos que não existe uma escala de maior ou menor veracidade entre quaisquer tipos de fontes, cada qual possui uma determinada característica e representa uma dada realidade. Nessa direção, torna-se apropriado observar a expansão da noção de documento, explorada por Le Goff (1996), sobretudo no que diz respeito às fontes impressas como sendo importantes ferramentas para a escrita da História. Assim, o autor explana:

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 1996, p. 110).

Sendo assim, a tessitura que compõe nossa escrita, contém elementos da interpretação dos documentos, os quais, não nos oferecem tudo, sendo realizado quando possível o trabalho de preenchimento de lacunas, ausências e silêncios. Torna-se impossível dar conta do todo e, ainda, é preciso lidar com as escolhas do que se vai contar, já que:

[...] a escolha de um assunto de história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los; a verdade histórica não é nem relativa, nem inacessível como uma extraordinária extrapolação de todos os pontos de vista, como um “geométral”. [...] é impossível descrever uma totalidade e toda descrição é seletiva. (VEYNE, 1995, p. 27 e 29).

Continuamos a defender que além das escolhas, “[...] são as perguntas que o pesquisador (a) tem a fazer ao material que lhe conferem sentido e, no limite, enquanto houver perguntas, o material não será suficientemente explorado.” (LOPES, 2001, p.92). Portanto, as fontes somente existem enquanto interpretação e só podem ser expressas como relato. Sendo

assim, foram as fontes encontradas que possibilitaram alinhar os caminhos seguidos e mesmo os que não conseguimos alcançar.

Nesse sentido, a análise interposta aqui sobre fontes quer sejam escritas, orais ou iconográficas foi um movimento em busca de perceber suas demandas, usos e desusos. O exercício estava em identificar as sinalizações das representações postas por seus sujeitos. Neste sentido, nos percebemos leitores diante destas fontes e “Cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existências, dá um sentido mais ou menos singular mais ao menos partilhado, aos textos que se apropria.” (CHARTIER, 2013, p. 20). No nosso caso de pesquisa, identificamos nas leituras feitas nas fontes, duas categorias de análise: *gênero e cultura escolar*, com isto, falaremos inicialmente da primeira.

Levando em conta que compreendemos categorizar como “[...] a tarefa de organizar o material coletado, a partir de perguntas, para dar inteligibilidade ao problema posto. (LOPES, 1994 p. 23), nos questionamos: Como se constituíram as práticas educativas desse estabelecimento de ensino? As fontes foram revelando que a mulher representava o quantitativo maior em relação aos discentes. A primeira turma contava com apenas um homem, entre 32 discentes concluintes, essa demanda se configurou de forma parecida nos anos seguintes. Embora, no que se refere ao corpo docente e à direção da instituição, essa realidade é inversa, notoriamente o grupo predominante é o de professores e na direção, esta perspectiva torna-se totalmente masculina.

Sendo assim, a categoria gênero nos permite entender como se configurou no Curso Normal Regional à representação social necessária a desempenhar o magistério. Com um público majoritariamente feminino, podemos pensar acerca de que ambiência cultural essas meninas – mulheres, bem como os poucos meninos – homens, elaboraram a identidade docente. Muito do que somos é resultado de construtos assimilados ao longo de nossas vidas, no espaço familiar, no escolar e no profissional, e o “[...] o termo gênero sublinhe o fato de que as relações entre os sexos são sociais.” (SCOOT, 1995, p.76). A análise das relações estabelecidas entre os discentes, docentes e direção neste espaço escolar deriva de uma compreensão do Gênero como uma construção social, histórica e cultural.

Para investigações das relações de gênero nos modos de educar o sexo feminino e o masculino, precisamos perceber essa convivência na interdependência com o outro sexo, nas contradições e nas convergências que marcam uma dada realidade social e escolar.

[...] Assim, o gênero é uma categoria que tematiza o sexual, mas incorpora um modo de construção social que a dada cultura estabelece ou elege em relação a cada um dos sexos. [...] ela permite ampliar a capacidade de relacionar, porque traz virtualmente, mas obrigatoriamente, essa qualidade. Assim, o gênero é uma categoria relacional por que 1) relaciona-se com outras categorias e exige a relação entre categorias e, conseqüentemente, dimensões do real. [...] 2). Os estudos de gênero supõem que se estude também os homens [...] 3) relacional, ainda, porque leva em conta o outro sexo. (LOPES, p. 25. 1994).

Durante muito tempo a sociedade organizou-se baseada em um modelo patriarcal, ou seja, o homem como norteador dessa sociedade em toda sua estrutura: política, religiosa e econômica. Normalmente, as mulheres não participavam das atividades públicas, cabendo a elas, as atividades privadas, como cuidar de casa e da família. “A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tiveram como consequência sua ampla invisibilidade como sujeito.” (LOURO, 1991, p.17). Isso ocorre, na medida em que foram negadas a figura feminina, à produção literária, científica, política e ao próprio exercício da cidadania.

Com as mudanças ocorridas nos últimos séculos, incluindo os avanços nas ciências, as novas necessidades do mercado, de trabalho e o movimento feminista, surgiu no meio acadêmico estudos voltados a esta temática em variadas frentes de pesquisas. No que concerne à História da Educação, os estudos sobre a categoria gênero, apresentam de forma significativa nas produções dos Programas de Pós Graduação, que se reverberam nos encontros científicos, a exemplo, da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, bem como nos I, II e III Congresso Brasileiros de História da Educação – CBHE, que aponta o:

[...] funcionamento e à consolidação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte da Base de Pesquisa Gênero e Prática Culturais: abordagens históricas, educativas e literárias, vinculadas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em educação, Política e Cultura NEPEC, e do Projeto Integrado História dos impressos e a Formação das leitoras. Isoladamente o grupo foi responsável por um terço das comunicações publicadas no II CBHE[...] Sua expressão mais flagrante é a presença da UFRN em todos os certames nacionais, carreando 37,6% das inserções na temática. Maria Arisnete de Câmara Morais e Rosanália de Sá Leite Pinheiro emergem como as principais orientadoras de pesquisa sobre gênero na instituição. (VIDAL, 2006, p.15).

Saindo do campo de produção da ANPED e do CBHE, destacamos a produção escrita de Morais em *Leituras de mulheres no século XIX (2002)*, *Isabel Gondim: Uma nobre figura de mulher (2003)* e *Chicuta Nolasco Fernandes: intelectual de Mérito (2006)*. Os três livros

citados colocam em evidência a mulher e sua condição de leitora e escritora. Neste sentido, dá visibilidade à configuração do mundo letrado de mulheres que circularam como figurantes ativos, nos jornais, nas instituições educativas (Escola Doméstica e Escola Normal) como alunas, professoras e diretoras.

Entendemos que a história das mulheres, área profícua de estudos, se consolidou como campo de pesquisa, em publicação² destas e em espaços de circulação desses saberes: seminários e congressos sistematicamente organizados por programas de pós graduação que se organizam em diferentes temáticas de estudos. Uns encontram-se já bem discutidos, e por vezes, fadados a serem taxados de vencidos, o que ocorre, por exemplo, com a questão da invisibilidade feminina. Mas, mesmo que:

[...]alguns historiadores da área considerarem que o discurso da invisibilidade feminina na história já está superado, ainda persistem campos em que essa presença situa-se nas margens da narrativa histórica, precisamente porque a dificuldade de encontrar vestígios de sua passagem é bastante grande e demanda um aprofundamento na busca das fontes. (ALMEIDA, 2007, p. 25).

A exemplo desta realidade, não conseguimos localizar muitas informações sobre alguns sujeitos de nossa pesquisa, em grande maioria mulheres, professoras e inspetoras de ensino que apenas por alguns vestígios foram possíveis de serem notadas. As professoras Joaquina Rosa Arcoverde Nicodemos, Cristina Arcoverde e Olga Cunha Ramos e as fiscais/inspetoras do governo Dulce Montenegro, Geralda Cavalcanti e Anna Cavalcanti de Albuquerque são agentes de pouca visibilidade histórica desta instituição de ensino, ao contrário dos professores e dos fundadores desta instituição. Embora, serem elas também parte desse grupo, já que possuem ligação direta com o mesmo, na função de esposa, irmã, cunhada ou outro tipo de aproximação. Portanto, compreendemos que a invisibilidade feminina em determinados espaços ocorre, muitas vezes, por uma questão de gênero.

Os diálogos com a produção sobre gênero como categoria de análise histórica nos aproximaram, também, de outras questões: a educação feminina e a profissionalização das mulheres. Possibilitou pensar sobre os significados da feminização do magistério, para além, do aumento do número de mulheres nos postos de docência. Dessa forma, identificar as relações desiguais de trabalhos e de dominação do sexo masculino no seio do universo escolar e a formação da identidade docente muitas vezes está atrelado à identidade de mulher e de mãe.

² FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. MOTTA, Diomar da Graças das. **Mulheres na História da Educação**: desafios, conquistas e resistências. São Luís: EDUFMA: UFPB: Café & Lápis, 2011.

Em *Mulheres na sala de aula*, Louro (1997) faz uma análise dos primeiros passos da mulher na educação no país. Analisa desde os espaços físicos, a organização e a ocupação do tempo, os tipos de instituições (escolas normais públicas, colégios normais religiosos, internatos particulares), o perfil de alunas que os frequentavam, as disciplinas estudadas e outros elementos que apontam que “Uma série de rituais e símbolos, doutrinas e normas foram mobilizados para a produção dessas mulheres professoras.” (LOURO, 1997, p.455). A formação moral e religiosa era instituída a partir dos conteúdos ministrados nas disciplinas curriculares e, principalmente, no disciplinamento e auto-regulação do comportamento do grupo discente e docente.

Construía-se uma estética e uma ética [...] Todo um investimento político era realizado sobre os corpos de das estudantes e mestras. Através de múltiplos dispositivos e práticas ia-se criando *um jeito de professora*. A escola era, então, de muitos modos *incorporada* ou *corporificada* pelas meninas e mulheres – embora nem sempre na direção apontada pelos discursos oficiais, já que essas jovens também constituíam as resistências, na subversão dos regulamentos, na transformação das práticas. (LOURO, 1997, p.460).

Vejamos que para a construção da *ética* e da *estética* citado por Louro (1997), normas e práticas são instituídas no cotidiano escolar, elas estão ali para que as alunas se ajustem aos modelos e, ao mesmo tempo, os reproduzam. Desta forma, podemos dizer que ao corporificar estas práticas as escolas produzem uma cultura escolar, que as identificam e caracterizam como próprias de uma determinada instituição.

A *cultura escolar*, nossa segunda categoria de análise, consente-nos problematizarmos a dinâmica institucional, o aparato burocrático, as assimilações de modelos e práticas educativas vivenciados no Curso Normal Regional de Mamanguape. Preocupamo-nos em entendermos as práticas que foram efetivadas na instituição, quais os conteúdos foram ministrados pelos docentes e se interagiram com normas legais, como os sujeitos faziam uso dos códigos, de ideias, de objetos culturais produzidos no âmbito social e no cotidiano. Portanto, entendemos que a categoria de análise *cultura escolar*, nesta pesquisa se faz pertinente, na medida, que se propõem a analisar as relações que se desenvolvem em uma instituição de forma mais aprofundada, eis aqui onde reside nosso maior desafio.

A efervescência nesta perspectiva teórica nos estudos da história da educação no país pode ser observada nos livros *A Cultura Escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa* (SOUZA; VALDEMARIN, 2005) e *Culturas*

escolares, saberes e práticas educativa: itinerários históricos (BENCOSTTA, 2007), os quais resultaram de conferências apresentadas no II Seminário de Pesquisa Sobre Cultura Escolar: perspectiva histórica, realizado em novembro de 2005, na Universidade Federal do Paraná, subsequente ao que ocorreu na UNESP, Campus de Araraquara no ano de 2003, ambos com “[...] o propósito de investir no debate epistemológico acerca do conceito de cultura escolar; criando condições para divulgação de ideias e circulação de pesquisas.” (VIDAL, 2007, p. 09).

Vidal (2005) faz um levantamento sobre as maneiras como a historiografia educacional brasileira vem utilizando desta categoria para desenvolver seus estudos. Para tanto, aponta que o termo Cultura Escolar está longe de se consolidar como um campo linear e homogêneo em sua constituição teórica e metodológica. Na verdade, ela direciona que o termo situa-se em torno de *significados concorrentes*. Entre os autores analisados por Diana Vidal, encontram-se Dominique Julia (2001), André Chervel (1990), Forquim (1992) e Frago (1995). Este parece ser um bom mapa teórico, na medida em que são eles, usualmente, escolhidos para embasar as pesquisas que se utilizam desta categoria no Brasil.

Em um primeiro momento a autora discorre sobre o pensamento difundido no Brasil a partir de 1995, com o artigo de Dominique Julia “A cultura escolar como um objeto histórico” (2001), no qual o autor propõe analisar as relações que se desenvolvem em uma instituição a partir do cotidiano, “[...] acrescentar ao excessivo peso das normas a atenção às práticas. ” (VIDAL, 2005. p. 24). Desta forma, o que se busca é perceber quais as dinâmicas vivenciadas na instituição, a partir do que se cobra dela, entender esse processo de fora para dentro e de dentro para, ou seja, por meio de suas práticas e cultura escolar, sendo ela:

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.2).

A essa concepção amplamente difundida nos estudos realizados sobre esta categoria, Vidal (2005) aponta que Dominique Julia se baseia no pensamento de Chervel (1990), autor recorrente nas pesquisas sobre disciplinas escolares, o qual defende que os saberes, difundidos pelos docentes para os discentes, não eram meras reproduções de conhecimento produzidos fora da escola. Mas, no processo educativo, os discentes se apropriavam e interferiam em suas

realidades, originando outros saberes. Embora, assumam-se também, que a reconstrução do saber, nem sempre ocorra, resultando nos efeitos esperados pelo programa oficial.

Apesar de próximos e da influência que o trabalho de Chervel exerceu sobre Julia no que concerne à discussão em torno da constituição das disciplinas escolares e dos efeitos sociais da escolarização, há diferenças nas acepções de cultura escolar enunciadas pelos pesquisadores. Chervel parece afirmá-la de maneira mais contundente como original e se interessa principalmente pela construção dos saberes escolares. Julia enfatiza a importância de que a análise recaia particularmente sobre as práticas escolares, o que lhe permite distinguir entre uma cultura escolar primária e cultura escolar secundária. (VIDAL, 2005, p.290).

Em contrapartida, Jean – Claude Forquin entendia que a cultura escolar se organizava como uma cultura segunda em relação ao que ele denominou de cultura de criação ou de invenção. O que está para a escola é o que outros pensaram, fora da escola se produz conhecimento e dentro dela estes circulam. Entretanto, os conteúdos passam por um processo de seleção, de normalização e de rotinização. Segundo Gonçalves e Faria Filho (2005) o foco de interesse de análise da cultura escolar, nesta perspectiva, está relacionado com a profissão docente, na medida em que se desloca o olhar de como ocorre à apropriação e à interferência da realidade feita pelo discente, para a observação de como se organizam os docentes para que seus alunos assimilem o conteúdo.

Por fim, mas não menos importante que as demais concepções aqui apresentadas e, sim, de particular interesse nosso para a concepção de Cultura Escolar, o pensamento difundido em *História de la educación e história cultural: posibilidades, problemas, cuestiones por Viñao Frago* (1995), vem trazer algumas contribuições a esta categoria de análise. A primeira remonta da ideia de que a escola, como instituição social que é, só pode ser identificada como espaço de Cultura Escolar, conforme expressa abaixo: “Lo que ya resulta difícil es ponerse de acuerdo sobre qué implica que la escuela sea una institución y sobre qué sea eso de la cultura escolar o si no sería preferible hablar, en plural, de culturas escolares”. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 252 e 253).

Vejam que o autor chama a atenção no aspecto plural do conceito, ou seja, reflete sobre as singularidades das instituições, na qual, implica dizer que as diversas dimensões do cotidiano escolar se apresentariam de instituição para instituição, cada qual produzindo a sua. Interessa aqui apresentar como o autor percebe a Cultura Escolar como um:

Conjunto de aspectos institucionalizados — incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos — la historia cotidiana del hacer escolar—, objetos materiales—función, uso, distribución en el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición...—, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolares toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 253).

Quando Viñao Frago levanta a singularidade de cada produção de cultura escolar das instituições de ensino, não está falando que é necessário perceber o que de diferente cada uma tem. Não, ele justifica, por exemplo, que é através dessa produção única e própria que se origina as resistências, as des - continuidades, acerca do que está posto pelo poder oficial. A cultura escolar “[...] utilizada para entender o relativo fracasso das reformas educativas a partir do enfrentamento, da diferença e do divórcio entre as culturas dos reformadores e gestores e a cultura dos professores.” (VIDAL, 2005, p.36). A representação social construída por um grupo de uma comunidade escolar está interligada em uma teia de significações e apropriações nos usos e desusos das normas a seguir e só podem ser percebidas se observadas em seu interior.

Sólo de este modo fue posible captar las discontinuidades y rupturas, las inercias y persistencias, la diversidad de prácticas, los elementos determinantes de dicha diversidad y, en último término, la triple naturaleza de la distribución del trabajo escolar como medio disciplinario, mecanismo de organización y racionalidad curricular e instrumento de control externo; es decir, como aspecto básico condicionado por y condicionante de la cultura escolar. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 262).

Sendo assim, ao narrarmos a história do Curso Normal Regional de Mamanguape (1949-1957) buscamos compreender suas práticas escolares e identificar os aspectos que lhe eram peculiares, como se adaptou as normas vigentes e que apropriações se delinearam nesse espaço – tempo educativo. Consideramos que sob a denominação cultura escolar, a síntese das clivagens apresentadas anteriormente, dão conta de clarificar os caminhos dessa categoria de análise histórica, a qual assumimos a percepção de Viñao Frago (1995), no sentido de que coadunamos com sua proposta conceitual atrelada à possibilidade de uma história das instituições escolares produzida a partir do cotidiano destas, adentrando no seu interior e evidenciando os variados sujeitos que, de fato, fizeram acontecer as culturas escolares, culturas estas, que nos revelam se serviram para romper ou manter padrões estabelecidos.

Entendemos a Cultura Escolar “[...]” como um construto teórico que permite, metodologicamente, operacionalizar a pesquisa e, do ponto de vista analítico, organizar e compreender as múltiplas facetas da experiência escolar. ” (FARIAS FILHO, 2007, p.196). Neste sentido, para dar conta de narrar sobre esse universo iniciamos um trabalho de rastreamento dos vestígios da criação e funcionamento do Curso Normal Regional de Mamanguape (1949-1957). O olhar sobre as fontes documentais consistiu em um esforço cuidadoso, um exercício de ir e vir, visitas aos arquivos, revisão das fontes, re - leituras da bibliografia escolhida para fundamentar o trabalho, buscando características, significados e intencionalidades acerca do objeto em condições espaço – temporais confrontados pelo olhar do presente, a partir de uma grande desafio metodológico: entrecruzar as variadas fontes encontradas sobre a instituição, identificando que o conhecimento produzido é limitado e provisório.

1.3 A busca de fontes nos arquivos

Quem nunca esbarrou na escassez de informação sobre determinado objeto de estudo? O que dizer da organização própria de cada arquivo? Foram muitas as barreiras enfrentadas para a construção do mosaico documental necessário para se narrar a história do Curso Normal Regional de Mamanguape (1949-1957), e a partir dela compreender as práticas escolares desenvolvidas neste espaço escolar. Sabemos que “[...]” por essência, a história é conhecimento mediante documentos. ” (VEYNE, 1995, p.12). Portanto, a busca das fontes nos arquivos é tarefa essencial no trabalho do (a) pesquisador (a), é um processo dinâmico, requer dedicação e persistência. Muitas vezes, esbarramos em determinadas fontes e não damos a atenção que ela merece, ou damos atenção demasiada a outras que nem foram utilizadas.

Entendemos que as fontes não se encontram a nossa disposição de forma ordenada, um bom exemplo disso está no caso de Deusdedit de Vasconcelos Leitão que ao ser convidado a escrever uma síntese histórica da Secretaria de Educação da Paraíba, informa:

[...] senti, de imediato, que ia me deparar com algumas dificuldades na obtenção de dados que me possibilitassem a feitura desse trabalho. A precariedade dos nossos arquivos e a nossa notória indiferença pela conservação de documentos teriam que ser contornadas por um esforço de pesquisa em fontes quase inacessíveis. Vali-me de algumas notas colhidas anteriormente e reunidas em meus cadernos de apontamentos, de relatórios,

de falas e mensagens dos presidentes ou governadores, de coleções de leis e decretos e de algumas notícias colhidas ao longo da leitura de velhos jornais paraibanos. (LEITÃO, 1986, p.05)

Assim, deve seguir o (a) pesquisador (a), sempre em frente com seu caderno de anotações, peregrinando por arquivos pessoais, institucionais e virtuais. Nosso primeiro contato com o objeto de estudo, desta pesquisa, ocorreu no tempo da escrita da dissertação, no ano de 2010, conforme apresentado anteriormente. Ao entrevistarmos a professora Helena Rodrigues de Oliveira, aluna da segunda turma concluinte do Curso Normal Regional de Mamanguape. Nesse momento inicial, a mesma relatou sobre sua entrada no curso, suas atividades em sala, a festa de formatura, entre outras questões, bem como nos cedeu sua foto de formatura. Ao fazermos as entrevistas, o caminho ganha adornos, complementos, novos questionamentos e também apontam indícios que ajudam a trilhar em uma resolução da questão. Visualizamos desta forma, a entrevista como:

[...] um resíduo de ação específica, qual seja, de interpretar o passado. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para as possibilidades de ela documentar as ações de constituição de memórias- as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem desencadear ao construir o passado de uma forma e não de outra (ALBERTTI, 2006, p.169).

Sendo assim, essa prática aponta caminhos, levanta questões, corrobora a elucidar outras. Muitas vezes, deixa quem está entrevistando em processo de ligação de um ponto a outro da história em estudo e das fontes levantadas. Optamos utilizar as entrevistas como fonte oral, ou seja, “material recolhido por um pesquisador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses particulares. (FERREIRA, 1998, p.11). Neste sentido, em termos da entrevista, organizamos as mesmas como entrevistas semi-estruturada com roteiro pré-elaborado. (Ver em apêndice A e B). Levando em consideração que *os resíduos de ação* que são relatados na entrevista e assimilados como fonte oral, são representações seletivas do passado, que não é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto, neste caso, em um contexto escolar.

Fizemos entrevistas com a professora Helena Rodrigues de Oliveira que, entre outras informações nos cedeu um caderno de estudos da mesma, enquanto aluna do Curso Normal Regional de Mamanguape do ano de 1953. Este curso funcionou nas dependências do Instituto Moderno, instituição de ensino existente até os dias atuais. Partimos então, para esta escola e

fizemos algumas visitas, nas quais, encontramos as diretoras Inês Lyra Fernandes e Nilza Fernandes de Souza, que nos apresentou brevemente a história da escola e quais os cursos que ali funcionaram e as que estão em funcionamento. Posteriormente, disponibilizaram algumas pastas para análise e lá encontramos relatórios dos primeiros anos de funcionamento do Curso Normal Regional de Mamanguape, a saber: 1949, 1950 e 1951. Esses dados revelaram quem foram os primeiros professores, remuneração, quantitativos de alunas, relatórios de atividades escolares, entre outras informações, uma nos chamou a atenção: alguns ex-professores tinham escrito livros de caráter memorialísticos sobre a história da cidade.

Desta feita, sentimos a necessidade de vasculhar notícias sobre esses livros, em primeira mão, visitamos o Sebo Cultural de João Pessoa –PB e localizamos dois livros: *José Pedro Nicodemos: Cidadão Paraibano*. (PARAÍBA, 1981) Mamanguape, a *Fênix Paraibana* (COSTA,1986). Estes contam como fundadores do Instituto Moderno, local onde funcionou o Curso Normal Regional de Mamanguape e, sendo também, os dois professores e diretores dos mesmos. Ao caminharmos em nossa escrita surgiram outros elementos que precisavam de maiores leituras. Era de nosso conhecimento que Mariana Marques Teixeira, aluna do doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal da Paraíba – UFPB vinha fazendo pesquisas no Instituto de Educação da Paraíba- IEP, com o recorte temporal aproximado ao nosso. Em diálogo com a mesma, ficamos sabendo que no arquivo do Instituto de Educação da Paraíba – IEP encontram-se um acervo de relatórios encaminhados por Cursos Normais Regionais, instalados no interior paraibano, em especial, na década de 1950 do século passado. Dentre estes, nove relatórios do Curso Normal Regional de Mamanguape (1949 até 1957), os quais, a mesma, nos cedeu para desenvolver nossa pesquisa.

Nesses relatórios encontramos as seguintes informações: cópia das atas de resultados finais; das atas da 2ª época; relação do corpo docente; estatística de aproveitamento e relação nominal dos alunos matriculados no início dos anos letivos. Receber esses relatórios foi sem dúvida, uma agradável surpresa, que possibilitou visualizar fragmentos importantes de nosso recorte temporal. Fizemos posteriormente, visitas ao Instituto de Educação da Paraíba – IEP e encontramos caixas arquivos contendo avaliações de ex-alunas da Escola Normal do IEP (de variados períodos, as avaliações contemplavam as disciplinas de Psicologia, Sociologia da Educação, Música, Arte e outras.).

Este arquivo mostrou-se de grande importância para nossa pesquisa, por possuir documentos históricos, a saber: Atas de reuniões do Conselho Técnico Administrativo da Escola

de Formação de Professores (anexa ao IEP) e relatórios de outras instituições do ensino normal, encaminhados a Divisão de Ensino Normal da Paraíba, no contexto da década de 1950.

Percebemos que nesta década, o Instituto de Educação da Paraíba, funcionou como espaço centralizador e norteador das demais instituições de ensino normal do estado. Logo, era de lá que se seguiam as normas a serem cumpridas nos demais espaços de formação do magistério infantil paraibano. Sendo assim, fazer a leitura desses documentos nos possibilitou compreender como estava os movimentos administrativos do ensino normal no estado, em especial, a discussão em torno da Lei n. 850, de 06 de dezembro de 1952 que dá organização ao Ensino Normal na Paraíba. (PARAÍBA, 1952)

Paralelo a essas visitas no IEP, continuamos nosso trabalho de análise dos relatórios encontrados no Instituto Moderno, local onde funcionou o Curso Normal Regional de Mamanguape. Identificamos que uma das alunas da primeira turma, que iniciou em 1949 e concluiu em 1952, Hercília Rodrigues Coelho, era irmã da primeira professora entrevistada, Helena Rodrigues de Oliveira, através da mesma fizemos 05 visitas e entrevistamos a aluna da primeira turma concluinte, a mesma nos cedeu fotos, diploma de conclusão do Curso Normal Regional e o convite de formatura, bem como informações das alunas egressas concluintes em 1952.

Durante essas entrevistas são comuns, as apresentações de fotografias, que nos fornecem elementos para compor um quadro referencial da instituição estudada, em contrapartida, ao entrevistado, as fotografias, ajudam lembrar fatos e momentos guardados. Sabemos que esta fonte é um documento importante para a análise e construção dessa história, o historiador ao utilizá-la, deve percebê-la de acordo com o todo do seu registro visual. Atento a memória fotográfica como fonte inesgotável de informação que cumpre a princípio uma função individual, mas se presta ao coletivo, ao social.

Conforme a professora Hercília Rodrigues Coelho nos apresentava as lembranças de seu tempo enquanto aluna, fomos fazendo outras perguntas, entre elas, se ela sabia de alguma de suas colegas que tinha escrito algum livro, ela mesma escreveu um, o qual me presenteou com um exemplar, com o seguinte título: *Apostolado da oração. Mamanguape –PB* (1998) e em seguida me indicou a procurar o Memorial Vale do Mamanguape, o qual dispunha de um acervo de livros memorialísticos da cidade e através de pesquisa em internet, encontramos os contatos do referido Memorial, fizemos quatro visitas ao Memorial e não o encontrávamos aberto. Até que em última visita encontramos o coordenador do mesmo, o professor Lúcio Cavalcante de

Athayde. O professor agendou uma visita em sua casa, para nos mostrar um arquivo pessoal de livros e disponibilizou para nossa pesquisa onze (11) livros memorialísticos referentes à cidade de Mamanguape. Destes, depois de análise, percebemos que iriam ajudar a compreender o contexto do município e resolvemos utilizar como fonte sete 07, catalogados abaixo.

- 1 Mamanguape: a fênix paraibana (COSTA,1986),
- 2 Mamanguape: minha terra. (COSTA e LINS, 1992),
- 3 Mamanguape 150 anos: uma cidade histórica (ANDRADE e VASCONCELOS, 2005),
- 4 Páginas do Destino: Homenagem póstuma a José Castor do Rêgo (LOPES, 1989),
- 5 25 anos em Mamanguape: revelações de Frei Inocêncio (INOCÊNCIO, 1993),
- 6 Pedacos da História de Mamanguape (RAMOS, 1993),
- 7 Panorama de Mamanguape: Uma posição histórica do município. (RODRIGUES, 2008);

Também visitamos o acervo do Jornal a União, nos arquivos dos anos de 1949 a 1952, na Fundação Casa José Américo e a Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC, com o Arquivo Histórico Waldemar Duarte. Estes espaços de pesquisa ajudaram a compreender o momento que estamos investigando, o cenário paraibano e o Curso Normal Regional de Mamanguape. No espaço virtual, visitamos regularmente três comunidades do *facebook*, a saber: Mamanguape de antigamente³, Minha terra: Mamanguape-PB⁴ e Mamanguape conta suas histórias⁵. Lá os participantes postam o que querem sobre a história do município e é muito comum as fotos estarem relacionadas ao campo educacional, um acervo vivo e bem dinâmico de fotografias. O grande problema é que nem sempre as fotografias são acompanhadas por informações de datas, locais e nomes e quando o são, nem sempre são informações completas. Mas, essas fotografias ajudaram muito a localizar outras informações. No mosaico que se configura esse processo, reunimos um acervo documental para análise e o agrupamos em duas partes.

- 1 Fontes escritas oficiais e não oficiais: leis, boletim de informação encaminhados ao Serviço de Estatística da Educação e Saúde referentes aos anos de 1949, 1950 e 1951, relatório de visitação de fiscal do estado, relatórios dos anos de 1949 a 1957 encaminhado ao Instituto de Educação da Paraíba, pelo Curso Normal Regional de Mamanguape, reportagens

³ <https://www.facebook.com/groups/215358138624944/?fref=ts>

⁴ <https://www.facebook.com/ComunidadeMamanguapeMinhaTerraMamanguapePb/?fref=ts>

⁵ <https://www.facebook.com/mamanguapecontasuashistorias/?fref=ts>

encontradas no Jornais *A União* e *O Correio da Paraíba* entre os anos de 1949 a 1952, boletim mensal de Hercília Rodrigues Coelho,⁶o caderno de estudo da aluna Helena Rodrigues de Oliveira⁷ e sete (06) Livros memorialísticos do município)

- 2 Fontes orais e iconográficas: entrevistas cedidas pelas professoras Helena Rodrigues de Oliveria (aluna da segunda turma) e Hercília Rodrigues Coelho (aluna da primeira turma, secretária e professora do Curso Normal Regional de Mamanguape), e fotografias cedida pelas entrevistadas e de outras fontes.

As duas divisões postas aqui são um movimento para dar inteligibilidade a narrativa a partir de um exercício de compreensão das fontes. Nesse sentido, a organização dessa documentação nos possibilitou agrupar os fatos e os acontecimentos e ajudou a reconstituir a trama subjacente à questão que nos debruçamos nesta pesquisa, ou seja: quais as práticas escolares desenvolvidas ao longo da trajetória educacional do Curso Normal Regional de Mamanguape? De fato, a análise apresentada nessa documentação nos ajudou a perceber os movimentos do transcurso histórico estudado, pois ao nosso olhar, foi se delineando as práticas dos fundadores desta instituição, seus professores e suas professoras, suas alunas, currículo adotado, práticas cotidianas do grupo escolar e de pouco em pouco, transformou-se em uma história para narrar.

⁶À época, a aluna adotava o nome de Hercília Rodrigues Bezerril, ao passo que casou adotou o sobrenome do marido, COELHO. Nesta pesquisa optamos por utilizar o nome atual: Hercília Rodrigues Coelho.

⁷À época, a aluna adotava o nome de Helena Rodrigues Bezerril, ao passo que casou adotou o sobrenome do marido, OLIVEIRA. Nesta pesquisa optamos por utilizar o nome atual: Helena Rodrigues Oliveira.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

Reunião da Primeira Congregação de Professores — Orientação Pedagógica — Reforma parcial da Legislação do Ensino Normal — Anísio Teixeira ajuda a Paraíba — Telegrama ao Ministro José Américo — Visita ao Governador João Fernandes — Notas

Reuniu-se, ante-ontem, às 15 horas, a primeira Congregação de Professores do Instituto de Educação da Paraíba.

Com a recente nomeação dos professores catedráticos da Escola de Formação de Professores, instalou-se, na mesma ocasião, a Congregação, que, imediatamente, tomou de parte do Diretor do estabelecimento, professor Afonso Pereira, da situação atual do ensino normal, consoante a lei 850, de 2 de dezembro de 1952, que estruturou o ensino médio, no Estado da Paraíba.

Compareceram quase todos os professores, tendo sido apresentado, na ocasião, o prof. José Pedro Nicodemus, por cujo contrato e aquisição para o corpo docente, foi concedido um voto de congratulações ao Instituto.

PROGRAMAS E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Passando aos outros assuntos, lembrou o professor Afonso Pereira a necessidade de se confeccionarem os programas do Curso Pedagógico, em suas três séries.

Insistiu o Diretor pela objetividade deles, dando-lhes um sentido prático e moderno e adaptado ao meio ambiente, pois seriam programas-padrão, devendo ser aproveitados por todos os cursos pedagógicos do interior do Estado. Também, focalizou esse aspecto muito importante de atribuir-lhes plasticidade, para que o professor possa deles tirar o maior proveito e moverem-se com liberdade.

Fulgor imprescindível ao aproveitamento escolar o contacto do estudante com a realidade social, utilizando-se métodos experimentais nas disciplinas que os comportarem; visitas às fábricas, excursões, e aulas em campo.

REFORMA DA LEGISLAÇÃO

Apresentou o Diretor, também, sugestões em torno da reforma parcial de alguns artigos e parágrafos da legislação vigente, que, depois de dois anos de experiência, falhara em pontos importantes à disciplina dos cursos.

Seriam divididas algumas matérias, como seria pedido, em junho, à Assembléia Legislativa, a modificação do número de aulas, aumentando-se o de Educação Física, Física e Química e Matemática e Artes Aplicadas e reduzindo-se o de outras julgadas de menor utilidade.

ELEIÇÃO DO CONSELHO TÉCNICO

Procedeu-se, nesta ocasião, eleição do Conselho Técnico.

co-Administrativo a que é confiada a missão de velar pelo maior e melhor rendimento do ensino, propondo reformas, dando pareceres e recebendo reclamações.

Ficou constituído dos catedráticos Emanuel de Miranda Henriques, Manuel Cavalcanti de Souza Filho, Francisco Diniz, Daura Rangel Santiago, Argentina Pereira Gomes e José Pedro Nicodemus.

A BANDEIRA DO INSTITUTO

Anunciou o Presidente da Congregação haver encarregado uma comissão de professores de desenhar, para estabelecer o modelo da futura bandeira do Instituto de Educação da Paraíba e da Escola de Aplicação, do mesmo estabelecimento.

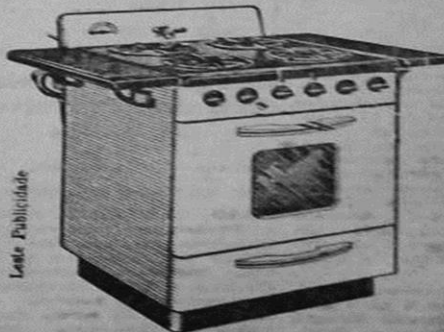
A CONTRIBUIÇÃO DE ANÍSIO TEIXEIRA

O professor Afonso Pereira, depois de falar nos obstáculos da instalação da Biblioteca "Murilo Braga", por falta de verbas, confessou-se grato ao grande educador baiano,

(Conclui-se na pág. 2)

VÁ BUSCAR DIRETAMENTE

EM ENTRADA
SEM FIA



Leite Publicidade

Es é a mais sensível!

O novo fogão próprio gás, simples e ultra eficiente de gasolina, vai sair! Consumo reduzido de Dep. Nacional que é mais barato e funciona sem mais despesas que as verdadeiras.

Fogão
Mipa

a Expo

Av. Barão de Trunfo, 497. — 1

2.1 A estruturação do ensino normal na Paraíba na década de 1950

A criação da Escola Normal no Brasil teve influência europeia, ao passo que acompanharam seus ideários e modelos educacionais, mais especificamente com o de orientação francesa, comungando com o iluminismo no intuito de espalhar luzes e fazer uma mudança de mentalidade, ou seja, “às implementações das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população (TANURI, 2000, p. 62). Uma escola destinada à formação docente que deveria assumir os princípios da Revolução Francesa: escola estatal, laica, gratuita e universal. Ideais que tiveram dificuldades para serem implementadas, chegando em alguns momentos a serem infrutíferas nas práticas educacionais dos vários estados do país. No que se refere ao ensino normal, Araújo (2010) faz uma apresentação do que mais identifica o percurso da Escola Normal no Brasil do século XIX;

Dentre outros aspectos, destacamos apenas três, por serem os mais persistentes e/ou recorrentes na trajetória daquelas instituições: 1 – a criação das primeiras escolas normais esteve atrelada ao processo de construção hegemônica do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia, bem como impor seu projeto político na sociedade brasileira em toda a sua extensão; 2 – os primeiros anos de funcionamento daquelas escolas se caracterizaram por um processo moroso e enfadonho de formação (currículo extenso e essencialmente enciclopédico). Com efeito, não se mostravam atraentes bem como, não passavam de uma instituição quase que desconhecida que enfrentava uma série de dificuldades tanto física quanto humana no seu cotidiano; 3 – as escolas normais que foram criadas até o final do século XIX, caracterizaram-se por um longo e desgastante processo de instabilidade e de descrença, marcado por uma sequência de criação, extinção e recriação (ARAÚJO, 2010, p. 59).

Estes três aspectos apontados pela autora estiveram atrelados à necessidade de mudança no cenário educacional brasileiro e paraibano, defendidas pelos intelectuais e gestores públicos da época, que visavam qualificar professores para a instrução pública como condição básica para a universalização de educação, a partir dos ideários da modernidade, ou seja: garantir o acesso e a qualidade da educação a todos. Sabemos, entretanto, que a tônica que se dava nos discursos públicos, não era a mesma no processo de organização e de funcionamento da instrução pública. Sendo, portanto, uma constituição morosa, deficiente e efetivado com condições físicas e humanas precárias.

Sendo assim, com base nos contributos investigativos desenvolvidos por Araújo (2010), Kulesza (2000, 2011) e Pinheiro (2012) no âmbito da história da Escola Normal na

Paraíba, apontamos que de uma forma geral, a primeira parte da República é o período o qual, a tessitura do sistema educacional encontra-se melhor arranjado, embora tenha andado a passos morosos.

Essa realidade se dá, segundo Vicentinni e Lugli (2009, p.37) “[...] no que marcou a educação no primeiro período da república como essencialmente (lenta) a organização de estruturas burocráticas de controle estatal”. Entre essas estruturas, encontrava-se a contratação de inspetores de ensino remunerados, a construção de edifícios com arquitetura e princípios de higienização, pensados apenas para a utilização das escolas e leis construídas pautadas em ideais convergentes. Sobre essas ideais convergentes:

É importante considerar que, embora o conhecimento pedagógico e as formas administrativas para o ensino fossem se tornando semelhantes para os diversos estados brasileiros, as condições sociais e econômicas eram bastante diferenciadas em cada lugar. (VICENTINNI; LUIGLI, 2009. p.39).

O Decreto Lei n.8.530, de 02 de janeiro de 1946, que corresponde à Lei Orgânica do Ensino Normal, buscou dar uma organização nacional a formação dos/as professores/as, visto que cada estado tinha uma legislação própria. Bem como visou articular com os demais níveis de ensino. Podemos destacar que a lei se apresenta de forma pormenorizada, estabelecendo as modalidades dos cursos, do currículo, da carga horária, da forma de organização das atividades entre outras regras a serem seguidas e colaborou para a validação em território nacional do diploma dos professores primários.

Conforme as diretrizes legais de 1946, as Escolas Normais e os Institutos de Educação ofereceriam o ensino em nível de 2º Ciclo, ou Colegial e os Cursos Normais Regionais, a formação em nível de 1º Ciclo, ou Ginásial. O primeiro era feito em três anos, após a conclusão do Curso Ginásial, podendo ser realizado em caráter intensivo, em dois anos, e concedia diploma de Professora Primária. O Curso Normal Regional ou de 1º Ciclo, tinha quatro anos de duração, com ingresso após o ensino primário, concedia o diploma de Regente Primário. No ensaio *Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais*, Lourenço Filho (1943, p.68-69), justifica: “Dois níveis são julgados necessários na formação docente de grau primário, em virtude das diferenças de ordem econômica e cultural existentes entre as várias regiões do país, e, ainda, dentro dessas regiões, em zonas claramente determinada por essas condições”.

Além de uma clara dificuldade do governo de chegarem com escolarização primária e formação docente nas regiões interioranas, devido à carência de recursos da parte de muitos

Estados, existia no país uma corrente de pensamento intelectual e econômica que tinha interesse em consolidar uma escola rural, com proposta pedagógica que abarcasse as pessoas das zonas rurais em suas necessidades e esta perspectiva veio de encontro ao ensino normal.

Trata-se do movimento ruralista – oriundo já no final da segunda década -, com propostas e iniciativas no sentido de ajustar os currículos da escola primária e normal às peculiaridades do meio. Buscava-se utilizar a escola para reforçar os valores rurais da civilização brasileira, para criar uma consciência agrícola e assim se constituir num instrumento de fixação do homem do campo. Com vistas à preparação de professores especializados para o magistério na zona rural, defendeu-se a criação de escolas normais rurais. (TANURI, 2000, p.75).

Neste sentido, o Decreto Lei n.8.530, de 02 de janeiro de 1946 acolheu essa demanda e a reorganização dos sistemas ocorreu em consonância com uma expansão das escolas normais e em especial dos Cursos Normais Regionais, que contava no ano de 1951, com 121 cursos normais regionais, de par com as escolas normais comuns, então, em número de 434. Conforme identifica Lourenço Filho (1953, p.78):

No espírito da Lei, ocupa a disciplina Trabalhos Manuais e Atividades Econômicas da Região papel central, ou dominante. Deverá desenvolver trabalhos práticos para conhecimento das técnicas regionais de produção e exercícios de observação e investigação, quanto à vida dos grupos de população, seus costumes e possibilidades de melhoria por influência da escola. A legislação de cada Estado poderá acrescentar outras disciplinas, se isso for julgado conveniente, e deverá, em cada caso, definir o caráter especializado dos cursos regionais que estabeleça.

O Curso Normal Regional de Mamanguape foi fundado no ano de 1949 e conforme apresentado até agora, funcionou sob a organização da Lei federal de 1946, já que na Paraíba só foi discutida e aprovada a legislação que dava organização ao ensino normal, com a Lei 850, de 06 de dezembro de 1952.

O artigo 152, parágrafo único da Constituição de 1934, que previa a criação de departamentos de administração do ensino, nos estados; e a Constituição Estadual da Paraíba, em seu artigo 128, o qual, determina que a organização do ensino deveria seguir os encaminhamentos estabelecidos na Constituição da República, dão um suporte legalista para um momento ímpar, na história da educação brasileira, a qual coloca o problema do ensino como matéria constitucional. Desde então, visualizamos um movimento da estruturação do sistema educacional brasileiro. Este também era um dos princípios do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova feito em 1932, por professores ao povo e o governo.

Pela leitura global do Manifesto, pode-se perceber que a idéia de plano de educação se aproxima, aí, da ideia de sistema educacional, isto é, de organização lógica, coerente e eficaz do conjunto das atividades educativas no âmbito de determinado país. (SAVIANI, 2006, p.33).

Embora tenhamos recuos e avanços na regulamentação do ensino brasileiro, pois abarca os interesses dos variados grupos que assumiram os postos políticos do país, concordamos com Saviani (2006) ao defender que “[...] se caminhava, das partes para o todo, na direção da regulamentação do ensino brasileiro, do ponto de vista das idéias educacionais, ganhava terreno o movimento renovador”. (SAVIANI, 2006, p.39). Dando atenção às devidas peculiaridades locais e ou governamentais, chegamos às décadas de 1940 e 1950 com o principal grupo articulador do pensamento escolanovista em cargos que corroboravam para que essas concepções ganhassem novos e ativos adeptos, embora que estes (re) significassem em suas práticas (a depender das suas realidades) os conceitos defendidos por estes professores.

Na Paraíba, como em muitos outros estados, essa demanda vai se configurando a partir dos meandros da gestão pública, totalmente imbricadas aos aspectos políticos. No que se refere à estruturação do sistema educacional paraibano. “A 25 de outubro de 1935, o líder do governo, Deputado Octávio Amorim, apresenta o projeto de reforma da instrução pública que, aprovado por seus pares, é convertido em Lei n. 16, sancionada [...] em 16 de dezembro de 1935”. (LEITÃO, 1986, p.42). Esta cria o Departamento de Educação, a qual, especifica e delega os encaminhamentos que devem ser seguidos em todas as modalidades de ensino, serviços técnicos, de secretaria, de inspetoria e outras.

O projeto de lei aprovado foi elaborado pelo professor José Batista de Mello, neste momento, os ideais da Escola Nova estavam em sua maior pujança e no melhor momento de articulação entre os estados brasileiros, tendo como eixo norteador desta proposta os estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Distrito Federal. Na Paraíba o referido professor foi o escolhido para visitar os estabelecimentos de ensino do Distrito Federal e do Rio de Janeiro e, partir destes estudos, organizar o plano de reforma do ensino paraibano, conforme pode ser observado no ensaio intitulado *José Batista de Mello e a Reforma da Educação da Paraíba*, de Kulesza (2011). Com os movimentos que levaram a ser decretado o Estado novo em 1937 no Brasil, esse projeto não se solidifica na prática: “Com o apoio decisivo da Igreja, Argemiro silencia no Estado os setores nos quais seriam capazes de repercutir os anseios de renovação da educação propalados

no sudeste do país, anseios estes que seriam totalmente desfeitos pelo golpe de novembro”. (KULESZA, 2011, p.396).

Com a culminância do Estado Novo, vamos observar na Paraíba e no Brasil um arrefecimento da vontade política de dar continuidade aos ideais escolanovistas, afetando os projetos de variados estados. Ao nosso ver, a partir de 1945, com o fim do Estado Novo retomamos esses ideais, com características próprias do novo momento político, econômico e cultural da redemocratização brasileira.

No final dos anos 40 e durante a década de 1950 do século XX, vamos vivenciar na Paraíba um momento efervescente de estruturação da instrução pública, o Decreto-lei nº 320, de 8 de janeiro de 1949, concedeu autonomia aos municípios para a organização de seus sistemas de ensino;

Uma visão moderna dos problemas educacionais criou condições para a elaboração da Lei n.320, de 08 de janeiro de 1949, que deu nova organização ao ensino primário. Esse diploma legal consubstanciava as ideias de renovação nos setores do ensino, fortalecidas pelo relacionamento da Secretaria com os órgãos do Ministério da Educação, responsáveis pelo planejamento e execução de projetos que visavam uma nova sistemática da política educacional, principalmente o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos com o seu programa de aperfeiçoamento e reciclagem do professorado, altamente valorizado pelos numerosos cursos ministrados por mestres e técnicos da melhor qualificação. (LEITÃO, 1986, p.56).

Para termos uma noção dessa estruturação no ensino paraibano, vamos ter de 1949 a 1955, doze (12) leis aprovadas e, dentre elas, 06 estão diretamente ligadas à Escola Normal, conforme destacamos em negrito. Vejamos:

- 1 Lei nº354, de 1949, criação da campanha da merenda escolar;
- 2 **Lei nº608, de 13 de novembro de 1951, reestruturou a carreira de inspetor técnico de ensino;**
- 3 **Lei nº722, de 4 de janeiro de 1952, criou a Superintendência do Ensino Normal;**
- 4 **Lei n.850, de 02 de dezembro de 1952, que corresponde à lei Orgânica do Ensino Normal da Paraíba;**
- 5 **Lei nº867, de 30 de dezembro de 1952, organizou o quadro docente do Instituto de Educação;**
- 6 Lei nº1119, de 28 de dezembro de 1954, reestruturou a carreira de professor primário;

- 7 Lei nº1333, de 28 de dezembro de 1955, facultou de aposentadorias aos professores primários e secundários, aos inspetores técnicos e orientadores educacionais;
- 8 Lei nº1175, de 2 de março de 1955, criação de dotação para professores substitutos de escolas isoladas;
- 9 Lei nº1168, de 28 de março de 1955, reformou a Escola Modelo;
- 10 **Lei nº1172, de 28 de março de 1955, criou 55 cargos de inspetores educacionais;**
- 11 Lei nº1203, de 1955, criação do Serviço Social Escolar;
- 12 **Lei nº1376, de 12 de dezembro de 1955, efetivou os professores fundadores das cadeiras existentes na Escola de formação de Professores.**

Sobre a reestruturação da carreira de inspetor técnico do ensino encontramos no Jornal *O Correio*, em 26 de fevereiro de 1954, uma reclamação explícita ao Governador João Fernandes de Lima, o qual foi publicado sem assinatura. Acreditamos que este, tenha sido escrito pelo professor Afonso Pereira da Silva, na época era Diretor do IEP e também do Jornal *O Correio*. Assim, segue o teor das reclamações:

Não obstante sancionada pelo Governo há mais de dois anos, a lei n 608 de 13 de novembro de 1951, que reestruturou a carreira de Inspetor Técnico do Ensino Primário neste Estado, até agora não surgiu a medida seus efeitos, pois, a dotação da verba destinada a sua execução, até esta data, não foi providenciada. Outrossim, a adoção do processo para as promoções, por conseguinte, o provimento de quatro vagas na classe inicial da carreira, não tendo sido levada a cabo, praticamente ficaram inexistindo os resultados que seriam de se esperar daquela sanção. Apelando para o sr. Governador do Estado, a quem solicitaram em seu favor imediatas providências, dirigiram, sete dos vinte e um educadores beneficiados com a Lei nº 608, extensa carta, fazendo ver ao Chefe do Executivo paraibano o alcance do Projeto elaborado há tempos atrás pela Assembléia Legislativa da Paraíba. (O CORREIO, (26/12/ 1954).

Esta realidade nos faz perceber, que apesar das leis estarem sendo elaboradas e sancionadas, nem sempre na prática, elas sejam empregadas e ou efetivadas. A dificuldade dos gestores em fazer acontecer o que se estabeleceu em lei é mister de preocupação de Afonso Pereira da Silva, que proclama por uma criação de um sistema educacional, em detrimento da falta de organização tão “natural” nas atividades administrativas brasileiras.

A educação brasileira não fere a sua realidade. A improvisação foi, em todo o tempo, o caráter de nossas atitudes, que, por serem inesperadas e irrefletidas, tiveram êxito, muitas vezes, em fatos decisivos de nossa vida política e social.

O erro, talvez, dos que querem educar, é de pensarem numa unidade e igualdade para este admirável colosso! O fato é que, entre nós, a educação não pertence a extremos; também não pertence ao centro. Ela é vaga, artificial, desacomodada as necessidades e inadaptada às contingências geográficas e sociais [...] Presume-se e nisto parecer crer o eminente educador Anísio Teixeira (Educação Progressista) que de uma divisão e sub-divisão de zonas e regiões se pudesse erigir de um sistema educativo onde se visse impresso esse caráter de redenção nacional. (SILVA, 1953, p.50).

Acreditava o diretor do Instituto de Educação da Paraíba que para resolver as dificuldades enfrentadas pelo ensino público, deveria este, ter um sistema de ensino que funcionasse de forma efetiva com base no planejamento de ações pautadas por conhecimento da realidade, esta só seria feita se o país subdividisse a organização administrativa da educação, visto que em um país de tamanho continental, não conseguiria um poder central dar conta das regionalidades. Afonso Pereira da Silva cita o professor Anísio Teixeira, à época, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em variados documentos elaborados pelo diretor do IEP. Parece-nos ser este professor uma das pessoas que na Paraíba difundiu os interesses do movimento da Escola Nova, levando em consideração, as peculiaridades do diferente momento político e dos espaços educativos, ao qual estavam inseridos no contexto dos anos da década de 1950. Como podemos identificar na afirmativa a seguir:

O Ensino Normal foi, como se sabe, uma das chaves da pedagogia anisioteixeriana e, na Paraíba, os que se lançaram na senda de seu fortalecimento – Durmeval Trigueiro, Afonso Pereira, Kleber Marques, José Pedro Nicodemos⁸, Stênio Lopes, Daura Santiago e José Medeiros Vieira – não desmentiam a inspiração de que se faziam portadores, como seguidores de Anísio Teixeira. (MELLO, 1992, p.109).

A proposta política e pedagógica dos escolanovistas, como solução dos problemas educacionais na difusão da escola pública, gratuita, laica e renovadora nos métodos de ensinar e aprender, nesse contexto, sofria os interesses das demandas locais. Vejamos que a formação docente na Paraíba estava pleiteada em quase sua totalidade, pelo crivo da igreja católica⁹ e de cunho privado. A expansão no ensino normal de educandários de ordem privada, na maioria delas de propriedade das congregações católicas, não só tinha a permissão de funcionamento, como o

⁸ Grifo nosso – José Pedro Nicodemos foi um dos idealizadores, fundadores e professores do Curso Normal Regional.

⁹ Com exceção de poucas instituições que não eram organizadas pela Igreja Católica, como é o caso do Curso Normal Regional de Mamanguape em análise nos próximos capítulos.

apoio e a participação dos agentes do governo (fiscais) também ligados à igreja. No relatório escrito pelo fiscal do governo Pe. Manoel Otaviano de M. Lima e encaminhado à Superintendência do Ensino Normal (localizado no IEP), o mesmo apresenta suas observações sobre a Escola Normal Regional São José, localizado na cidade de Sousa.

Não tem prédio próprio. Funciona em um casarão pertencente a diversos condôminos, criada sem as adaptações pedagógicas exigidas e necessárias [...] Seria, porém, mais proveitoso a sociedade sousense, tão tradicionalmente dada ao cultivo das letras, imitasse aos municípios vizinhos, construísse um prédio próprio, com as acomodações precisas, capaz de um internato vultoso, servindo muito mais eficiente no meio sertanejo que tanto precisa de esforço de todos para debelar a grande cegueira do analfabetismo reinante. (INSTITUTO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1952, p.02).

Conforme o fiscal do governo apresenta, o Ensino Normal na Paraíba tinha um caráter privado. Entretanto, as construções de suas sedes eram feitas pela população local, em outras palavras, deveria o diretor da instituição que era ligada a igreja católica, buscar auxílio da sociedade sousense para arrecadar fundos e subvenções municipais e estaduais necessárias à construção de um prédio sede para a escola, realidade esta ocorrida nas demais instituições ligadas ou não a igreja. As subvenções estaduais eram comuns, tanto na fase inicial de construção das sedes, como a garantia de pagamentos a professores. Na Escola Normal Regional de Santa Luzia do Sabugí “O Governo do Estado paga a quatro professoras para lecionar no referido colégio. Também quatro religiosas são ali professoras. Não há nenhum professor do sexo masculino. (INSTITUTO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1952, p.03). Discurso que se segue ao falar da Escola Normal Regional Monte Carmelo de Princesa Isabel, a Padre Diniz em Itaporanga, a de Santo Antônio do Piancó que além de verbas estaduais recebiam também do governo federal,

Percebemos no que se refere aos métodos de ensinar e aprender que, tanto os atores das congregações católicas, como das poucas instituições que não estavam atreladas a estas, apresentam um discurso a favor da renovação dos métodos de ensino, condizentes com a perspectiva da Escola Nova, embora não possamos afirmar que estas eram de fato, significativas nos cotidianos escolares. Aferimos tais afirmações, por exemplo, no Regimento Interno do Curso Normal Regional de Cuité, anexo ao Instituto América, conforme pode ser observado abaixo: “Art. 1º - O Instituto América, fundado em 21 de Maio de 1952, tem sua sede na cidade de Cuité, tendo por finalidade: a) – proporcionar educação primária, concorrendo para o desenvolvimento

da formação mental e moral das crianças , tendo em vista os modernos métodos de ensino”. (INSTITUTO AMÉRICA, 1952).

O professor Afonso Pereira da Silva, como diretor do Instituto de Educação da Paraíba fez variadas reflexões, sugestões e reclamações aos políticos de sua época, se utilizando da função que gozava, para em nome do Ensino Normal da Paraíba, levantar a bandeira de que houvesse uma Reforma na Educação, de fato e de direito, na mais pura prerrogativa dos defensores da Escola Nova, conforme pode ser observado abaixo:

Lei 850, de 6/12/52. – Foi esta a lei fundamental do ensino normal e do Instituto de Educação, regulando as perfeitamente. Resultou do estudo aprovado da Direção do estabelecimento que contou com o auxílio do saudoso professor Murilo Braga e do eminente educador Anísio Teixeira, atual diretor do INEP. Por ela sobretudo lucra o ensino normal regional que não tinha por onde se orientar, escolas existiam que funcionavam umas a exemplo do ensino normal do Ceará, outras orientando-se pelo estado de Pernambuco. A fiscalização não dispunha de um regime legal que esclarecesse suficientemente. A partir de 6/12/52, no entanto, começa a ter existência real o ensino normal no Estado e mais ainda o Instituto de Educação que possa a ser uma espécie de “Colégio Pedro II” na Paraíba. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1956).

Dessa forma, estava a partir de 1952 a Paraíba com uma legislação própria que regimentava o ensino normal. O Curso Normal Regional de Mamanguape e os demais desta modalidade, incluindo as Escolas Normais do estado paraibano. Encontramos uma crítica em relação à referida lei, uma vez que ampliou o curso de quatro para cinco anos, conforme pode ser visto no relato,

Mas, o projeto traz um aumento do curso normal, isto é, do tempo previsto pelo ministério da instrução federal, que é de quatro anos, para cinco. Mais um ano para a expedição do diploma ao aluno normalista. Acharmos essa medida um entrave à difusão do ensino primário. O sertanejo luta com inúmeros embaraços para educar um filho. O estabelecimento mais próximo e que lhe facilita mais essa consecução é a escola normal, já bem disseminada por toda a parte. Embora cara, exigindo enxoval vistoso e, muitas vezes, desnecessário, em todo caso, é o que melhor oferece condições mais toleráveis para educar uma filha. Aumentar mais um ano ao curso normal é prolongar martírio do pai de família que, muitas vezes, contrai dívidas para chegar ao seu desiderato. Mesmo, si o curso de quatro anos, adotado em quase todos os Estados, no preparo de professores, vem satisfazendo bem sua finalidade, que razão ha para esse aumento, que naturalmente irá diminuir a matricula das escolas normais sertanejas. São elas regionais, rurais, visando a difusão do ensino primário e algo da técnica agrícola, tão útil ao nosso Nordeste tão carente de aumento de produção. Julgamos, pois, que os senhores deputados, ao votarem essa lei de interesse coletivo, vejam essa falha que deve ser corrigida, deixando o curso normal moldado aos quatros anos determinados

pelo ministério da instrução federal. Quanto ao número de disciplina ou matéria a ser estudada cada ano, apenas notamos que sendo ministrado francês no segundo e terceiro ano e inglês apenas no quarto, um só ano para uma língua universal, língua comercial como se chama, sempre exigida em concurso, nada impediria que ela também fosse matéria do terceiro e quarto ano. O aluno sairia com conhecimentos mais perfeitos dessa matéria linguística. Deixo aqui a minha opinião, o meu modo de ver o ensino normal como deve ser facilitado, sobre o nosso rincão sertanejo. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1952).

Nenhuma das observações feitas pelo fiscal do governo Pe. Manoel Otaviano de M. Lima foram atendidas. Dessa feita, o curso passou a ser de cinco anos, e a disciplina de inglês continuou apenas no quarto ano. Outra mudança que veio a diferir da Lei nacional foi a retirada da disciplina Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, que no Decreto Lei n.8.530, de 02 de janeiro de 1946 deveria ser ministrada na primeira série do Curso Normal Regional. No mais, não percebemos maiores diferenças na lei estadual para a lei federal, inclusive em alguns pontos as frases se repetem.

Ainda sobre a fala do fiscal do governo e suas críticas acerca do aumento dos anos do ensino normal na Paraíba, percebemos que a partir deste, algumas instituições tiveram dificuldades em manter-se com um quantitativo de discente suficiente, visto que muitas alunas optaram por seguir o ginásio, em parte por quererem preparar-se para o exame de vestibular e em parte, por ter ampliado o tempo e o custo desta formação. No caso, do Curso Normal da Regional de Mamanguape sofreu uma queda brusca no número das matrículas desse educandário, preferindo as alunas fazerem o ginásio.

O Ensino Normal na Paraíba ficou segundo o espírito da nova lei, sob a orientação dos agentes educacionais que circularam pelo o IEP, criando entre eles: Afonso Pereira da Silva e Kleber Marques. Em 1956, o Diretor do Instituto de Educação da Paraíba, Afonso Pereira, passa a ser Diretor da Divisão de Ensino Normal, conforme identificamos quando:

[...] expõe o Diretor do Instituto que o Secretário de Educação, O professor Durmeval Trigueiro, achava-que deveria ser extinto o cargo de Diretor do Instituto de Educação da Paraíba pelo de Diretor da Divisão de Ensino Normal. Em princípio, era contra, e, por isso, pedia o Conselho de seus colegas. A unanimidade dos catedráticos apoio o pensamento do Diretor, que, então, passou a ler um ofício a ser encaminhado ao professor Durmeval Trigueiro, que vinha de fato esforçando-se por dar ordem definitiva ao ensino normal. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1956).

Dessa forma, acreditamos que passa a ser responsabilidade do IEP, representados na pessoa de Afonso Pereira da Silva e em conjunto com os demais professores da instituição, fazer valer a Lei 850, de 06 de dezembro de 1952, onde prevê no capítulo III, Art. Art.39- “Serão oportunamente expedidos pelo Departamento de Educação, através da Superintendência do Ensino Normal, os programas de ensino das diversas disciplinas dos cursos normais regionais”.

O exercício de analisar os artigos da referida lei, no que se refere aos aspectos curriculares e outras demandas, já era prática comum em 1954 quando, por exemplo, o grupo, porta-vozes do ensino normal na Paraíba, se dedicou a analisar a lei na perspectiva de reformulá-la. Assim, observamos as discussões em torno da mesma:

[...] apresentou, sugestões em torno da reforma parcial de alguns artigos e parágrafos da legislação vigente que, depois de (2) dois anos de experiência, falhara em partes importantes, seriam divididas algumas matérias, como seria pedido em junho, à Assembleia Legislativa, a modificação do número de aulas, aumentando-se as aulas de Matemática, Artes Aplicadas, Física, Química e Educação Física, isto é, as práticas, reduzindo-se de outras julgadas de menos utilidade. [...] falou sobre o artigo 4º da lei 850 de 6 de dezembro de 1952, que veda a entrada do sexo masculino. Após alguns esclarecimentos ficou combinado a alteração do art. 4º a Lei de Ensino Normal. Entrou em discussão o art. 5º da lei do Ensino Normal (aprovação do exame vestibular) e ficou combinado que os candidatos que obtiverem em cada disciplina a média superior a 70, serão considerados habilitados. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1954).

Mas, é a partir dessa proposta do governador Durmeval Trigueiro, que o grupo começa a organizar uma padronização nos programas das cadeiras dos currículos adotados do ensino normal na Paraíba. Essa atividade, a qual é denominada de tríduo pedagógico, encontra-se descrita abaixo:

TRÍDUO PEDAGÓGICO. Com a finalidade de criar maior e mais intenso intercâmbio entre as escolas normais (cursos pedagógicos, ou 2º Ciclo) e as escolas normais regionais (1º ciclo) e as autoridades educacionais, foi instalado, no dia 17 de novembro do ano em curso, o primeiro Tríduo Pedagógico, espécie de fundamento às Semanas Pedagógicas que sempre foram idéia da Direção do Instituto de Educação, patrocinada pela Secretaria de Educação, sob gestão do professor Durmeval trigueiro, e amparada pelo Govêrno do Estado. Nesse Tríduo foram aprovados e estudados para todo o estado os programas das cadeiras dos currículos (do 1º e do 2º ciclo), e que constitui fato inédito nos anais do ensino normal do país, conforme depoimentos de técnicos autorizados. Grande conquista desse conclave foi a criação da Divisão de Ensino Normal, ante projeto redigido, anteriormente, pelo Diretor do Instituto, e agora aprovado com ligeiras emenda, devendo pela Secretaria de Educação ainda ser encaminhado a Assembléia Legislativa do Estado. Também, nesse sentido, dá a Paraíba um avanço sobre as demais unidades da federação. Ficou evidenciado

que se não fora o cuidado do atual Governô pela restauração do ensino normal, não seria possível tão breve lhe prover melhor destino: pois a tendência, e alguns fatos o comprovam, seria a sua total extinção, excetuando talvez o oficial. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1956).

Não encontramos nenhum indício de que o Instituto de Educação da Paraíba tenha enviado programas das cadeiras dos currículos do 1º e do 2º ciclo para os educandários do ensino normal da Paraíba. Entretanto, na lei aprovada em 1952 estava posto que:

Art. 38- os programas de ensino das diversas disciplinas constantes do curso de formação de professores primários do Instituto de Educação, depois apreciados pelos Conselho técnico, na forma estabelecida pelo regimento Interno daquele Instituto, submetidos à aprovação do Departamento de Educação. § 1- Os programas postos em vigor serão trienalmente revistos pelos respectivos professores, que, entretanto, somente poderão alterá-los, ou substituí-los, mediante estrita observância dos dispositivos fixados neste artigo. § 2- Os programas vigentes no curso de formação deverão ser rigorosamente observados nos demais estabelecimentos que mantenham curso de segundo ciclo de ensino normal. Art. 39- Serão oportunamente expedidos pelo Departamento de Educação, através da Superintendência do Ensino Normal, os programas de ensino das diversas disciplinas dos cursos normais regionais. (PARAÍBA, 1952).

Nesse sentido, inferimos que a importância do tríduo pedagógico ocorrido em 1956, tenha se dado na medida em que oportunizou a troca de informações de uma instituição para outra, bem como viabilizou o estudo dos programas das disciplinas. Não encontramos, ainda, nenhuma outra informação sobre a dinâmica e os envolvidos nesta atividade. Encontramos no IEP, nos relatórios das instituições de ensino normal, os pontos de estudo de cada disciplina. Entendemos que eles ali estavam por exigência do estado para que fossem analisados e encaminhados ou não correções, se assim necessitassem. Segundo registro em caderno de ata do Instituto de Educação da Paraíba, o mesmo contava com as seguintes instituições de Ensino Normal no estado paraibano:

Escolas Normais Regionais (1º Ciclo)
 Esc. Nor. Reg. (Rural) “São José” – Sousa
 Esc. Nor. Reg. “Santa Luzia” – Santa Luzia
 Esc. Nor. Reg. “Francisca Mendes” – Catolé do Rocha
 Esc. Nor. Reg. “Monte Carmelo” – Princesa Isabel
 Esc. Nor. Reg. “Padre Diniz” – Misericórdia
 Esc. Nor. Reg. “Cuité” – Cuité
 Esc. Nor. Reg. “Santo Antônio” – Piancó

Esc. Nor. Reg. “de Mamanguape – Mamanguape
 Esc. Nor. Reg. “Arruda Câmara”- Pombal
 Esc. Nor. Reg. “N. S. da Luz” – Guarita (Ext.)
 Esc. Nor. Reg. “N. S. do Rosário” – Campina Grande. (Ext.)
 Esc. Nor. Reg. “de Bananeiras”– Bananeiras (Ext.)
 Obs. O Ginásio “Nossa Senhora da Luz” vem de requerer o funcionamento anexo ao mesmo, da Escola Normal Regional (1º ciclo).
 Escolas Normais (2º ciclo ou Cursos Pedagógicos)
 Instituto de Educação – João Pessoa
 Escola Normal “N. Senhora das Neves”– João Pessoa (Extinta)
 Escola Normal “Imaculada Conceição” – Campina Grande
 Escola Normal “Alfredo Dantas” - Campina Grande
 Escola Normal “Santa Rita”- Areia”
 Escola Normal “Cristo Rei”- Patos
 Escola Normal “N. Senhora de Lourdes”- Cajazeiras
 Escola Normal “N. Senhora de Lourdes”- Monteiro
 (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1954).

Se observarmos como estão espalhadas geograficamente as instituições de ensino normal na Paraíba, vamos perceber que ocorreu uma interiorização desta modalidade no estado, pois estavam localizadas às instituições em cidades pólos, do litoral ao sertão paraibano. Na legislação aprovada em 1952, a interiorização dos Cursos Normais Regionais foi garantida no artigo 16, que define; “Não funcionarão, no município da Capital, e de Campina Grande, curso de Regêntes de ensino primário. ” (PARAÍBA,1952). Conforme apresentamos anteriormente, nas palavras de Lourenço Filho, o Curso Normal Regional que foi acolhido na Lei Orgânica do Ensino Normal Lei n.8.530, de 02 de janeiro de 1946, tinha duas finalidades: A primeira era atender a uma pedagogia rural, a qual buscava reforçar os valores rurais da civilização brasileira, para criar uma consciência agrícola e fixar as pessoas no campo. A segunda tratava de baratear e aligeirar a formação docente com o intuito de atingir as populações distanciadas da vida urbana, sendo que, uma estava atrelada a outra.

O que nos chama a atenção nesta interiorização, em especial aos cursos normais regionais, é a pouca caracterização dada à primeira intencionalidade na prerrogativa da lei federal, na medida em que estavam essas escolas muito mais organizadas ao caráter de escolas urbanas, que rurais. Pois, a grande maioria se estabeleceu nos centros das cidades, como no caso do Curso Normal Regional de Mamanguape que era próximo aos bancos, ao mercado municipal, a pracinha da cidade, ou seja, em uma localização central, não interiorizou em seu espaço físico um local para desenvolver atividades rurais, próprias das disciplinas de noções de avicultura e apicultura, agricultura e jardinagem. Observando os regimentos internos das maiorias das escolas

que tivemos acesso, apenas uma apontava para este intuito, embora que sejam apenas intenções escritas e fadadas a não acontecerem na prática.

Das finalidades f) concorrer, na medida de suas possibilidades para a elevação do conceito municipalista que deve orientar os habitantes do interior, enviando esforços para fixação do homem ao solo, trabalhando, assim, para a criação de uma consciência rural no país. Capítulo IV. Do Ensino 1º O curso de que se trata a alínea “e” deste artigo terá a seguinte designação: ESCOLA NORMAL REGIONAL DE CUITÉ. 2º A Escola Normal Regional de Cuité e o Curso primário obedecerão às legislações estaduais e federais vigentes. 4º A Escola Normal Regional de Cuité tem por finalidade formar professores para o ensino rural do Estado da Paraíba, contribuindo para a formação de um magistério primário capaz de exercer eficientemente a sua missão. (INSTITUTO AMÉRICA, 1952).

Em ofício encaminhado a Anísio Teixeira, à época Diretor do Instituto Nacional dos Estudos Pedagógicos, em 09 de agosto de 1956, o Diretor do Instituto da Educação da Paraíba Afonso Pereira da Silva, assim o informa “Visitei as escolas normais do interior, (primeira verificação feita até hoje), e vi quanto falta para que atinjam aquele desejado grau de rendimento, que é preocupação do muito ilustre amigo”. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1956). Embora, muito tenha-se comemorado depois de sancionada a Lei 850, de 06 de dezembro de 1952, que dá organização ao Ensino Normal da Paraíba, percebemos que na realidade, dificuldades foram se colocando à frente do otimismo que se percebe na fala do diretor do IEP.

[...] Procurando demonstrar que o Ensino Normal no Estado, esteve às vésperas de um verdadeiro colapso, é bastante observar que as poucas Escolas existentes, quatro foram extintas, não obstante a relevante importância para a instrução e educação do nosso povo, visto que é delas que saem as professoras primárias. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1954).

Nem tudo era desesperança, muitas estratégias foram pensadas para dar vida e estruturação organizacional à formação docente. Em ofício encaminhado às escolas de ensino normal em 18 de julho de 1956, Durmerval Trigueiro Mendes o Secretário de Educação e Cultura da Paraíba estipula o prazo de 90 dias para que os atuais estabelecimentos de ensino normal regularizem a sua situação, sendo essa determinação obrigadas as escolas de primeiro e segundo ciclo. Para tal, solicitava que fossem encaminhados a Divisão de Ensino Normal os seguintes documentos:

- 1 Certidão do Estatuto (inteiro teor, tirado do registro em cartório, após publicação em diário oficial);
- 2 Regimento Interno da Escola;
- 3 Planta baixa do edifício (Perspectiva da área coberta de recreio e abrigo e da área livre);
- 4 Declaração do Patrimônio (certidão de cartório, ou atestado do juiz, do prefeito, ou do coletor estadual);
- 5 Fotografia da fachada das escolas;
- 6 Prova de que o estabelecimento mantém uma escola experimental, de no mínimo três classes e um pré- primário;
- 7 Relatório relativo às instalações, corpo docente, valor estimativo do imóvel e do patrimônio, possibilidades de manutenção do corpo docente e meios financeiros para assegurar o bom funcionamento da Escola e das anuidades do corpo discente;
- 8 Atestado de idoneidade moral e social e capacidade intelectual do Diretor para administrar o estabelecimento, fornecido pelo juiz, ou pelo prefeito, pelo promotor, ou pelo coletor estadual;
- 9 Atestado de sanidade mental e capacidade física do Diretor, fornecido pelo médico, de preferência do médico do posto local;
- 10 Mesmos atestados para o secretário da escola;
- 11 Relação dos professores com respectivos títulos e declaração de cada um e por si de que aceita lecionar no estabelecimento (selado, com firma reconhecida);
- 12 Horário das aulas;
- 13 Requerimento ao Governador do Estado (selado), por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, enquanto não se instalar a Divisão do Ensino Normal;
- 14 Os pedidos deveriam ser feitos até o dia 31 de agosto de cada ano, sob pena de arquivamento.

Não encontramos relatórios de todas as instituições e os encontrados, nem sempre seguiram a ordem apresentada acima, não sabemos também, se foram enviados e por outras questões não se encontravam mais no arquivo do IEP. Sobre essa solicitação a respeito das instituições, percebemos um desejo da secretária de fiscalizar os educandários em suas atividades diárias. Dessa feita, encontramos ofícios dando retorno sobre os relatórios e/ou outra questão ocorrida no espaço da Divisão de Ensino Normal do Estado e as escolas que acompanhavam. O professor Afonso Pereira da Silva mantinha diálogo constante com as escolas para questões de ordem prática, como podemos identificar a seguir:

Submeteu V.S. á consideração deste Instituto os documentos referentes a vida escolar da Escola Normal Regional de Santa Luzia. Informo a V. S. que nos Boletins das 1^{as} provas parciais foram excluídas as provas de Inglês e Noções de Avicultura e Apicultura do 4^o ano, faço ciente também, que não constante na nova organização do Ensino Normal trabalhos manuais na 1^a e 2^a série, não deve ser lecionada a referida disciplina, em caráter obrigatório. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1955).

Para responder as solicitações feitas pelos (as) diretores (as) das escolas, o qual ele sempre respondia, conforme verificamos abaixo:

Solicito à Secretaria do Instituto de Educação , para ampliação de conhecimentos a serem ministrados no Curso Pedagógico Ginásio – Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes, os seguintes compêndios: Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba – Coriolano de Medeiros, Coreografia da Paraíba de José Coelho, Evolução Econômica da Paraíba de Celso Mariz, A Paraíba e seus problemas de José Américo de Almeida, Apontamentos para a história territorial da Paraíba de João Lira Tavares, História da Revolução na Paraíba de Ademar Vidal, Revistas do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba de Clovis Lima, Datas e notas para a História da Paraíba de Irineu Ferreira Pinto e História da Província da Paraíba de Maximiliano Lopes Machado. (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DE LOURDES, 1957).

Assim ele responde, “[...] estão esgotadas as edições em apreço, ressaltando o Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba de Coriolano de Medeiros e Evolução Econômica da Paraíba de Celso Mariz, que dificilmente poderei consegui-los” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1957). Essa seleção de livros feita pela diretora da Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes da cidade de Cajazeiras, sertão paraibano, serviria ao, nosso entender, para a consulta na Biblioteca da escola, e para o trabalho dos docentes sobre a História da Paraíba, embora, na organização curricular do ensino normal não tenha esta disciplina, nem no primeiro nem no segundo ciclo, inferimos que seria trabalhado no contexto da disciplina História do Brasil.

Creditamos a reportagem sem autoria do Jornal *O Correio*, no dia 21 de fevereiro de 1954, ao professor Afonso Pereira da Silva por ser ele, neste contexto, diretor do IEP e do jornal *O Correio*. Vejamos o título da reportagem INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: Exame vestibular e início de ano letivo.

O VESTIBULAR – Foi reduzido, como nos demais anos, o número de alunas inscritas no Concurso de Habilitação. Compareceram 15 das 18 que se inscreveram, significando que existe uma forte causa a desestimular as futuras professoras. Julgamos tratar-se dos baixos vencimentos, ridículos para uma

moça que estudou, após o ginásio três anos de curso especializado. Já isto não acontece em Pernambuco, onde a professora diplomada nomeada percebe dois mil e quinhentos cruzeiros mensais. Eis, por que o Instituto de Educação de Pernambuco está abarrotado de moças que o frequentam, a ponto de a Secretaria de Educação haver autorizado o funcionamento de um curso noturno. Pior já teve; ao menos, hoje, com a nova legislação, o diploma tem valor em todas as fronteiras do País, quando, até pouco, era uma expressão negativa, mesmo dentro da superfície estadual. (JORNAL CORREIO, 1954).

De acordo com Melo (2008, p.69) é notório por parte dos sistemas de ensino, a ausência de medidas que vinculassem a formação do professor à contratação para lecionar nos anos iniciais de ensino. “Em geral, a falta de uma adequada formação não se constituía em critério intransponível para o exercício docente [...]”. Sendo assim, o autor ainda afirma que “[...] o professorado polivalente ficava relegado a uma formação elementar [...]” (MELO, 2008, p.71). A realidade apresentada nesta reportagem desmotivava os jovens a fazerem uma preparação pedagógica nas escolas normais, visto que muitas vezes, não era necessário ter esta formação para assumir uma sala de aula, incluindo uma baixa remuneração salarial. Aliado a isto, estava o crescente interesse pelos cursos universitários e as críticas ao ensino normal.

A culminância do momento “universitário” na Paraíba chegou com a fundação da Universidade da Paraíba, pela Lei n. 1.366, de 2 de dezembro de 1955, com a incorporação de todas as faculdades que funcionavam na capital, citadas a baixo e incluindo a de Campina Grande. Sua federalização ocorreu em 13 de dezembro de 1960, coroando a nosso ver, a década de 1950, como a década universitária neste estado.

Na década de cinquenta começaram a surgir os colégios estaduais no interior do Estado [...] Por aquele tempo a Paraíba já se deixava empolgar pelas suas aspirações universitárias. A capital, que dispunha, apenas de uma unidade do ensino superior, a Faculdade de Ciências Econômicas, criada em 1947 [...], passou a contar com outros núcleos de formação universitária: a Faculdade de Direito, criada em 1949; a de Medicina, fundada em 1950; e a de Filosofia, Ciências e Letras instituídas ou estimuladas em sua criação pela ação administrativa do Governador Osvaldo Trigueiro. (LOPES, 1986, p.12).

Em reportagem publicada no jornal *A União*, no dia 10 de agosto de 1956, José Rafael de Menezes¹⁰ faz uma análise do resultado do vestibular no corrente ano universitário,

¹⁰ Paraibano da cidade de Monteiro foi promotor, deputado estadual da Paraíba (PSB), escritor e professor de Didática Geral, na Faculdade de Filosofia; Introdução à Filosofia, na Faculdade das Irmãs Lourdinhas; Sociologia, na Faculdade Santa Emília de Rodat; Ciências Políticas, na Escola de Serviço; Sociologia do Desenvolvimento, na Faculdade de Economia de Campina Grande e Sociologia e Psicologia Social, na Universidade Autônoma, atual

vivenciado na capital paraibana. Assim, o colunista faz um levantamento de ordem estatístico-escolar sobre as origens dos candidatos, o critério dos exames, seus resultados e apelos. Vejamos a análise que se segue, a partir dos dados da tabela 01:

TABELA 01 – Vestibular na capital paraibana – 1954

INSCRITOS	COMPARECERAM	APROVADOS	REPROVADOS
296	278	177	101

Fonte: Jornal A União, 1956.

Questiona-se o professor “Como explicar então o fenômeno quase inflacionário de candidatos preenchendo as vagas de tantas Faculdades, excedendo até algumas delas? ” (MENEZES,1954 p.2). Levanta para tal questionamento quatro possíveis respostas: O grande número de estudantes do Colégio Estadual (João Pessoa e Campina Grande); uma vocação da gente paraibana para a vida estudantil atrelada à existência de uma classe média que impulsionava a vida econômica, política e educacional do Estado e o que mais nos chama a atenção:

[...] o clima universitário que domina a cidade de João Pessoa – não falo tanto pelo seu sentido cultural, como também pelo social – cria disposições e ao mesmo tempo facilita, o retorno a vida estudantil de pessoas de idade adulta – portadores de curso pré-, de madureza, ex-seminaristas, até titulares de diversas categorias, aumentando assim, nesta fase de euforia universitária, o número dos concorrentes aos vestibulares. (MENEZES,1954 p.2).

Das reflexões feitas pelo professor sobre as demandas das aprovações e das reprovações do referido exame, nos detemos a analisar as que diretamente estão ligadas à demanda do Ensino Normal na Paraíba.

[...] 4) Superioridade do elemento feminino, desde que, das 88 candidatas ao Vestibular, 68 foram aproveitadas, ou seja 72, 27%, quando o índice dos rapazes foi de apenas 53,15%. É verdade que a existência da unidade exclusivamente femininas onde não houve reprovação diminui o efeito do retrato estatístico, entretanto a conquista dos primeiros lugares em Odontologia, Medicina (um terceiro), Filosofia (Estadual) em Direito (segundo e terceiro) coloca novamente em evidência o belo sexo...

5) Com especial satisfação registramos o sucesso alcançado por candidatas que haviam realizado o curso ginasial em modestos educandários do interior. O fenômeno – também constado nas candidatas ao Vestibular de Pedagogia,

UNIPÊ. Ainda, em João Pessoa, exerceu as funções de diretor de ensino, Auditor da Justiça Militar e diretor do Departamento Cultural da UFPB.

onde apenas o título ginásial é o exigido, assegura à base interiorana uma admirável evidência sobre a metropolitana. Uma política educacional de amparo a essas unidades, permitindo-lhes a instalação de cursos colegiais, será, como já procurei focalizar em outro trabalho o mais seguro caminho para garantir a “Universidade da Paraíba” em quantidade e qualidade o precioso elemento discente que necessita para cumprir sua finalidade [...] É justo que se aponte porém, o insucesso dos alunos que têm de fazer “adaptações”, sobretudo os de cursos pedagógicos e técnicos comerciais. Entre os primeiros responsabilizo o nosso Instituto de Educação. Já ouvi explicações de que só se interessam pelo currículo normal em nossa cidade estudantes sem mérito para enfrentar outros setores, alegando-se a modéstia da profissão de mestra primária, a pobreza dos seus honorários, Como a razão desinteresse dos mais aptos. Aceito a explicação e sempre lamentei – e sempre lutarei contra isto – que ainda não tenha alcançado esse profissional uma recompensa mais condigna. Entretanto, caberia ao Instituto de Educação, tanto por um processo de recuperação como pelo mais rígido de deputação, melhorar o nível dos seus titulares. Inferior ao ensino colegial e que de maneira nenhuma deve continuar, como vem sendo comprovado nestas e em outras oportunidades. (MENEZES, 1954, p.4 e 5).

Se a formação de docentes no estado paraibano não ia bem, a demanda por professores primários nas escolas era acentuada. Em reportagem cedida no dia 15 de março de 1956 ao jornal *A União*, o Diretor do Departamento da Educação, Dr. Hélio da Nóbrega Zenaide, ao fazer um levantamento do número de professores e regentes dos Grupos e Escolas do interior paraibano, compreendendo no dia da entrevista, as cidades de Araruna, de Cuité, de Picuí, de Santa Luzia, de Soledade, de Esperança e de Alagoa Nova, as quais contavam com a necessidade de preenchimento de 46 vagas de professores. Dados estes, ainda não finalizados, conforme o próprio secretário faz questão de frisar, alegando que o quantitativo é bem maior, quando se contabiliza todo o estado paraibano.

O ensino normal no estado paraibano na década de 1950 foi marcado nos primeiros anos por um otimismo político e administrativo, no sentido de dar uma estruturação da instrução pública com uma melhor organização e fiscalização dos estabelecimentos já existentes e a ampliação da rede de ensino que se dedicava à formação docente, em especial aos educandários que se organizaram nas cidades interioranas da Paraíba.

As leis que foram aprovadas, já citadas neste texto, as discussões e os encaminhamentos da assembleia de professores do Instituto de Educação da Paraíba, sob a direção de Afonso Pereira da Silva, que além de exercer suas atividades na função que ocupou, também como diretor da Divisão do Ensino Normal, se prestou a cobrar das autoridades gestoras, a efetivação das medidas decididas na legislação e, também, de reclamar das parcas

condições salariais que se submetiam as futuras docentes. Estiveram as instituições de ensino normal, em fase de transição e de adaptação sob as mudanças que foram ocorrendo ao longo dos cinco primeiros anos. Percebemos uma aproximação dos valores escolanovistas dos sujeitos que se debruçaram a esta modalidade de ensino, talvez, pela presença de Anísio Teixeira na direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o que facilitava a circulação de ideias e de ações financeiro e administrativo que comungavam das concepções renovadoras da escola. Entretanto, o chão das vinte e quatro¹¹ (24) instituições espalhadas pelo estado paraibano, não se apresentam de forma significativa sob a influência dessa perspectiva.

O que notamos é que ocorreu um desejo de estruturação do ensino público em todas as suas esferas (ensino primário, secundário e superior), com um avanço nas ideias, no que se refere à legislação, à construção de prédios escolares para instrução primária, embora que não suficientes, à expansão do ensino universitário e às discussões teóricas e metodológicas dos cuidados com o ensino, entretanto, apontamos para um processo moroso na efetivação de tais ideias. No que se refere ao ensino normal na Paraíba, as tentativas de “modernização” do ensino estiveram presentes, muito mais ligadas à perspectiva metodológica, identificamos nos relatórios encaminhados ao Instituto de Educação da Paraíba alguns pontos de estudos na disciplina de metodologia especial como: Os dez mandamentos da escola renovada, Método Decroly, Montessori, entre outros.

Nos anos finais da década de 1950 conviveram essas instituições com a interiorização dos ginásios que serviam de preparação para os exames vestibulares. Com a chegada da universidade, veio também as críticas ao ensino normal, conforme já explicitado, e um certo desinteresse pelo mesmo. Nos capítulos seguintes nos deteremos à compreensão de como se configurou a implantação e o funcionamento do Curso Normal Regional de Mamanguape, entre os anos de 1949 a 1957, para tanto, apresentando o contexto político, educacional e econômico desta cidade, conforme pode ser visto a seguir.

¹¹ Ao final da pesquisa catalogamos em diferentes fontes um total de 24 instituições do ensino normal, na década de 1950 na Paraíba, entre o Instituto de Educação, Escolas Normais e Cursos Normais Regionais, incluindo os extintos.

2.2 A educação e o cenário político em Mamanguape

Em 04 de dezembro de 1979, Mamanguape foi tombada pelo Patrimônio Histórico, Artístico do Estado da Paraíba, pelo Decreto 8.314. Se passearmos pelas ruas da cidade, em especial, as localizadas no centro, rapidamente, compreenderemos o que levou esta cidade a este patamar.

Prédios de utilização pública, como a Cadeia municipal, que foi construída entre 1853 e 1860, e que teve a visita de D. Pedro II, em 27 de dezembro de 1859, para averiguação das condições físicas do prédio e das acomodações dos presos que ali se encontravam. A Casa do Imperador, onde se hospedou D. Pedro II na referida visita, esta foi restaurada em 2006, com o objetivo de que funcionasse o Paço Municipal “Casa do Imperador” e o Memorial Vale do Mamanguape Dr. Flávio Clementino da Silva Freire (Barão de Mamanguape). O antigo Teatro Santa Cecília, que viu florescer em suas dependências a Escola particular Umbelina Garcez, Cinema Popular, o Cine São Pedro, o Cinema São José, a prefeitura, a câmara municipal e por fim, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Côn. José Paulino de Almeida.

As Igrejas Católicas, que não são poucas, dão o tom e o charme de uma cidade histórica, que de casario a casarão¹², em suas fachadas de azulejos e ornadas com ananases, vão apresentando ao atento visitante como se organizaram os moradores desta cidade em tempo outrora.

Ainda em movimento pelo centro de Mamanguape, entre tantos prédios históricos, alguns em ruínas, nos deparamos com o Grupo Escolar Professor Luiz Aprígio, fundado por Decreto – Lei de 01 de abril de 1939 [...] foi, durante mais de vinte anos, o único estabelecimento público de ensino da cidade de Mamanguape. (RODRIGUES, 2008, p.180).

A escassez de uma estrutura educacional arrojada e fortemente segmentada nas terras mamanguapenses, até a primeira metade do século XX, ao contrário do que ocorreu com a Igreja Católica, por exemplo, pode ser percebida na medida em que poucos são os indícios educacionais. Salvo, alguns registros que se apresentam a um leitor mais atento, nem sempre acompanhado de dados suficientes para uma boa compreensão.

¹² Na segunda metade do século XIX, Mamanguape vivia a época dos grandes sobrados de azulejos, construídos com material trazido da Europa para Mamanguape, os casarões traduziam a riqueza, o conforto e o poder da família patriarcal.

A estranheza dessa situação nos chama a atenção, na medida em que a cidade viveu dias de glória econômica no período imperial “Mamanguape nessa época era uma cidade notável. Era a única da Paraíba, afora a Capital, que tinha calçamento e lampião de gás.” (COSTA, 1986.p.52). O sucesso econômico, a formação predominantemente católica, a efervescência cultural e a participação de filhos da terra na política local e nacional, nos faz questionar o porquê do pouco crescimento educacional nesta terra que viveu dias tão radiantes.

No primeiro estágio, a cidade carrega em sua trajetória traços da colonização, instalação de engenhos, e uma montagem ativa do comércio, na qual teve um grande ápice econômico, com uma base em padrões de sociedade escravocrata. Sobre o movimento em prol da abolição da escravatura, que no Brasil tornou-se fato em 13 de maio de 1888, sob a regência da Princesa Isabel, em função de ausência de seu pai D. Pedro II, sabemos que “As cidades da Paraíba que mais se distinguiram foram: Mamanguape que já emancipara muitos dos seus cativos antes do dia 13 de maio e Areia, onde já não havia mais escravo desde o dia 03 de maio. (VIEIRA, 1950, p. 142).

Até chegar a ser cidade, caminhou pelos percursos nominais de *aldeia* de Mamanguape, com a presença dos índios potiguaras, dos holandeses, dos franceses e dos portugueses, nos idos da colonização brasileira. Passou a ser chamada de *povoado* com a divisão das *sesmarias*, esta dada a Francisco Gomes de Oliveira no ano de 1615, na divisão da própria Parahyba em capitâneas, foi ao nome de Monte-mór e São Miguel, em crescimento constante ganhou o *status* de *vila* e chegou a ser *cidade* no dia 25 de outubro de 1855, passando a ser sede de comarca em 1863.

Em um segundo momento veio a “[...] consolidação do comércio, definição dos padrões da sociedade escravocrata e latinista, visita de Pedro II [...], transição para o trabalho livre e queda da Monarquia.” (MELLO, 1986, p. 24). Esse momento marca o apogeu econômico da cidade, o qual acontece devido à existência do porto de Salema, o que trazia uma circulação constante de pessoas e de mercadorias.

Compreendemos que a proximidade com a capital e a cultura das famílias patriarcais, de mandarem os seus filhos para estudar em Olinda-PE e na capital paraibana, fizeram com que a elite da sociedade mamanguapense não investisse em educação no município, no momento em que a cidade vivia seu apogeu e, também, em seu declínio econômico nas décadas seguintes, quer seja na instrução pública, quer seja, na instrução privada. Deixando as camadas populares a mercê de ações pontuais e esporádicas de algumas pessoas inclinadas a investir na instrução

popular. Como ocorreu com a experiência do Cônego Antônio Augusto Pereira de Sousa, que ficou como vigário em Mamanguape, entre os anos de 1930 a 1957, e neste período “[...] criou uma escola noturna para moças e rapazes, que não podiam estudar durante o dia, a qual era gratuita para todos”. (ALBUQUERQUE, 2010, p.71). Dessa experiência, até o momento, encontramos apenas esta nota, a qual não nos possibilita compreender quanto tempo, quantos alunos e que tipos de instrução foram oferecidos neste local.

A cidade é considerada como um celeiro de vocações sacerdotais, filhos da terra que saíram para estudarem na Faculdade de Direito ou no Seminário, de início em Lisboa ou Coimbra, em Portugal, depois em Olinda, Pernambuco. Os vigários mais antigos eram quase todos, filhos de Mamanguape e não foi no campo educacional que os mesmos se destacaram, apesar de ter ocorrido na Paraíba um movimento católico em direção a criação de instituições educacionais de cunho privado, já que o arranjo público não alcançava os resultados desejados, conforme descrito por Lopes (1986, p. 11):

Algumas das reformas decretadas no século passado não tiveram maior repercussão nas nossas atividades educacionais, mesmo porque a precariedade de recursos financeiros não possibilitava uma substancial transformação na sala de aula. Isso só ocorreria a partir de 1911, no governo de João Machado [...] A nova mentalidade que se criou na Paraíba em relação aos problemas do ensino possibilitou maior ação governamental e inspirou o fecundo episcopado de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, o que o consagrou como o grande criador de colégios e escolas normais, entregues a sacerdotes ou ordens religiosas como as beneméritas Irmãs de Santa Dorotéia com suas casas de ensino em Cajazeiras, Bananeiras e Alagoa Grande, ou em Campina Grande.

A influência da Igreja Católica no segmento educacional em Mamanguape não aconteceu conforme em outras cidades paraibanas. Além das já citadas por Lopes (1986), Guarabira, cidade pólo mais próxima de Mamanguape, por exemplo, tinha em pleno funcionamento a partir do Decreto Lei n.1413 de 29 de maio de 1939, à Escola Normal Nossa Senhora da Luz. Essa situação se distingue no cenário político, já que muitos Párcos ocuparam os cargos de deputados gerais ou provinciais e senadores.

A vinculação da Igreja Católica e a instrução pública no estado paraibano é fecunda e essa parceria também é visível no que se refere ao Ensino Normal, quase todas as cidades pólo-regionais do estado que possuíram alguma instituição do ensino normal, estavam atreladas à perspectiva católica, todavia em Mamanguape não percebemos esse movimento. Apesar de ser à Paróquia de São Pedro e São Paulo de Mamanguape a segunda mais antiga da Paraíba e de contar

a cidade, no final da década de 1940, com mais três capelas, fora as da zona rural e também as paróquias associadas, como as de Itapororoca, Jacaraú, Mataraca, Cuité e Capim, não percebemos uma ação sistemática e efetiva no campo educacional da igreja no município.

No livro *História da freguesia de Mamanguape*, de Albuquerque (2010) encontramos registros da presença e da atuação dos párocos que por ali passaram, desde 1731 até 2010, o autor nos faz observar que:

Com frequência tínhamos vigários como Deputados Gerais ou Provinciais e até Senador. Os Presidentes do Poder Legislativo foram muitos e por bastantes anos, mamanguapenses, porque a força política do Vale do Mamanguape era notória [...] pois o poder econômico assegura o poder político, e os padres como os bacharéis que saíam das famílias nobres e da elite dos engenhos de açúcar, findavam por influir de forma notória no poder político da Província, em especial durante o século XIX. (ALBUQUERQUE, 2010. p.63).

Assim, podemos citar o Senador do Império, padre Antônio de Cunha Vasconcelos, o Padre Antonio Batista Espínola (foi professor emérito e latinista, e de dois famosos filhos mamanguapenses: o poeta Carlos Dias Fernandes e o Presidente da Província paraibana Castro Pinto), Deputado Provincial por anos seguidos chegou a exercer a presidência da Assembleia Legislativa e o Cônego Mathias da Silva Freire (de família com grande influência política no estado) filho da terra, foi jornalista, poeta, deputado Estadual e Federal chegando a assumir a presidência da Assembleia Legislativa do estado de 1911 a 1914. Foi um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras, lecionou e foi diretor do Lyceu Paraibano, professor da Escola Normal da Paraíba, no qual, teve como aluna a mamanguapense Anna Cavalcanti de Albuquerque, na turma que concluiu em 1927.

Quando afirmamos que a Igreja Católica não foi influenciadora direta no campo da instrução no município, nos reportamos sobre a criação e a manutenção de instituições de ensino. Conforme ocorreu em outras cidades do interior paraibano, a exemplo de: Cajazeiras, com o Colégio Padre Rolim fundado em 1843, Areia com o Colégio Santa Rita fundado em 1911, Alagoa Grande com o Colégio das Freiras fundado em 1919, entre outras, que não cabe aqui catalogar.

Sabemos que alguns religiosos se dedicaram a lecionar na cidade mamanguapense, como por exemplo, do Padre Antônio Batista Espínola, já citado anteriormente. Encontramos

uma relação nominal de professores e de professoras que atuaram no final do século XIX e início de século XX, em Mamanguape. Esta relação é precedida pela seguinte afirmação:

À míngua de melhores informações, só dispomos de dados referentes ao funcionamento de escolas de latim em Mamanguape em 1835, 1849, 1856 e 1860. Em 1850 é nomeado para Escola Pública de latim em Mamanguape, professor de latim Francisco Pulquério Gonçalves de Andrade [...] (COSTA, 1986, p.97).

Daí por diante, o autor vai informando ano e nome dos (as) professores (as) nomeados (as), para ministrarem aula no município, aos quais organizei na tabela abaixo:

TABELA 02 - Docentes que atuaram em Mamanguape 1850-1924

ANO	PROFESSOR (A)
1850	Francisco Pulquério de Andrade
1866	Padre Antônio Batista Espínola
1870	Jacinto José da Cruz Francisca Maria Fiúza
1872	Roselina Pereira da Lima
1873	Senhorinha Angélica da Lapa Ciro Deocleciano Ribeiro Pessoa Júnior
1877	Elenira Ponciana Luna de Figueiredo Virgínia de Medeiros Furtado Francisca Maria Fraga Lima
1886	Felismino Eustáquis de Almeida
1888	Roberto Alípio de Andrade Espínola
1890	Ana Amélia Medeiros Furtado
1892	Elídia Cavalcanti de Albuquerque
1900	Virgínia de Medeiros Furtado
1906	Francisca Emília de Albuquerque Paiva João Rodrigues da Fonseca
1907	Augusto Belmont
1913	Umbelina Garcez
1915	Luís Aprígio Freire de Amorim
1920	António Garcez Alves de Lima
1921	José de Oliveira Francisco Severino de Figueiredo Sobrinho
1922	Rosa Noronha
1924	Joana Batista de França Rosa Matos

Fonte: (Costa, 1986).

Da forma como ficou expresso por Costa (1986), para um leitor desavisado, entenderíamos que todos os docentes citados se incluíam na categoria de professores públicos de aulas avulsas de latim. Entretanto, em 1877, esse tipo de aula foi suprimida, como se vê pelo Relatório assinado pelo Barão de Mamanguape: De conformidade com a lei n. 633 de 26 de Julho último “[...] foram suprimidas as cadeiras de latim do interior da provincia, e jubilado o professor de Mamanguape, Padre Antonio Baptista Espinola”. (PARAHYBA DO NORTE, 1877). O que nos leva a entender que os professores encaminhados a estas atividades estão citados entre os anos de 1850 a 1877.

O caráter público das aulas de instrução secundária fora do Lyceu, que é referido na documentação através de palavras como aula pública, aula régia ou avulsa decorre dos seguintes aspectos (a) estas aulas eram criadas por um diploma legal; (b) os professores eram nelas providos pela Província; (c) o governo provincial suportava os vencimentos dos professores; (d) estas aulas integravam uma estrutura dependente da Diretoria da Instrução Pública. Estas aulas funcionavam quase todas na residência dos próprios professores, como já afirmamos anteriormente, e isto as retiravam da vista do público e das autoridades, apesar da criação do cargo dos Commissários que eram os responsáveis pela fiscalização destas aulas. Eram, portanto, aulas públicas lecionadas na casa particular do professor. Este fato tinha também uma vantagem: não onerava o Tesouro Provincial com mais despesas em instalações e equipamentos e viabilizava a sua existência em pontos mais distantes da Província como Souza, Pombal e Cajazeiras ou em locais de grande importância como Areia e Mamanguape. Talvez isto nos explique a longevidade destas cadeiras. (FERRONATO, 2010, p.07).

As cidades escolhidas para que funcionassem as aulas avulsas tinham uma relativa importância na Província da Parahyba do Norte, do ponto de vista econômico, administrativo e populacional. O poderio da elite local era o que garantia a permanência dessas aulas, mesmo que ocorressem frequentes pedidos de fechamento das mesmas. Conforme se lê no relatório do Diretor da Instrução Pública, Joaquim Moreira Lima, no ano de 1871. “Quanto às aulas de latim de Mamanguape, Areia e Pombal devem ser extintas; visto que quase nenhuma utilidade prestam”. (PARAHYBA DO NORTE, 1871). Com poucas esperanças de que o quadro se modificasse, haja vista o fato de a Província ter sua economia baseada na agricultura e ser uma das mais pobres do Império. Os pais não podiam, em muitos casos, prescindir da ajuda dos filhos no campo, em épocas de colheitas. Este era um problema que afetava tanto as cadeiras de primeiras letras, como as Aulas Avulsas secundárias do interior.

As professoras citadas na tabela 04, provavelmente, eram professoras de primeiras

letras e não se dedicaram ao ensino secundário, com aulas avulsas de latim. Sabemos que dentro desse contexto, não havia nenhuma professora lecionando uma cadeira ou aula avulsa secundária na Parahyba do Norte, estando, portanto, esse nível de ensino, sob a responsabilidade de professores. Segundo relatório encaminhado à Secretaria de Instrução pública da Parahyba, em 3 de abril de 1854, dez (10) professoras se dedicavam ao ensino das primeiras letras ao sexo feminino na capital, atendendo um total de 159 alunas. Dentre elas, encontramos a Senhorinha Angélica da Lapa. A mesma citada (na tabela 04), em conjunto com Francisca Maria Fiuza como professoras primárias de Mamanguape, no ano de 1871. A professora Umbelina Garcez¹³ formou-se na Escola Normal da Paraíba, mesmo com a idade acima do permitido, a qual cursou com uma permissão do Estado, foi professora de escola isolada, e criou uma escola particular. No momento, não encontramos maiores informações sobre as demais professoras, pois percebemos que muitas delas pertencem a famílias da elite tradicional do estado. Muitos dos que estão nestas listas estão vinculados a outras atividades públicas ou privadas, como é o caso de Francisco Pulquério de Andrade, que foi também escrivão de Mesa e Rendas, em 1888.

Dessa feita, apresentamos uma terceira fase, a qual vivenciou a cidade de Mamanguape; apresenta a passagem do século XIX até 1940, do século XX, período em que a cidade entra em declínio, econômico e cultural. “A cidade que outrora gozava de fama de uma das cidades mais importante do interior paraibano e com ares de capital”, passa a se ver isolada do progresso, degustando o amargor da decadência. Isto ocorre, em função do assoreamento do leito do rio do porto que existiu na cidade, o Porto de Salema. Bem como, com a construção da estrada de ferro desviada de suas terras, levando ao esvaziamento do comércio importador e exportador, e ao êxodo de famílias inteiras para a Capital da Província. Seus cidadãos acreditam que:

Houve realmente um plano preconceituoso na escolha das cidades a serem beneficiadas pelos trilhos do Conde D ‘Eu, e depois Greatt Western, principalmente para excluir Mamanguape, única cidade na época que ofuscava o prestígio da Capital. O movimento de seu Porto, Salema, superava ao do Porto de Cabedelo. (COSTA, 1986, p.73).

¹³ Nasceu no dia 14 de Julho de 1857 e faleceu no dia 10 de Abril de 1951, na cidade de Mamanguape. Era filha de uma das famílias mais abastadas financeiramente na cidade, com a abolição da escravatura e a ruína da fazenda o Cap. Miguel Garcez Alves se suicidou, sua família passa por dificuldades financeiras, assumiu a vida financeira da família sua irmã Amália Garcez, formada em primeira turma da Escola Normal da Paraíba e professora da mesma instituição, a mesma falece e Umbelina Garcez resolve, então dedicar-se a educação e se consolida como uma das professoras que marcou a história do município, lá existe uma escolar que leva seu nome: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Umbelina Garcez. Ver: GARCEZ (2010).

Essa situação de declínio econômico impregnou-se pelos que ali continuaram, sem acreditarem que voltariam a vivenciar dias de ouro na cidade. Com a saída das famílias abastadas para a Capital da província, não só o comércio, mas a vida cultural e educacional da região vivenciou tal declínio, “O Teatro Santa Cecília não recebia mais companhias de espetáculos [...] houve completa estagnação; ali, as escolas de latim haviam sido suprimidas, algumas escolas primárias já não funcionavam por falta de frequência.” (COSTA, 1986, p.75).

A permanência de uma situação econômica, cultural e educacional estagnada nesta cidade, foi visível até a primeira metade dos anos republicanos. Não por falta de interesse dos moradores que ali residiam, mas por sucessivas tentativas frustradas de retomar o apogeu econômico. As dificuldades econômicas, por sua vez, respingavam na vida cultural e educacional da cidade. Sendo assim, ainda na década de 1930, a cidade contava com pouca estrutura na área educacional. Podemos visualizar esta realidade a partir dessa afirmação:

Tivemos notícia do Liceu Mamanguape, que foi dirigido pelo Drº Mário Campelo, funcionando em regime de internato, semi-internato e externato; que apesar do bom trabalho efetuado, não teve longa duração. Encontramos à nossa época nos idos de 1937, funcionando regularmente as escolas particulares da Prof.^a Umbelina Garcez (D. Nena) e do Professor Lopes Ribeiro. Nesse tempo, em Mamanguape não havia estudos além do curso preparatório para exame de admissão. (COSTA, 1986, p.98).

Mesmo com esta descrença, identificamos que algumas atividades de cunho político administrativo foram efetivadas ao longo desses anos com o intuito de que a cidade superasse suas dificuldades e alcançasse voos maiores. Rodrigues (2008), ao catalogar anos e fatos históricos de Mamanguape, assim pontua:

1884- Início da decadência de Mamanguape com a inauguração da estrada de ferro João Pessoa – Guarabira, 1922 – construção da ponte (estrada Mamanguape – Sapé) denominada Leitão, 1923- Inauguração da Praça 13 de Maio: primeira praça da cidade com coreto, 1924- Inauguração da Companhia de Tecidos Rio Tinto, 1933- Visita do Presidente da República Getúlio Vargas, 1936- Construção do Banheiro Público de Sertãozinho (Primeiro recanto público de lazer (RODRIGUES, 2008,p.55).

A essa lista acrescentamos a criação e construção do Grupo Escolar Professor Luís Aprígio de acordo com o Decreto – Lei de 01 de maio de 1939. Os interesses das ações

administrativas locais não giravam em torno da educação, essa responsabilidade era do governo estadual, conforme ocorria na maioria dos estados brasileiros. O que definia se o grupo político vigente no poder municipal era forte ou não, era exatamente a capacidade de trazer obras e benefícios outros a sua localidade. A população paraibana estava voltada para produção agrícola e o mercado industrial contava como um dos caminhos pouco seguidos, conforme podemos observar na tabela 05.

TABELA 03 - Atividades econômicas principais /Paraíba/1940

Atividade	Total	Homem	Mulher
Agricultura, pecuária, silvicultura	403.082	348.869	54.213
Indústrias extrativistas	2.420	2.341	79
Indústria de transformação	22.097	16.295	5.802
Comércio de mercadorias	14.509	13.709	800
Comércio de Imóveis e valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização	384	551	33
Transportes e comunicações	4.027	3.898	129
Administração pública, justiça, ensino público	6.219	4.845	1.374
Defesa nacional, segurança pública	2.223	2.204	19
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	1.647	860	787
Serviços, atividades sociais	20.554	9.967	10.587
Atividades domésticas, escolares	390.946	21.932	369.014
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	120.186	54.029	66.157

Fonte: IBGE/1940.

A realidade paraibana ia de encontro ao movimento nacional, focalizado nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que desde 1930, com o governo de Getúlio Vargas vinha operacionalizando mudanças decisivas no plano da política interna do país, afastando do poder do estado oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrários-comerciais. Getúlio Vargas adotou uma política industrializante, a substituição de mão-de-obra imigrante pela nacional. Essa mão-de-obra era formada no eixo Rio – São Paulo e em função do êxodo rural e dos movimentos migratórios de nordestinos.

Outra informação que salta aos olhos são as funções exercidas pelas mulheres, as quais se sobressaem quantitativamente dos homens: Os serviços e as atividades sociais; atividades

domésticas e escolares; condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas. Estas atividades estão atreladas às funções do cuidar, normalmente atribuídas como função feminina à época. E, mesmo não sendo a maioria, elas também, encontram-se presentes no mundo da agricultura. Isso se explica, talvez, ao analisarmos onde estava residindo à maioria da população. Em Mamanguape, por exemplo, no Censo de 1940, a população do município era de 64.899 habitantes, distribuídos por seus distritos da seguinte forma:

TABELA 04 - População Mamanguape/1940

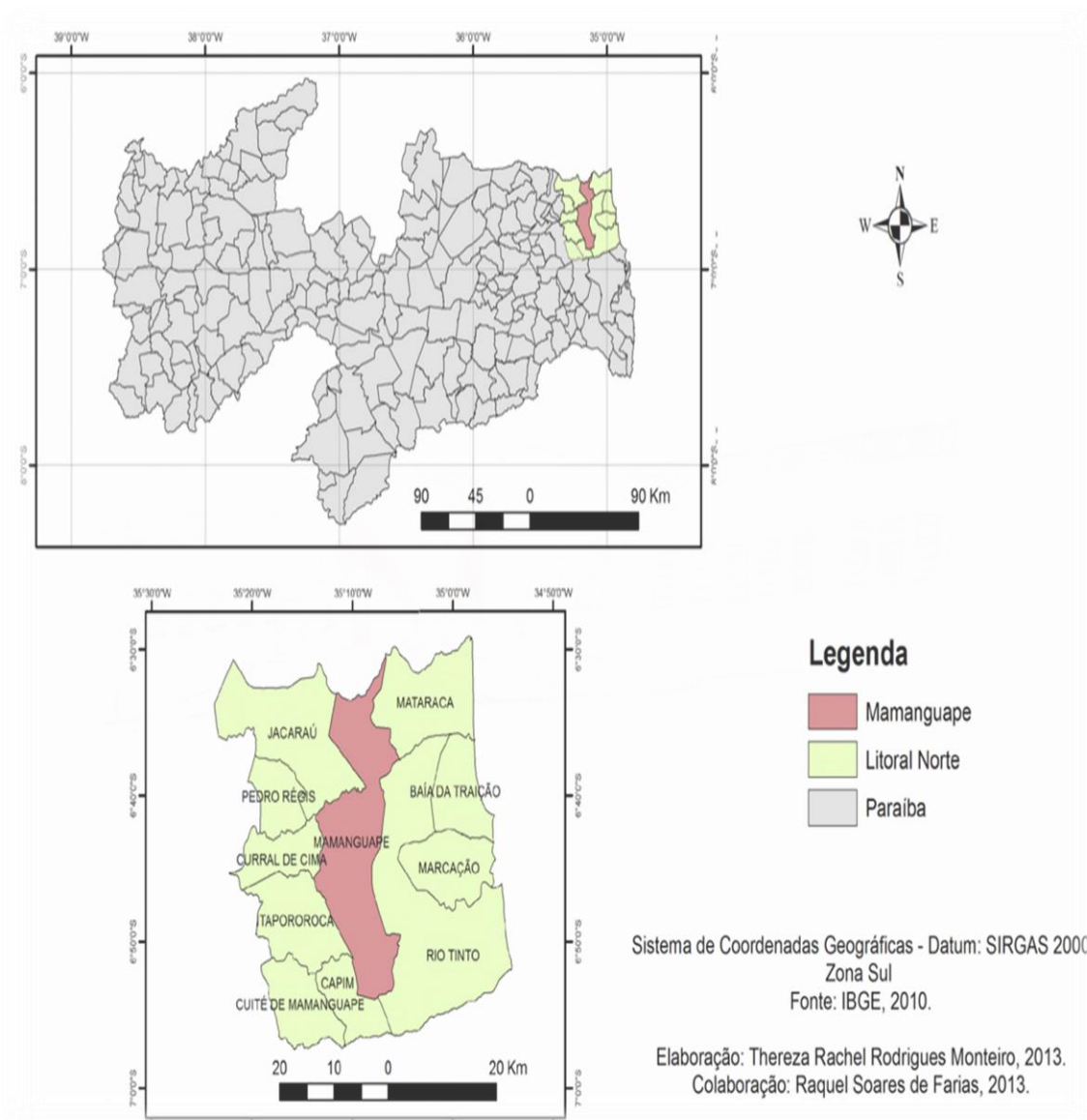
Divisão distrital	Total	Urbana e Suburbana	Rural
Mamanguape	22.973	4.019	18.954
Rio Tinto	20.147	14.346	5.801
Jacaraú	15.314	642	14.672
Bahia da Traição	3.417	977	2.440
Mataraca	3.048	227	2.821
TOTAL	64.899	20.211	44.688

Fonte: IBGE, 1940.

Dos 64.899 habitantes, 20.211 estavam localizados na zona urbana, a grande maioria morava na zona rural. Esse cenário só muda quando observamos o distrito de Rio Tinto, onde esta realidade se inverte. Rio Tinto é um distrito praticamente urbano. Isso ocorre devido ter se instalado no ano de 1924 a Fábrica de Tecidos Rio Tinto, por suecos da família Lundgren. O governo concedeu a isenção de impostos de 25 anos a empresa que exerceu um interessante processo de urbanização nesta localidade, levando a mesma a se desmembrar de sua sede administrativa, Mamanguape.

Entre os anos de 1956 e 1963 os distritos de Rio Tinto, de Jacaraú, de Itapororoca, de Baía da Traição e de Mataraca se emanciparam do Município de Mamanguape. Mesmo com o desmembramento desses distritos, agora cidades autônomas, Mamanguape não perde, até os dias de hoje, sua característica de cidade que acolhe e convive diariamente com as demais cidades vizinhas. Essa organização intermunicipal ocorre, em primeiro momento, em função de sua organização territorial, conforme apresentado no mapa 01, a seguir:

FIGURA 1 - Estado Paraibano e da mesorregião do Litoral Norte



Fonte: FARIAS (2013).

Farias (2013), na dissertação “A centralidade de Mamanguape (PB) e sua relação com as cidades pequenas do litoral norte paraibano”, nos apresenta, conforme explicitado no próprio título, a influência atual e em tempos de outrora desta cidade para as terras aos seu entorno, “[...] pois é fato que a mesma sempre desempenhou esta função, no entanto, com intensidades

e raio de abrangência diferenciados. ” (FARIAS, 2013, p.55). Pode-se observar na figura 01, que a geografia ajudou para que esta centralidade ocorresse. Pois, as terras mamanguapenses estão situadas no meio de 10 cidades, que em tempo outrora lhe pertenciam administrativamente como distritos. Desta forma, a partir da centralidade geográfica, naturalmente as questões políticas, econômicas, culturais e educacionais giravam em torno da cidade. No início da década de 1940 do século passado, os irmãos Gustavo, João, Manoel, Carlos e José Fernandes de Lima expostos na figura 02, fundaram a Usina Monte Alegre em Mamanguape. É fato recorrente nos escritos sobre a cidade, que esta família colaborou para que a mesma se reestruturasse, se não, como nos dias em que viveu seu apogeu econômico, citado anteriormente, pelo menos ao retomar atividades econômicas, políticas e culturais ao município.

FIGURA 02 - Irmãos Fernandes de Lima, s/d



Fonte: ANDRADE e VASCONCELOS (2015)

No mesmo ano que fundaram a Usina Monte Alegre, em 24 de agosto de 1941, José Fernandes de Lima é nomeado pela primeira vez prefeito de Mamanguape e a segunda nomeação veio em 01 de março de 1946. Assumiu os cargos de Secretário de Finanças, de Agricultura, de Viação e de obras Públicas do Governo da Paraíba, de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, de Governador, em virtude da renúncia de Pedro Gondim.

João Fernandes de Lima foi Deputado Estadual e Federal, presidente da Assembleia Legislativa, Vice-Governador eleito na chapa em conjunto com José Américo de Almeida e

quando esse se afastou assumiu o cargo de Governador, foi presidente da Associação Comercial da Paraíba e Diretor do Banco Nordeste do Brasil. Manuel Fernandes de Lima foi prefeito de Mamanguape e segue nos caminhos da vida política os sobrinhos: Aécio Flávio Fernandes, Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho que re - passa o cargo mais uma vez a Aécio Flávio Fernandes e Fábio Fernandes Fonseca (2001-2008).

O interesse em fazer esta breve apresentação sobre as atividades políticas da família Fernandes de Lima, de forma mais efervescente nas décadas de 1940 e 1950, com os irmãos e depois na segunda geração com os sobrinhos, está em pontuar a participação e a colaboração destes, em um movimento em prol da educação como alavanca para a transformação social e econômica, senão da cidade, dos sujeitos que se interessassem por ela. Esse movimento ocorre em variadas frentes. Mas, inicia-se, assim defendemos, com a criação e a instalação do Curso Normal Regional de Mamanguape em 1949. Esta instituição esteve inserida em uma sinergia de interesses da elite social e política mamanguapense que buscava, em especial, por meio da educação o renascimento econômico e cultural do município.

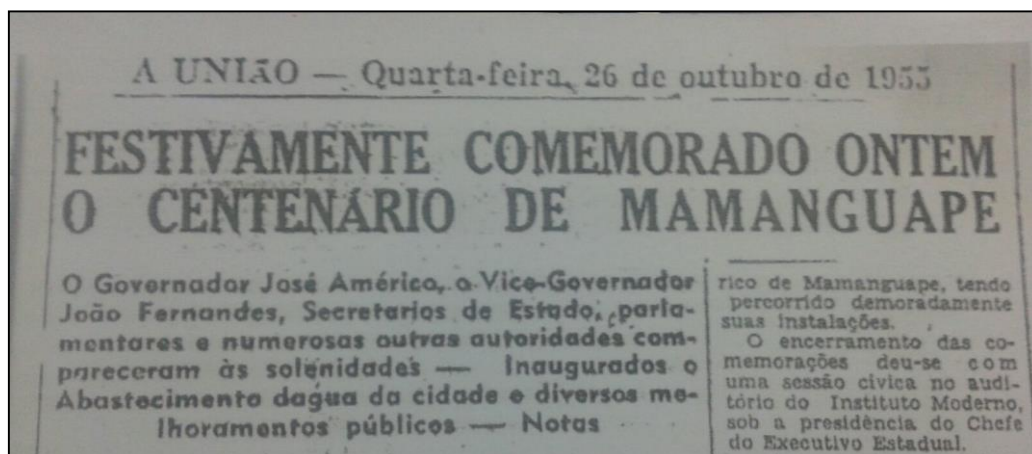
Destacamos, neste momento, o papel político desta família, ressaltando José e João Fernandes de Lima que chegaram a ocupar variados cargos políticos e administrativos a nível municipal e estadual, por identificarmos que esta influência política contribuiu para que este movimento ganhasse condições de se desenvolver, usufruindo do poder que lhes foi outorgado, em variadas situações da vida escolar da instituição estudada, apresentadas posteriormente, percebemos as interferências prestadas por eles. Essas interferências, normalmente, estavam a serviço dos interesses do Curso Normal Regional Mamanguape, ou mesmo, de interesses particulares como a garantia de emprego ou a permanência do mesmo.

A figura 03 nos apresenta a chamada de uma reportagem do Jornal *A União* sobre os festejos do centenário da cidade de Mamanguape em 1955, à época, João Fernandes de Lima, outro irmão do quarteto, que se destaca na vida política e administrativa no estado paraibano, vice governador de José Américo de Almeida (1950), chega a assumir o governo em 1954.

Segundo informações difundidas pelo Jornal *A União*, entre as apresentações na sessão solene no Instituto Moderno, José Fernandes de Lima fez uma exposição que traçou um resumo da História de Mamanguape e, em seguida, o governador José Américo de Almeida se pronunciou destacando a grandeza do passado e do presente da cidade. Percebemos uma nova mensagem sendo divulgada para a sociedade mamanguapense, a qual fala de crescimento e de

êxito, além de se exaltar o passado que, de fato, foi glorioso. Mas, se aspira um presente que está se construindo na esperança.

FIGURA 03 - Jornal A União divulga comemoração do centenário de Mamanguape - 1955



Fonte: Jornal a União – 1955.

A programação dos festejos do centenário mamanguapense contaram com desfile cívico das escolas públicas e privadas do município, missa solene na Matriz São Pedro e São Paulo, inaugurações (abastecimento de água da cidade, calçamento e obelisco), danças típicas pelos Índios Potiguara e a coroação da Sra. Maria Isabel da Conceição, a pessoa mais velha da cidade à época com 112 anos, conforme vê-se na figura 03.

FIGURA 04 - Coroação de mulher mais velha de Mamanguape -1955



Fonte: ANDRADE e VASCONCELOS (2015).

A sessão solene no auditório do Instituto Moderno com discursos e apresentações artísticas, contou com o Coral Villa Lobos, da Escola de Música Antenor Navarro, sob a regência da Maestrina Luzia Simões Bartolini, entre outras atividades¹⁴. Outra apresentação que se seguiu depois da fala do vice e do Governador, foi a declamação feita por Elizabeth Fernandes (figura 05), filha de Manoel Fernandes de Lima (um dos irmãos do quarteto supracitado) o poema *Imagens heróicas de Mamanguape*, de autoria de Jansen Filho, o qual nas duas últimas estrofes conclama:

Espreita a vista para o alto e pensa
Nos que lutaram pela redenção,
Alicerçando o teu futuro ingente
Á luz do sol da civilização!
Dos que fizeram do teu braço ereto
O mastro erguido pela Liberdade
Onde hoje, cheia de patriotismo,
Dorme a bandeira da Fraternidade!

(JASEN FILHO, s/d, apud ANDRADE e VASCONCELOS, 2015, p. 65)

O poema de Jansen Filho descreve de forma poética alguns dos filhos ilustres da cidade e seus feitos: presidente provincial, padres, poetas, o professor Luiz Aprígio entre outros. Fala o autor do tempo passado, mas convoca os leitores para olhar o alto, pensar nos que muitos fizeram no passado para que o futuro fosse grandioso, livre, patriótico e fraterno.

¹⁴ Ver programação complete em RODRIGUES (2008).

FIGURA 05 - Elizabeth Fernandes declamando poema.-1955



Fonte: ANDRADE e VASCONCELOS (2015).

Choveu no dia da comemoração do centenário de Mamanguape, em 25 de outubro de 1955. Entretanto, as ruas estavam cheias de pessoas que acompanharam a programação do festejo, conforme pode ser observado na figura 06. Crianças, homens e mulheres caminharam em conjunto com a mulher mais idosa do município pela rua à frente do Instituto Moderno, ele por sinal estava repleto de pessoas em cima do muro e na entrada da instituição. Entre comemoração, inaugurações, discursos e sessões cívicas estavam posto nestas atividades a ideia de desenvolvimento e progresso, o qual a cidade precisava para retomar o crescimento.

FIGURA 06 - Comemoração do centenário da cidade à frente do Instituto Moderno - 1955



Fonte: ANDRADE e VASCONCELOS (2015).

Reportamo-nos há pouco, sobre um movimento em prol da educação como alavanca para a transformação social e econômica, do município de Mamanguape. Conforme apresentado até o momento, estavam nesta solenidade uma parte desse grupo, vejamos que diante de uma programação extensa de atividades que envolvem a comemoração do centenário deste município, o Instituto Moderno se fez presente, como espaço representativo da educação e da cultura, *locus* de esperança para dias melhores, onde se resguarda os saberes históricos locais e os de cunho científico e profissional, necessário para que se garanta um futuro digno.

Conforme já foi apresentado, a população mamanguapense estava inserida muito mais na zona rural que urbana, salve por Rio Tinto, que se apresenta com o inverso dessa situação. Dessa forma, assim como em grande parte do país, contava Mamanguape na década de 1940, do século passado, com um número significativo de analfabetos, como exposto na tabela 07.

TABELA 05 - Instrução da população cinco anos para cima /1940

UNIDADE ADMINISTRATIVA	SABIAM LER E ESCREVER			NÃO SABIAM LER E NEM ESCREVER		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	13.292.605	7.344.772	5.947.833	21.295.490	9.908.255	11.387.235
Paraíba	246.226	129.466	116.720	935.621	447.944	487.677
Mamanguape ¹⁵	7.838	-----	-----	46.798	-----	-----

Fonte: IBGE/1940.

Podemos observar que existia um número maior de pessoas que não sabiam ler e escrever em comparação com as que sabiam, no âmbito federal, estadual e municipal. Outro dado importante para nossa pesquisa são os que apontam para a distinção entre os sexos, um número maior de homens alfabetizados e um número maior de mulheres não alfabetizadas, infelizmente não localizamos a distinção entre sexos para o município. Mas, acreditamos que segue a regra dos demais dados. De qualquer forma, na cidade de Mamanguape, de um total de 64.899 habitantes, 46.798 da população com cinco anos para cima não sabiam ler nem escrever. (IBGE, 1940).

Segundo dados do IBGE, recenseamento de 1940, a maior concentração de pessoas que possuíam o curso completo ou diploma de estudos no campo pedagógico ou magisterial no Brasil, estava localizada na região sul com 20.177, nordeste 5.719, norte 2.293 e centro-oeste 1.701. Dessa forma, acreditavam algumas lideranças locais (e era também, uma discussão nacional), que a cidade carecia de alguma instituição de ensino que abarcasse não só o ensino primário, como outros cursos que preparasse a juventude para a vida profissional e, se possível, prontos para os exames vestibulares.

A criação de uma instituição educacional como Instituto Moderno, que nasceu com a Escola Normal Regional de Mamanguape, neste município era uma importante estratégia para trazer formação de professoras ao interior do litoral norte paraibano, visto que a cidade era um ponto estratégico político e geográfico. A proposta governamental de diminuir o alto índice de

¹⁵ (RODRIGUES, 2008).

analfabetos nos estados brasileiros e aumentar, gradativamente, as escolas para a população ia aumentando e com elas a demanda de formação de professoras. A Escola Normal Regional funcionou no Instituto Moderno e foi instituição formadora de professoras da cidade de Mamanguape e das cidades circunvizinhas, tais como: Rio Tinto, Bahia da Traição, Jacaraú, Itapororoca e Marcação. Juntaram-se um promotor, um juiz, um médico, um acadêmico em direito e um professor e resolveram criar uma instituição de ensino, o Instituto Moderno, o qual vamos nos deter em analisar de forma mais detalhada à frente.

Este grupo encontra aceitação e colaboração da família Fernandes de Lima, que possuía poder político e influência suficiente para levar à frente uma proposta educacional arrojada, que até os dias atuais, apresenta-se de forma imponente, principalmente em sua estrutura física. Vamos além e afirmamos que remanescente desse movimento, um dos componentes, que permaneceu durante muitos anos como diretor da instituição, enquanto se envolvia com outras atividades, sem deixar de lado sua bandeira em prol da educação como ferramenta de transformação social pessoal e coletivo, o professor e advogado Adailton Coelho Costa, sai dos muros do Instituto Moderno em busca de instituir em Mamanguape uma faculdade municipal.

Rodrigues (2008) apresenta indícios desse movimento, nos anos de 1988, encontrando mais uma vez, alento na família Fernandes de Lima, com a gestão de Gustavo Fernandes de Lima Sobrinho, conforme pode ser observado: Em 25 de Outubro de 1988, foi sancionada uma Lei Municipal n. 228/88, criando a Faculdade de Mamanguape, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mamanguape – FACIMA. Fica então lavrado que:

Art.4- Para implantação, instalação e manutenção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mamanguape – FACIMA, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com entidade educacional, em efetiva atuação no Estado da Paraíba – que por sua tradição, possa assegurar o seu regular funcionamento. (MAMANGUAPE, 1988).

Essa Lei, não chegou a se efetivar, por motivos ainda não identificados por nós. Mas, demonstra um interesse de um grupo político e educacional em transformar Mamanguape em cidade universitária. Conforme apresenta o próprio Adailton Coelho Costa,

Atualmente, Mamanguape é uma Cidade que tem Infra - estrutura capaz de assegurar conforto, bem estar e moradia tranquila aos seus habitantes [...] Só falta à Cidade realizar seu maior sonho, aliás já embalado, de possuir um estabelecimento de Ensino Superior. Todavia, isto não está sendo descurado.

Parte da equipe que fundou o Instituto Moderno, com apoio do Professor Afonso Pereira, está mantendo entendimentos junto ao Secretário de Educação, Professor José Loureiro Lopes e o Governo do Estado, para criação de uma Faculdade Estadual em Mamanguape. (COSTA, 1986, p.168).

Não foi desta vez que o professor conseguiu realizar seu desejo de fazer a cidade florir de jovens acadêmicos circulando por entre as ruas da cidade. Entretanto, esse sonho continua a latejar e, em 15 de agosto de 2005, reuniram-se na quadra do Instituto Moderno, o Reitor da Universidade Federal da Paraíba, deputados, professores, alunos e o prefeito Fábio Fernandes Fonseca, o qual sancionou a Lei n. 547 de 06 de abril de 2006, doando o terreno pertencente ao patrimônio público municipal, com uma área de 1.4143 ha. Destinada à instalação do Campus Universitário Federal da Paraíba - Litoral Norte, implantado nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com os respectivos cursos: Pedagogia, Ciências Contábeis, Secretariado, Hotelaria, Sistemas da Informação, Engenharia de Pesca, Ecologia Desing, Licenciatura em Geografia, Matemática e Computação. Dessa forma, confirmamos nossa acepção de que a criação e instalação do Curso Normal Regional de Mamanguape em 1949 foi um processo inicial (que culminou na instalação do Campus da UFPB) de um movimento de renascimento econômico e cultural do município, desenvolvido por um grupo da elite social e política mamanguapense, destacando a centralidade exercida pela cidade de Mamanguape /PB na microrregião do litoral norte paraibano.



As normalistas e o professor posando em terreno sede do novo prédio - 1951

3 AS NORMALISTAS E A CIDADE: INDÍCIOS DE MODERNIDADE PARA MAMANGUAPE

3.1 Instituto Moderno – abrigo de instituições de ensino

Nos anos de 1944 chegou à cidade de Mamanguape para assumir a função de promotor José Pedro Nicodemos, que liderou um movimento, no sentido de fundar ali um estabelecimento de ensino normal e ginásial. Em conjunto com mais quatro pessoas foi fundado o Instituto Moderno de Mamanguape, com o funcionamento em suas dependências do Curso Normal Regional de Mamanguape e o ensino primário. Segundo relatório encaminhado ao departamento de Estatística do ensino elementar, médio e superior do Estado da Paraíba, referente ao ano de 1950, pelo então diretor Sebastião Alves Lins:

O Instituto Moderno é uma sociedade de professores que já tem elaborados, aprovados e publicados os seus estatutos, os quais estão registrados na base de uma sociedade civil. Para os assuntos de ordem geral da sociedade são consultados pelo Conselho Diretor, que é composto dos seguintes sócios fundadores: Bel. Moacir Nóbrega Montenegro, Bel. José Pedro Nicodemos; Dr. Djalma de Araújo Barbosa o acadêmico Adailton C. Costa e prof^o Sebastião Lins. Por delegação diante conselho, cada ano, dirige o Instituto Moderno um dos sócios. (INSTITUTO MODERNO, 1951, p. 01).

José Pedro Nicodemos foi o idealizador pioneiro para a formação e a criação desse educandário e encontrou em Mamanguape situação propícia a este feito, o que não conseguiu fazer em sua cidade no interior pernambucano, conforme ele mesmo relata: “Voltei então as vistas para minha cidade natal, onde pretendia tentar a advocacia ou a fundação de um ginásio, velha aspiração e ideia por mim acalentada. Mas, meus amigos e comúncipes nada puderam fazer em favor desses propósitos. (NICODEMOS, 1981, p.22). Dessa forma, transfere para Mamanguape os seus planos de realizações profissionais e em discurso proferido na Assembleia Legislativa da Paraíba, na data de 18 de setembro de 1981, quando recebeu a comenda de cidadão paraibano, fez um memorial de sua vida intelectual, partindo de seu ingresso na Faculdade de Direito em Recife-PE, suas experiências neste curso, no recorte temporal de 1939 a 1943, apontam sobre os dissabores das incertezas da segunda guerra mundial e dos rigores estadonovistas. Bem como, relata sobre a sua entrada para a promotoria pública, sua chegada a cidade de Mamanguape e a construção do Instituto Moderno, onde se configurou a sua iniciação no magistério, finalizando por costurar sua participação ativa como professor da Universidade Federal da Paraíba.

Nesse memorial, muito falou de como se posicionou político, teórico, filosófico e socialmente por onde atuou, enquanto, aluno, promotor e professor. Esse registro ajuda a pensar o que influenciava as ações de um dos fundadores do Instituto Moderno, onde como ele mesmo afirma: “[...] realizei estudo e experiência pedagógico, aqui prosseguidos depois em universidade do ensino médio e superior. (NICODEMOS. 1981.p.26). Era considerado por seus pares como um modernista, o qual concordava com a revolução de ideias de 1930, como afirma Carmem Coelho Freire,

Uma nova posição intelectual nasceu do Brasil novo de 30, em relação a Educação, ciosa em acompanhar o Modernismo. Podemos chamar a isto de uma Revolução de ideias com respeito ao problema da cultura paraibana. Todos os que vimos nascer o Modernismo, completamente identificado com o processo de totalidade de calores da arte em novas formas, tendências e estilos, ressaltamos os seus representantes e suas obras: Historiadores: [...] Pedro Nicodemos. (FREIRE, 1978, p. 35).

Neste sentido, encontramos em alguns escritos de José Octávio de Arruda Mello a afirmação de ser o professor José Pedro Nicodemos um adepto dos ideais escolanovistas, que de forma efervescente se organizou na década de 1930, inclusive com o Manifesto dos Pioneiros publicado em 1932 e que vivenciou a partir de 1937, com o surgimento do Estado Novo, uma calma em termos de discussão e de efetivação desses mesmos ideais. Com o fim do Estado Novo, a partir de 1945, ocorreu no Brasil um novo momento para a educação brasileira, no qual, muito do que se discutia sobre a Escola Nova anteriormente, começa a ser efetivado, salvando-se as peculiaridades políticas, econômicas, sociais e locais desse novo tempo. Ao escrever História, historiografia e ensino em Pedro Nicodemos, Mello (2002, p.21) assim o apresenta; “Adepto dos pragmatistas norte americano William James e John Dewey, bem como dos franceses Montessori¹⁶ e Claparède – aproximou-se da Escola Nova em geral e Anísio Teixeira, em particular.

Diante de tal afirmação, buscamos catalogar quais as leituras feitas pelo referido professor, no contexto de sua atuação enquanto sócio fundador e professor do Instituto Moderno, em especial, do Curso Normal Regional de Mamanguape, que se identificariam com esta perspectiva defendida por Mello (2002). Essa tarefa nos foi possível em função de que no ano de 2008, a Fundação Casa José Américo recebeu dos familiares do professor José Pedro

¹⁶ O professor José Pedro Nicodemos “[...] fundou em co-propriedade com o professor Milton Paiva e a pedagoga Edna Paiva, que funcionou na rua Sinésio Guimarães, e depois na praça Pedro Gondim, entre 1958 e 1963.”(MELLO, 2002, p. 39).

Nicodemos a doação *post mortem* de seu acervo bibliográfico, composto por mais de 1500 títulos de livros, folhetos, obras de referências e periódicos de todas as áreas das ciências humanas. Esse acervo foi incorporado a Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes, localizado na Fundação Casa José Américo e foi publicado o livro *Acervo José Pedro Nicodemous: Inventário Bibliográfico de Vilar* (2012). Os autores dividiram esse acervo por categorias, que ficou da seguinte forma: Historiografia, história geral, história de Portugal, história da América, história do Brasil, história da Paraíba, áreas afins (economia, direito, filosofia, geografia, educação, sociologia, antropologia, etnografia, biografias e literatura), educação, editoras, obras raras e destaques. Sobre a categoria educação eles definiram:

O acervo descrito é detentor de uma quantidade considerável de livros cujos conteúdos fazem uma avaliação histórica de origem, formação e execução da educação paraibana e brasileira nos planos didáticos e pedagógicos, assim como falta da execução da realização de suas políticas públicas, que são responsáveis pela universalização do acesso de todas as classes sociais à educação. (VILAR, 2012, p. 25).

De acordo com os autores, o manancial de livros cedidos para esta instituição constitui-se em um verdadeiro tesouro, são de variadas áreas e tempos históricos. Com o intuito de compreender quais as leituras que norteavam as atividades do referido professor, organizamos, a partir deste acervo, a tabela 06 que nos permite seguir seus rastros literários. Para tanto, utilizamos duas trilhas: o ano de publicação dos livros e os temas abordados (e os que se reportassem sobre a perspectiva escolanovista ou sobre os aspectos relacionados as concepções teórico e prático de ensino), sendo o livro de Teixeira (1957), o único que foi escolhido apenas pelo tema, já que no primeiro momento delimitamos a busca por livros do espaço temporal de 1948 a 1953 – tempo que esteve atuando na criação e funcionamento do Instituto Moderno e o Curso Normal Regional de Mamanguape, conforme pode ser identificado na tabela 06.

TABELA 06 - Livros do acervo José Pedro Nicodemos – 1932 – 1954

ANO	LIVRO
1948	LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução ao estudo da escola nova . 6. Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948. (estudos Brasileiros, v. 57.)
1949	SANTOS, Theobaldo Miranda. Noções de Filosofia da Educação . 3. Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949.
1951	CLAPARÈDE, E. La escuela y a psicología : con un estudio de Lorenzo Luzuriaga. 2. Ed. Buenos Aires: Editorial Losada. (Biblioteca del maestro) 1951

1952	AGUAYO, A.M. Didática da escola nova . 8. Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1952. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série Atualidades Pedagógicas, v. 15)
1952	DEWEY, John. Vida e Educação . 3. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1952. (Biblioteca de Educação, v. 12)
1952	FOULQUIÉ, Paul. As escolas novas . São Paulo: Cia Editora Nacional, 1952. (Biblioteca Pedagógica. Série Atualidades Pedagógicas, v. 55)
1953	LUZURIAGA, Lorenzo. Pedagogia . São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1953. (Atualidades Pedagógicas, v. 56)
1953	PIMENTEL, Iago. Noções de Psicologia aplicada à Educação . 8. Ed. São Paulo. Edições Melhoramentos, 1953
1953	AZEVEDO, Fernando de. A educação e seus problemas . 3. Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953
1957	TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio . Rio de Janeiro. Olympio. 1957

Fonte: VILAR, 2012.

Muitos outros livros nos chamaram a atenção, de publicações datadas de anos anteriores ou de 1954 a diante, e/ou relacionados ao ensino da história, do inglês, da literatura, entre outros, que podem ter servido em suas atividades enquanto professor, enquanto lecionou às disciplinas de Português, de Inglês, de História do Brasil, de Sociologia e de Psicologia no Curso Normal Regional de Mamanguape.

Optamos por compreender em que universo teórico didático caminhou o docente e ao observarmos a tabela 08, visualizamos onde ele fez suas leituras para poder fazer a seguinte afirmação:

Por outro lado, não se fizeram tardar os reflexos do pragmatismo americano de William James e John Dewey e do psicologismo pedagógico de Montessori, Decroly e Claparède, resultando entre nós a chamada Escola Nova, liderada por pedagogos da categoria de Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. (NICODEMOS, 1981, p. 1981).

Ao visitarmos o acervo e fazer as leituras nos livros arrolados nesta tabela, percebemos que o professor tinha muito cuidado com seus exemplares, pois, estavam em bom estado e com pouca presença física de suas leituras. Salvo o registro feito por um carimbo datado de 2008, assinatura do próprio em grande parte dos livros, algumas dedicatórias e os fragmentos de leituras feita por grifos, que em alguns momentos chega a marcar os livros com caneta azul: Os livros de Filho (1948), Aguayo (1952), Dewey (1952), Foulquié (1952) Luziriaga (1953) e Azevedo (1953), são fontes de estudos da forma e de constituição da escola nova, em grifo encontrado em um dos livros, encontramos o seguinte destaque:

A Escola Nova é, antes de tudo, um internato familiar situado no campo, onde a experiência pessoal do aluno está na base tanto da educação intelectual – particularmente pelo recurso aos trabalhos manuais – como da educação moral, pela prática do sistema de autonomia relativa aos escolares. [...] procuram educar fazendo práticas, no próprio meio escolar, as virtudes que desejam desabrochadas em seus alunos, na pequena sociedade escolar, a criança se forma nas virtudes sociais e cívicas que amanhã deverá praticar [...] tem-se particulares cuidados, nas escolas novas, com a saúde, com a higiene e com a cultura física (FOULQUIÉ, 1952, p. 87, 102 e 103).

Apesar de identificarmos em José Pedro Nicodemos evidências de seu conhecimento teórico sobre a Escola Nova no Brasil e de sua admiração pela proposta construída por muitos educadores do país e comumente, referenciada a Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, mantemos uma vigilância em não transferir de forma integral essa informação para as práticas cotidianas do Instituto Moderno e do Curso Normal Regional de Mamanguape. Contudo, acreditamos que ocorreram influências dessas concepções na constituição deste educandário, posteriormente mais explorados nesta pesquisa. Talvez, essa nossa percepção se dê pelo fato de estarmos analisando o contexto dos anos de 1950, ou seja, muitas das reivindicações postas no Manifesto dos Pioneiros em 1932 estavam, em parte, sendo solucionadas e em desenvolvimento nesse contexto. Embora, tenha se fragmentado nas artimanhas do capitalismo, foram dos anos de 1945 (Pós – Estado Novo) até a década de 1950 tempos de otimismo pedagógico. Assim se colocavam os pioneiros anteriormente:

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espírito filosófico e científico, na resolução dos problemas da administração escolar. (O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

Dessa feita foram aprovadas no final dos anos de 1940, especificamente no ano de 1946 as leis orgânicas¹⁷, que tinham como objetivo reformar e padronizar o sistema nacional de

¹⁷ Conjunto de *Decretos-Lei* presidida por Gustavo Capanema. São eles o Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942 – Cria o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943 – “Lei” Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Primário; Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Normal;

educação, sendo que esta reforma atendia as demandas do mercado (expansão do setor terciário urbano, constituição de uma classe média, do proletariado e da burguesia industrial, resultante da intensificação do capitalismo no país), principal motivo de crítica a essa padronização. Entre outras questões que debateremos a seguir.

É certo, que o professor José Pedro Nicodemos, buscava consolidar o educandário no município mamanguapense, vislumbrando-o como mola propulsora do progresso, da modernidade e garantia o acesso à educação aos jovens. Assim define: “Já trazia a minha mulher, Rosinha, e minha filha Raquel. Da primeira tive colaboração calorosa que ainda hoje recebo, de modo a suportar as asperezas da vida. Da outra me viria a inspiração para o trabalho pedagógico ali realizado. (NICODEMOS, 1981, p. 24). Imbuído dessas preocupações, ao chegar a cidade como promotor público,

Pareceu ele dotado de poder de aglutinação capaz de reunir em torno do mesmo ideal os outros companheiros que comungaram da mesma idéia luminosa, naquela escalada por terrenos pedregosos da descrença que adormecia o espírito mamanguapense; para arrancar daquele sono letárgico os sonhos do despertar para a vida, a vida de um colégio buliçoso, de juventude ávida de estudar e cheia de engenho e arte. (COSTA, 1986, p. 101).

Aderiu a proposta o juiz Moacir Nóbrega Montenegro (figura 07), e sobre ele não conseguimos localizar muitas informações. Não encontramos registros de sua atuação enquanto director, atuou como professor de História do Brasil, em 1952, no Curso Normal Regional de Mamanguape.

FIGURA 07 - Moacir Nóbrega Montenegro



Fonte: Memorial virtual da Justiça Eleitoral da Paraíba (2016).

No mais, conseguimos poucas informações que possibilitaram levantar algumas indicações sobre ele. Nascido em Alagoa Grande, bacharelou-se em Direito pela faculdade de Recife, casou em 1942 com Yole Cavalcanti Montenegro, teve uma atuação marcante, chegou à vice-presidente do Tribunal de Justiça e assumiu a presidência da Associação dos Magistrados da Paraíba e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB).

Assumiu em 04 de setembro de 1949, Dulce Montenegro que exerceu a função de Fiscal do Governo junto ao Curso Normal Regional de Mamanguape, anexo ao Instituto Moderno, até 1954 quando pediu exoneração, Não sabemos ao certo qual o grau parentesco dos dois. Mas, acreditamos ser ela irmã dele, visto que, vinha da mesma família e do mesmo local de origem do juiz sócio fundador: Alagoa Grande. Encontramos indícios de uma Dulce Montenegro que se dedicava ao ensino de piano, conforme pode ser observado na citação abaixo,

[...] após a conclusão do Curso da Escola Normal Júlia¹⁸ se dedica a ensinar piano particularmente e tocar em ocasiões e festas em que era solicitada. Apresenta-se inclusive como organista da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e sempre com a amiga Dulce Montenegro, professora de piano e parceira nas apresentações musicais. Dulce também era filha da elite de Alagoa Grande, seu pai o juiz Francisco Peregrino Montenegro participou ativamente da construção do Colégio das Dorotéias. (CAMACHO, 2012,

¹⁸ Júlia Nóbrega, professora de piano e amiga de Dulce Montenegro.

p.559).

O pai de Dulce Montenegro, fiscal do Governo do Curso Normal Regional de Mamanguape, possível pai do juiz Moacir Nóbrega Montenegro, foi juiz renomado e de grande influência em sua cidade. Moura (2001) em seu livro sobre a biografia do rei do ritmo, Jackson do Pandeiro, descreve cena em que o pandeirista trava contato pela primeira vez com o instrumento piano na casa dos Montenegro.

Foi em um desses, na casa do juiz Francisco Peregrino Albuquerque Montenegro, que o molecote Jackson travou o primeiro contato com o instrumento. De ouvido. Vai passando pela calçada do magistrado e escuta sua filha, Dulce, treinando a escala musical: 'Lá,lá,lá,ri,lá,lá,lá'. Pára e fica ouvindo por um bom tempo. Não consegue visualizar o objeto que emite aqueles sons, mas grava o timbre e a cadência do 'bicho'. (MOURA, 2001, p.28-29).

Costa (1986), afirma que o juiz deixou sua participação como sócio fundador do educandário, em função de ter sido ele, transferido da comarca de Mamanguape para a de Santa Rita – PB. O pedido de exoneração de Dulce Montenegro ocorre no ano de 1954, dessa feita, intuimos que a saída deste sócio fundador se deu no referido ano.

A composição dos sócios fundadores do Instituto Moderno conta com um grupo de cinco pessoas: um promotor, um juiz, um médico, um professor e um estudante de direito, essa é uma constituição singular que se organizou para administrar uma instituição de ensino no espaço paraibano no final da década de 1940 e início da década de 1950 do século XX. A peculiaridade dessa formação nos chamou atenção, na medida em que nos deparamos com uma forte influência da igreja católica na criação e na manutenção de instituições de ensino (conforme pode ser visto na tabela 10), em especial na formação de professoras, na Paraíba, o que não ocorreu com a fundação do Instituto Moderno.

No capítulo anterior, chamamos a atenção para o fato de ter Mamanguape em sua constituição histórica um vínculo estreito com a Igreja Católica, quer seja, pelo número significativo de igrejas que ela possui, quer seja, por ter sido ela um celeiro vocacional de sacerdotes que se dedicaram, em muitos casos também, a vida política no estado. Acreditamos que a elite local, esteve por muito tempo, sem grandes interesses em instituir nesta cidade espaços de formação intelectual de qualquer modalidade. Visto que em grande maioria, tinha como intuito ingressar nos estudos acadêmicos na Faculdade de Recife e na capital paraibana e

esta era próxima a Mamanguape. Essa é uma prerrogativa que não dar conta de desvendar os motivos que levaram o Instituto Moderno (Curso Normal Regional de Mamanguape), em comunhão com o Instituto América (Curso Normal Regional de Cuité) e a Escola Normal Alfredo Dantas, a se distinguirem das demais instituições que eram confiadas à gestão, em sua grande maioria, as madres e freiras atreladas às Congregações da Igreja Católica, conforme pode ser identificado no quadro 3.

QUADRO 3 - Instituições do Ensino Normal na Paraíba – Década de 1950

NOME	CIDADE	RESPONSABILIDADE
1º Ciclo		
C. N. R. de Mamanguape	Mamanguape	Sociedade de professores/Instituto Moderno
C. N. R de Cuité	Cuité	Sociedade de professores/Instituto América
C. N. R Francisca Mendes	Catolé do Rocha	Irmãs Franc. de N.S. Medianeira das Graças
C. N. R São José ¹⁹	Sousa	
C. N. R Monte Carmelo	Princesa Isabel	Irmãs Missionárias Carmelitas
C. N. R Padre Diniz	Misericórdia	Irmãs Missionárias Carmelitas
C. N. R Santo Antônio	Piancó	Ordem Religiosa Santa Tereza de Jesus
C. N. R Santa Luzia de Sabugi ²⁰	Santa Luzia	Ordem Religiosa Santa Tereza de Jesus
C.N. R. Santa Luzia ²¹	Santa Luzia	Ordem Religiosa Santa Tereza de Jesus
C. N. R Arruda Câmara ²²	Pombal	
C. N. R N.S. da Luz	Guarabira	Irmãs dos Pobres de Santa Catarina
C. N. R . N.S. do Rosário ²³	Campina Grande	
C. N. R de Bananeiras	Bananeiras	
C. N. R N.S. da Conceição	Itabaiana	Irmãs dos Pobres de Santa Catarina
2º Ciclo		
Instituto de Educação da Paraíba	João Pessoa	Estado
E. N. N. S. das Neves	João Pessoa	Religiosas da Sagrada Família
E. N. Imaculada Conceição	Campina Grande	

¹⁹O Curso Normal Regional São José tinha como director Virgílio Pinto de Aragão e apesar de não identificarmos nos registros oficiais de qual Congregação Católica pertencia, sabemos que foi fundado e mantido por padres.

²⁰ Não encontramos quaisquer outras informações sobre este educandário, bem como, não localizamos a cidade da referida instituição, visto que na Paraíba as cidades São José de Sabugi e Santa Luzia são próximas, portanto, pode ter funcionado esta instituição em qualquer uma das duas cidades. Encontramos esta e outras informações em relatório encaminhado por LIMA (1952).

²¹ Apontamos a possibilidade de serem os Cursos Normais Regionais Santa Luzia e Santa Luzia de Sabugi a mesma instituição.

²² Não localizamos de qual Congregação católica pertence este educandário. Mas, identificamos a direção escolar feita pela irmã Josefina Aires. Além de um corpo docente significativo de freiras, o que caracteriza, o nosso ver, o vínculo da mesma com o cenário católico por hora apresentado.

²³ Não achamos registros, ao qual defina de que Congregação o C. N.R N.S. do Rosário e a E.N. imaculada Conceição de Campina Grande.

E. N. Alfredo Dantas	Campina Grande	Severino L. Loureiro (Dono e diretor)
E. N. Santa Rita	Areia	Irmãs Franc. de N.S. Medianeira das Graças
E. N. N.S. da Luz	Guarabira	Irmãs dos Pobres de Santa Catarina
E. N. Cristo Rei	Patos	Congregação das filhas do amor divino
E. N. N. S. de Lourdes	Cajazeiras	Congregação das Irmãs Santa Dorothéa
E. N. N. S. de Lourdes	Monteiro	Irmãs da Cong. das damas hospitaleiras
E. N. Pereira da Silva ²⁴	Araruna	Cônego Joaquim de S. Limões
E. N. Sagrado C. de Jesus ²⁵	Bananeiras	

Fonte: Organizada pela autora, a partir de fontes do Instituto de Educação da Paraíba.

Das 24 instituições alinhadas nesta tabela, quatro não possuem vínculos direto com a igreja, as três supracitadas e o Instituto de Educação da Paraíba, que funcionava em determinado momento como Escola de Professores modelo, e em outro momento, como órgão deliberativo e fiscalizador do ensino normal do estado, em especial na década de 1950, conforme nos propomos analisar de forma mais detalhada no capítulo seguinte.

Sobre a Escola Normal Alfredo Dantas, encontramos poucas informações que nos ajudem a pensar sobre sua composição e criação. Sabemos, entretanto, que de caráter particular e sob a responsabilidade de Severino Lopes Loureiro, que era diretor e dono da escola é ele que assina o Regimento Interno, o mais sucinto dos que lemos, composto por apenas duas laudas, possui um total de 13 artigos. Não define quem fundou e quais as concepções que norteavam a Escola. “Art. 2º O Curso de Formação destina-se exclusivamente ao elemento feminino.” (ESCOLA NORMAL ALFREDO DANTAS, 1956). Identificamos a predominância massiva das mulheres no ensino normal e em conformidade com este regimento algumas das escolas normais regidas pelas freiras também regulamentaram a coibição da participação dos homens nas instituições. Não percebemos a presença organizativa da Igreja Católica nos vestígios encontrados da escola, desta forma afirmamos que o mesmo, em conjunto com as duas escolas já citadas, são as que se diferenciam das demais. No que se refere ao Instituto Moderno (Curso Normal Regional de Mamanguape) e o Instituto América (Curso Normal Regional de Cuité), aferimos que possuíam mais um elemento em comum: o médico Djalma de Araújo Barbosa, sócio fundador dos dois educandários. Desta feita, ele se apresenta em relatório encaminhado a Divisão de Ensino Normal da Paraíba:

²⁴ Identificado apenas um pedido de abertura deste educandário e nada mais sobre a referida escola.

²⁵ O registro encontrado sobre esta Instituição está praticamente destruído, por isso não foi possível ter de localizar a congregação ao qual faz parte. Acreditamos que o Curso Normal Regional de Bananeiras tenha funcionado sobre a mesma organização.

Dr. Djalma Barbosa – Médico pela Faculdade de Medicina de Recife, ex-professor de Puericultura da Escola de Serviço Social de Recife, ex-fiscal do Curso Pedagógico dos colégios N.S. do Carmo, S. José e Sagrada Família de Recife, ex-diretor do Instituto Moderno e da Escola Normal Regional de Mamanguape, ex- professor de ciências, anatomia e fisiologia humana e higiene da Escola Normal Regional de Mamanguape, fundador do Instituto Moderno e do Curso Normal Regional de Mamanguape, fundador e diretor do Instituto América e da Escola Normal de Cuité, desde sua fundação em 1952. (INSTITUTO AMÉRICA, 1956).

O Instituto Moderno foi inaugurado em 1949 e o Instituto América em 1952, não encontramos registros sobre o ano de saída deste sócio fundador da cidade de Mamanguape. Mas, conforme explicitado à cima compreendemos que sua passagem pelo Curso Normal Regional de Mamanguape não se estendeu muito, sendo no máximo, um total de três anos de atividades na instituição. Entretanto, acreditamos que o médico e o professor tenham levado para o novo educandário os mesmos ideais que embasaram a criação do Instituto Moderno. Voltamos a chamar a atenção para o distanciamento destas duas instituições com o universo religioso, em especial ao ensino católico, prática comum à época as demais escolas de preparação docente. Vejamos como se apresenta os princípios dessa instituição:

Art. 2º – O Instituto América, fiel aos princípios que afirmam as diretrizes do ensino nacional, não distinguirá dentro do seu raio de ação eminentemente educacional, nem um partido político, nem credo religioso, nem preconceito de raça, visando apenas o interesse educativo e o bem estar coletivo do seu bem sentido. (INSTITUTO AMÉRICA, 1956).

Como não foi possível localizar o Regimento Interno do Instituto Moderno, nem do Curso Normal Regional de Mamanguape, tomamos como exemplo o Regimento Interno do Curso Normal de Cuité – Instituto América, por crermos na possibilidade de um de seus sócios fundadores, ter se inspirado na experiência anterior vivida por ele, gerando uma circularidade de ideias, conforme ocorreu com as demais instituições. Em ofício circular encaminhado por Afonso Pereira da Silva, diretor do Instituto de Educação da Paraíba e diretor de divisão de Ensino Normal, à época, o professor propõe a análise de um dos modelos de regimento já existente. Assim, informa:

Tenho a satisfação de passar às mãos de V. S., para orientação desse estabelecimento, a inclusa cópia do Regimento da Escola Normal “Cristo Rei”, da cidade de Patos. Tal modelo servirá para a confecção do Regimento dessa Escola, há tempo solicitado pela Secretaria de Educação e Cultura, e a ser encaminhado a este Instituto de Educação. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1956).

Observando os demais regimentos escolares vinculados à igreja católica, apresentados e encontrados no Instituto de Educação da Paraíba, percebemos uma semelhança ou mesmo uma cópia de um para outro. A sugestão dada pelo diretor de divisão de ensino é baseada no Regimento Interno da Escola Normal Cristo Rei, o qual define no Art. 4º – Reconhecido pelo Governo do Estado e ensino ministrado conforme as normas oficiais do 2º ciclo, tem em vista a formação moral e cristã, garantia para personalidade das futuras mestras. (ESCOLA NORMAL CRISTO REI, 1956). Entretanto, a maior compilação encontrada foi a do seguinte artigo:

Art. 2º – Destina-se a Escola a formar pessoal docente necessário as escolas primárias por uma sólida formação intelectual, técnica, cívica, moral e cristã. Para consegui-lo adaptar-se aos novos métodos de ensino, empregará todos os meios e esforços possíveis. (CURSO NORMAL REGIONAL FRANCISCA MENDES, 1956).

A formação cristã posta nas escolas organizadas pela igreja católica é a principal diferença que observamos nos princípios apresentados pelos regimentos internos dos educandários. Em um, deixa explicitamente claro que não será ministrado nenhuma preleção religiosa no estabelecimento. No outro, afirma que a escola se voltará para a formação cristã e para completar informa no “Art. 24º – O ensino de Religião é de caráter obrigatório para as alunas de credo católico. ” (CURSO NORMAL REGIONAL FRANCISCA MENDES, 1956). Dessa maneira, não foi identificado nas grades curriculares do Curso Normal Regional de Mamanguape e nem no Curso Normal Regional de Cuité a disciplina de Ensino Religioso, diferentemente, das grades curriculares das demais instituições de ensino ligadas à Igreja Católica. A aluna Hercília, ao ser questionada se existiam atividades de cunho religioso na escola ela responde; “Tem um crucifixo lá! Fomos nós, eu e Darcy que compramos e colocamos lá. Eu já era professora²⁶. Não

²⁶ Hercília Rodrigues Coelho é católica e publicou o livro intitulado *Apostolado da oração de Mamanguape* pela Taba Cultural Editora em 1998. Como na escola não tinha nenhum adereço religioso, tratou ela mesma e mais uma colega professora de comprar e colocar na instituição um crucifixo, anos depois quando era professora da instituição.

tínhamos a disciplina de ensino religioso, nem tínhamos nenhuma atividade de religião. Quando fomos fazer a festa da formatura teve a missa! ” (INFORMAÇÃO VERBAL²⁷).

Confirmando o que já tínhamos percebido nos relatórios era o Curso Normal Regional de Mamanguape uma instituição que não ministrava o ensino religioso. Este é um dos indícios que nos levam a pensar que, no contexto da fundação do Instituto Moderno, seus fundadores possuíam ideias condizentes com o movimento político do pós Estado Novo, ligados na abertura democrática e sintonizados com a elaboração de uma nova constituição para o país. Promulgada em 18 de setembro de 1946, era uma Constituição liberal, que garantia ao cidadão direito à liberdade de pensamento, crença religiosa e individual, princípios estes, adotados pela Escola Nova. Conforme apresentado aqui, o médico, o professor e o sócio fundador do Instituto Moderno, Djalma de Araújo Barbosa, se ausentou das atividades cotidianas deste educandário, por volta do ano de 1951, por ter sido removido de sua função de médico de Mamanguape para a cidade de Cuité, levou com ele o mesmo desejo de dedicar-se a educação e, a nosso ver, os mesmos ideais defendidos no Instituto Moderno.

Dos cinco sócios fundadores dessa instituição, o terceiro a ter que se afastar foi o professor José Pedro Nicodemos, cinco anos depois, em 1954 vai morar na capital e trilhar outros caminhos. Consta em 1ª ata da Congregação dos professores da Escola de Professores do Instituto de Educação da Paraíba, que no dia 08 de março de 1954, ele foi “[...] apresentado, na ocasião, o prof. José Pedro Nicodemos, por cujo contrato e aquisição para o corpo docente, foi concedido um voto de congratulações ao Instituto. ”(INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1954, p.01). Acreditamos que apesar de ter se afastado da instituição, possa ter ele, continuado a colaborar com a mesma, de diversas formas e a depender de que espaço profissional ocupou.

No **Instituto de Educação da Paraíba** – espaço centralizador das atividades do Estado em planejamento e acompanhamento do ensino normal na Paraíba, na década de 1950. Inferimos que possa ter sido ele um importante elo de circulação das ideias discutidas e implementadas entre o corpo docente e o diretor do IEP, Afonso Pereira da Silva e os colegas que ficaram na direção do educandário fundado na cidade de Mamanguape. Já antes de fazer parte do corpo docente do Instituto de Educação da Paraíba, contou ele com a contribuição do referido diretor, conforme observamos no discurso proferido por Lima (1981, p. 06 e 07) que

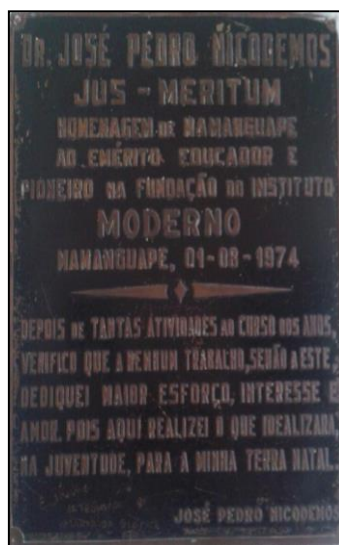
²⁷ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

afirma: “Para a instalação do curso ginásial, contou José Pedro Nicodemos com a colaboração desse homem singular que a Paraíba muito deve, que é o Professor Afonso Pereira, pioneiro na introdução de ginásios no interior do Estado”.

Desta forma, inferimos que da forma que pode e quando foi pertinente esteve ele dialogando com os diferentes atores que tinham o poder de consolidar o educandário. Assim, como deve ter feito nos anos seguintes ao ocupar, por exemplo, a **Secretaria de Educação e Cultura do Estado** – entre os anos de 1958 a 1959 onde permaneceu como secretário, “[...] dando à sua pasta a dinâmica que se impunha como consequência das novas ideias que iam formulando velhos e obsoletos padrões de ensino, em todas as áreas de suas atividades.” (LEITÃO, 1986, p.69). Entre as ações elencadas em sua administração constam: inauguração das novas Instalações do Instituto de Educação da Paraíba, com ampliação da parte destinada ao Jardim de Infância e serviços médicos e odontológicos; regulamentou o serviço do Cinema Educativo através do Decreto n. 1.386, 17/10/1958; inaugurou o Sistema de Rádio Educativo da Paraíba – SIREPA; criou a Coleção Paraibana como instrumento de afirmação do escritor conterrâneo, a qual, contou com a primeira publicação o livro Finalidades, Fins e Aspectos Sociais da Educação de autoria da professora Daura Santiago; promoveu a primeira Feira de Livros da Paraíba; instalou o I Salão de Artes Plásticas da Paraíba; instalou a Biblioteca Pedro Gondim no bairro de Jaguaribe na capital paraibana. Lançou o Boletim Cultural; realizou o Curso de Teatro Escolar, ministrado por Beatriz Ferreira e criou a Casa do Professor Primário, a serviço dos professores, em especial, que moravam nas cidades interioranas.

Apresentamos esta participação político administrativo de um dos fundadores do Instituto Moderno, por acreditarmos que, mesmo tendo ele passado apenas cinco anos participando cotidianamente das atividades administrativas e pedagógicas do referido espaço educativo, continuou influenciando ao longo dos anos os caminhos seguidos pelos sujeitos dessa comunidade escolar. Não só desta, como de outras, conforme sugere Leitão (1986, p.69) ao defender que as suas ações enquanto Secretário de Educação e Cultura estimularam “[...] a reabertura do curso normal em vários colégios particulares da capital e de algumas cidades do interior”. Continuou com suas atividades docentes no **Liceu Paraibano** e na **Universidade Federal da Paraíba** e, nestas duas funções, não percebemos que tipo de influência ou ligação poderia ter o professor com o Instituto que fundou. Entretanto, permaneceu em memória na mesma, sendo homenageado em 01 de agosto de 1974, conforme pode ser observado na figura 08.

FIGURA 08 - Placa de homenagem Jus – Meritum concedida a José Pedro Nicodemos -1974



Fonte: Instituto Moderno – Mamanguape, 2015.

Em todas as homenagens recebidas pelo professor, nos outros espaços de atuação profissional a que passou, não deixou de mencionar sua experiência nesse educandário, conforme ele aborda nesta placa que se encontra hoje em uma das paredes do Instituto Moderno “Depois de tantas atividades ao curso dos anos, verifico que a nenhum trabalho, senão este, dediquei maior esforço, interesse e amor, pois aqui realizei o que idealizara, na juventude, para minha terra natal” (NICODEMOS, 1974). Assim, afirmamos que a saída para a capital não o fez esquecer do educandário e nem quem ficou, tampouco, esqueceu de um dos sócios fundadores. Isto ocorreu, muito em parte, por ter ficado ali, dois dos cinco que iniciaram tal missão. Sendo o professor Adailton Coelho Costa, o que dedicou mais tempo a tarefa de gerir este espaço educativo, como ele mesmo apresenta:

Com a convocação do Dr. José Pedro Nicodemos para assumir o Departamento de Serviço Público na Capital do Estado, a remoção do Bel, Moacir Nóbrega Montenegro para a comarca de Santa Rita; e do médico Djalma Barbosa para a cidade de Cuité; permaneceram no Instituto Moderno como seus dirigentes apenas os professores Adailton Coelho Costa e Sebastião Lins. Já a essa época o Instituto Moderno estava mantendo mais um estabelecimento. O Ginásio Matias Freire. (COSTA, 1986, p. 101).

Dos dois que continuaram na sociedade educacional, um se ausentou por um espaço de tempo, ao fazer o concurso para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e

tornando-se seu agente na cidade de Rio Tinto, o Professor Sebastião Alves Lins, “[...] deixou temporariamente aquele casarão, do qual tinha sido um dos baluartes – mestre, para somente após alguns anos retornar.” (COSTA, 1986, p. 101). Ele foi o último a completar o grupo dos cinco sócios fundadores, atuou como diretor, professor de português, matemática, francês, música e canto no Curso Normal Regional de Mamanguape e nos anos que regressou se dedicou a dar aulas tanto no Curso Pedagógico e no Ginásial. Eis que o professor que chegou a Mamanguape para trabalhar, conforme apresenta Costa:

Faltava apenas o último dos pioneiros – Sebastião Alves Lins, filho das ressequidas terras de Monteiro, burilado no seminário de Ipuarana e por nós recrutado das fileiras do glorioso exército brasileiro, onde prestava o seu serviço militar, para servir Mamanguape. (1986, p. 101).

Tornou-se filho da terra, instituiu família e viveu até os últimos dias na cidade de Mamanguape, tendo também nela se dedicado a carreira política e a promotoria pública em 1980. Foi também parceiro do professor Adailton Coelho Costa na produção do livro *Mamanguape: Minha Terra - Estudos Sociais*, publicado em 1982, livro didático que se debruça sobre a história do município. “Na sua volta, o Instituto Moderno, que continuou a receber a sua decidida colaboração, já havia crescido muito. O Ginásio Matias Freire que mantinha os cursos diurno e noturno, havia sido encampado pelo Colégio Estadual de Mamanguape. (COSTA, 1986, p. 101,102).

Importante destacar a participação das figuras femininas que estavam ligadas por grau de parentesco a estes sócio fundadores; do professor José Pedro Nicodemos, sua esposa Joaquina Rosa Arcoverde, mais conhecida por Rosinha Arcoverde Nicodemos (professora de Economia Doméstica, Trabalhos Manuais, Agricultura e Avicultura) e sua cunhada Cristina Arcoverde (professora de História do Brasil, Metodologia e Prática de Ensino); de Moacir Nóbrega Montenegro, a participação de Dulce Montenegro como fiscal do governo; de Adailton Coelho Costa estudou no Curso Normal Regional de Mamanguape: Edelweiss Coelho Costa,²⁸ que posteriormente atuou como professora no Instituto de Educação. Dessa forma, estiveram a serviço dele como professoras, fiscal do governo e foram também alunas e, assim, contribuíram de forma efetiva para a constituição deste educandário.

²⁸ Publicou: COSTA, Edelweiss Coêlho. **Falo porque posso**. Fundação Casa José Américo, João Pessoa, 1987 e Uma viagem inesquecível. Idéia, 2000.

O grupo esteve imbuído por um sentimento otimista de que a educação seria uma chave importante para o processo de modernização da sociedade, a qual fazia parte, delegaram a este espaço educacional tal tarefa: a de trazer para o município a elevação econômica e cultural que outrora a mesma perdera. Inscrevendo, sempre que possível, o discurso de que esta instituição foi forte influência para o desenvolvimento da sociedade mamanguapense. Assim, descreve Costa (1986, p.86):

[...] em 12 de fevereiro de 1949, nasceu o Educandário que transformou a vida da cidade, marcando o seu renascimento, numa convocação a toda a população do município para quebrar os grilhões da inércia, sepultar a descrença e fazer renascer as esperanças no cultivo do trabalho e da inteligência. Com o Instituto Moderno era um Mamanguape novo que surgia, como a fênix das próprias cinzas.

Relatos como estes estão presentes em quase toda a obra deste autor, historiador e um dos fundadores sócios do Instituto Moderno. Em outro depoimento, encontrado no livro *Mamanguape, 150 anos: uma cidade histórica*, as autoras enaltecem a instituição e a contribuição da mesma para o município. “[...] despertou a comunidade para a educação e o desenvolvimento, consagrando um marco do progresso, redescobre o seu crescimento com a educação de jovens preparados para o trabalho e para galgar as universidades. (ANDRADE; VASCONCELOS, 2005, p. 63 e 65). Nos parece, entretanto, que alguns relatos estão contaminados pelas ideias difundidas pelo sócio fundador Professor Adailton Coelho Costa em seu livro *Mamanguape a fênix paraibana (1986)* e *Mamanguape: minha terra* (COSTA; LINS, 1992), este último é um livro didático escrito por ele e o professor Sebastião Lins para ser trabalhado nas escolas primárias do município. Vejamos que mesmo sendo para um público discente, a forma de apresentar a instituição continua a mesma.

Mamanguape, outrora um centro de expansão da cultura, passou com a sua decadência histórica um período de completa estagnação. Somente em 1949, com a criação do Instituto Moderno, é que Mamanguape despertou da letargia que dominava em seus habitantes, descrentes do ressurgimento de sua terra. (COSTA; LINS, p.95.1992).

A superação do declínio econômico vivido pela cidade de Mamanguape nos anos de 1870 em diante, é o principal argumento utilizado pelos autores sobre o soerguimento do educandário, que deveria trazer não só em seu nome a modernidade. Mas, fazer dela a mola

propulsora para o progresso do município. O nascimento dessa cidade, assim como muitas outras, ocorreu nas proximidades da igreja, da estrada e do rio (o que proporcionou a construção do Porto de Salema), sendo esse o percurso da estrutura urbana de Mamanguape. Dessa feita, quando o rio foi assoreado e a cidade não foi contemplada pelos trilhos do Conde D;Eu, e depois Greatt Western, o brilho econômico, político e cultural apagou e dias sem rebuliço e luz viveram os moradores mamanguapenses.

Com a proclamação da República, as escolas passaram a ser o novo símbolo necessário à vida urbana, normalmente atendendo a uma pequena parcela da população, a elite local se beneficiaria mais delas. “A sua localização no clima cultural da cidade ocupava um lugar de destaque, pois a inacessibilidade da população pobre à escola produzia um significado social que a tornava um sonho a ser alcançado.” (BRESSAN, 2001, p. 43). No caso de Mamanguape, conforme já foi explorado anteriormente, nem a Igreja, nem a elite local, conseguiram instituir do império ao início da República uma instituição educacional²⁹ no município. A partir da década de 1930, com as mudanças econômicas e políticas em curso, o país que se volta a industrialização enfoca nas instituições de ensino o instrumento de capacitação de mão – de – obra escolarizada. Com isso, é inaugurado em Mamanguape no ano de 1939 o Grupo Escolar Professor Luiz Aprígio, que atendia a demanda do estado: ampliar o número de instituições de ensino primário para produzir, por meio da educação, cidadãos voltados ao mundo do trabalho e do nacionalismo patriótico.

A sociedade continuava hierarquizada, e o nível de escolarização do sujeito permanecia como um critério excludente. Não se tratava mais de assistir, nas malhas urbanas, a uma cidade dividida geograficamente entre senhores e escravos, oligarcas e homens pobres livres, cada um “ciente” de seu lugar na estrutura econômica nacional; tratava-se agora de uma cidade em que camadas sociais encontravam-se intermitente contato, mas com lugares econômicos cuidadosamente marcados pela escolaridade do sujeito: aos pobres: ensino primário; aos componentes das classes intermediárias, ensino secundário; aos ricos, ensino superior. (BRESSAN,2001, p. 47).

²⁹ Compreendemos que a Igreja Católica e o Estado tiveram historicamente uma parceria profícua nesta cidade, como nas demais brasileiras. No tocante ao cenário educacional, apesar de não terem estabelecido interesse de consolidarem instituições de ensino nesta comunidade, percebemos que outras ações estiveram presentes, entre elas, podemos citar: a participação dos jesuítas, que em 1711 conseguiram aprovação do Papa Clemente II a Irmandade N. S. do Rosário, que tinha o objetivo de congregar os homens de cor da povoação (no que se refere à pacificação e assimilação dos princípios da fé), e passou a funcionar na Capela do Rosário, templo construído pelos escravos e para os escravos. Bem como, com a participação de sacerdotes católicos em cargos políticos, administrativos e também, educacionais ao assumirem a função docente.

A esta forma de categorização feita por Bressan (2001) acrescentamos uma: a camada que não frequentava o ensino primário, os milhões de analfabetos que não fizeram uso das escolas por estar ela muito longe de suas casas, ou por ser ela um sonho inatingível e incoerente com suas realidades sociais. No tocante ao público que buscava atingir o Instituto Moderno, em especial em suas primeiras décadas de funcionamento, com a educação de primária, secundária e profissionalizante, através dos cursos primário, normal-regional, pedagógico, técnico de contabilidade e curso ginásial. (COSTA; LINS, 1992, p.95), visualizamos uma categorização diferenciada posta por Bressan (2001), visto que o referido educandário era de caráter privado³⁰, portanto, trouxe ao município a seguinte divisão: aos pobres que conseguiam frequentar o ensino primário; O Grupo Escolar Luiz Aprígio, aos filhos da elite local e/ou componentes da classe intermediária que buscavam ingressar no ensino primário, o Instituto Moderno; aos pobres que quisessem entrar no ensino secundário; até o ano de 1970 não existia no município escola pública de ensino secundário; aos filhos da elite local e/ou componentes da classe intermediária que buscavam ingressar no ensino secundário, o Instituto Moderno; aos ricos, ensino superior.

Na figura 09 podemos visualizar quem eram e uma média de quantos discentes participavam dessa instituição, à frente do primeiro prédio onde funcionou o Instituto Moderno, com Curso Normal Regional e o ensino primário estão perfiladas para o desfile cívico, em segundo ano de atividade, alunas e alunos e uma banda de música, a qual não temos informações de onde pertence. Está de palitô branco o professor e diretor Adailton Coelho Costa, que apresenta de seguinte forma o primeiro prédio “[...] O Instituto Moderno começou suas atividades ao abrigo de uma velha residência, que também tinha servido para as instalações dos Correios e Telégrafos [...]” (COSTA, 1986, 101).

³⁰ Em função de ter recebido verbas municipais e estaduais, esta instituição tinha como responsabilidade atender a um determinado percentual de discentes.

FIGURA 09 - Primeiro prédio onde funcionou o Curso Normal Regional de Mamanguape



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

Conforme pode ser observado, a grande maioria dos discentes estava composto por alunas, inclusive uma dela assina e data na própria foto. Este primeiro espaço físico onde funcionou tal instituição fica bem localizado, é a rua principal da cidade. Só ficaram nesta estrutura até o ano de 1950, e logo depois seguiram para a nova sede. Fundando com “[...] com recursos da Prefeitura, inicialmente, e depois com verbas estaduais e federais conseguidas a pedido nosso, e de pessoas amigas.” (LIMA, 1981, p.6/7). Essa fala é de José Fernandes de Lima e dando um retorno a esta colocação, se expressa o professor José Pedro Nicodemos:

Em Mamanguape, o Dr. José Fernandes de Lima, então seu Prefeito Municipal, empenhava-se numa obra de soerguimento da cidade, em cuja paisagem urbana se refletia a dimensão econômica e social do seu passado no Império. [...]. Estimulado, pois, pela sua acolhida amiga e pelo povo de Mamanguape, liderei um movimento do sentido de fundar alí um estabelecimento de ensino normal e ginásial. Ao Instituto Moderno, como se chamou esse colégio, José Fernandes deu todo o seu apoio possível e indispensável: sede e subvenção. E se hoje se distingue do conjunto arquitetônico da cidade centenária a nova e ampla sede desse educandário, isso se deveu, sobretudo ao ato desapropriatório assinado por esse ilustre homem público. (NICODEMOS, 1981, p. 25 e 26).

Conforme assinalado por um dos sócios fundadores, o educandário já em seu ano de fundação recebe verbas públicas, estas são automaticamente aproveitadas para a construção do prédio conforme pode ser identificado no relatório apresentado pelo diretor da época Sebastiao Alves Lins,

O Instituto já dispõe de terreno onde estão edificadas as bases de um prédio em construção. Os dinheiros até hoje conseguidos dos poderes públicos e particulares têm sido empregados na construção de 1º pavilhão. Pois, fundado a 5 e inaugurado a 12 de fevereiro de 1949, já obtive naquele ano outorga o mandato do Govêrno Estadual para funcionar o Curso Normal Regional. Ainda no 1º ano. (INSTITUTO MODERNO, 1951, p. 01).

O projeto e o desenho do Instituto Moderno (ver fachada principal em figura 10) foi de autoria do desenhista João Braga, funcionário do antigo departamento de Obras do Estado. E a execução da obra coube ao mestre José Vieira. (COSTA, 1986, 101). Em relatório encaminhado por Sebastião Alves Lins, em 1951, a área em metros quadrados do terreno ocupado pelo estabelecimento total era de 10.000 m² e de parte edificada 410 m².

FIGURA 10 - Parte frontal do Instituto Moderno em 1950



Fonte: Comunidade Mamanguape conta suas Histórias, 2015.

Disponha de 12 sanitários, 07 salas de aula, 01 biblioteca, sala de direção e de professores, pátio para recreação e aula de Educação Física. Outras questões foram postas nesse relatório e nos chamou a atenção, resolvemos registrar da forma como estava posto, então segue:

Quanto ao aparelhamento escolar, informar declarando “sim” e “não”. O estabelecimento possui: Fábricas? Não. Oficinas? Não. Ateliers para desenho e pintura? Não. Escritórios – modelo? Campos de experimentação agrícola? Não. Posto de zootecnia? Não. Outras instalações? ____ (INSTITUTO MODERNO, 1951)

Este relatório nos apresenta que apesar de ter se instalado nesse educandário um Curso Normal Regional, ou seja, deveria ser desenvolvida ali atividades vinculados às questões econômicas locais ou agrícolas, estas não foram desenvolvidas, como veremos a frente.

Essa instituição foi desde o início aos dias de hoje, abrigo de instituições de ensino, abarcou entre os muros de sua escola em comunhão com os sujeitos que ali circularam, várias modalidades educacionais, outras instituições que continham uma organização própria e conviviam no mesmo espaço.

Antes do funcionamento do Colégio Estadual, o Instituto Moderno se tornou também mantenedor de uma escola de segundo grau – Escola Técnica de Comércio “Carlos Dias Fernandes”, tendo-se ainda a sua Escola Normal Regional – transformado numa Escola de Formação de Professores – inclusive com aperfeiçoamento através de estudos adicionais³¹. Com exceção do Ginásio Matias Freire, encampado pelo Colégio Estadual de Mamanguape, hoje Colégio Ruy Carneiro, todos os estabelecimentos mencionados e mantidos pela sociedade educacional – Instituto Moderno- continuam em pleno funcionamento. (COSTA, 1986, p. 101 e 102).

Não nos detemos a compreender a dinâmica do Curso Pedagógico, do técnico de Contabilidade e do Curso Ginásial. O que nos interessa, nesta pesquisa é Curso Normal Regional de Mamanguape, nosso objeto de estudo e será no próximo capítulo mais detalhado. Entretanto, em muitos momentos, as instituições se tornam uma só, na medida em que possuíam o mesmo diretor, muitas vezes os mesmos professores. Como distinguir, por exemplo, de qual das instituições fazia parte o inspetor do Instituto Moderno, José Freire Amorim, o Saça? Conforme apresenta Tavares (1993), mais conhecido por Frei Inocêncio:

Mas, qualquer baderna, que se gerava em alguma parte de nosso educandário, era logo desfeita. Havia um certo funcionário, conhecido por Saça (José Freire Amorim), que rondava constantemente pelos corredores. Saça ouvia, mesmo de uma longa distância qualquer barulho anormal. Imediatamente, deslocava-se para o ponto, onde estava acontecendo a azoada. Pondo-se a porta da sala de aula barulhenta ele dizia: “Com licença, professor, estou às suas ordens.

³¹ Acreditamos que o professor Adailton Coelho Costa refere-se às semanas pedagógicas que foram desenvolvidas na instituição por volta da década de 1970.

Ponha fora de classe os gaiatos, eu vou acertar as contas com ele. (TAVARES, 1993. p. 24).

Pedimos licença para apresentar uma extensa citação do referido professor, o qual de forma sincera e direta apresenta suas dificuldades e facilidades ao lecionar, assim ele nos diz em suas reflexões:

A disciplina, a qual julgo ser mais importante do curso de Pedagogia é a Didática. Tenho a impressão que a Didática é justamente a arte, ou a boa técnica de transmitir os conhecimentos aos alunos. O professor que possui uma grande bagagem de conhecimentos, ou seja, um ótimo conteúdo, mas que não possui uma boa Didática, está fadado a ministrar aulas pouco proveitosas aos seus alunos. [...]. Fazendo meu exame de consciência, eu sinto que de forma alguma pude ser um ótimo professor, por que sempre achei minha didática um tanto manca. Os alunos, às vezes, se queixavam da dificuldade para entender minhas aulas. Quando assumi a função de professor do GEM, em 1967, logo também aceitei algumas aulas no Curso Pedagógico. As disciplinas por mim lecionadas as professorandas foram: Sociologia, Filosofia da Educação e História da Educação. Anos depois, Sociologia, Psicologia, Filosofia da Educação e História da Educação fundiram-se em uma só disciplina com o título Fundamentos da Educação. A disciplina Fundamentos da Educação foi dividida em Fundamento I e II, eu passei então a lecionar Fundamento II. [...]. Eu não simpatizei, muito com essa estória de Fundamento I e II, por isso fazendo blague dizia que era um fundamento sem fundamento. Nunca me entusiasmei muito pela disciplina do Curso Pedagógico. Sendo minha licenciatura plena em Pedagogia, era de se esperar fosse uma sumidade nas cadeiras do Curso Pedagógico, mas assim não acontecia. O que mais eu apreciava nas aulas do Curso Pedagógico era a boa convivência com as alunas professorandas. Eram aulas amenas, quase sem preocupação com o domínio da classe, sem problemas disciplinares. Relembrar aqueles bons tempos de professor do Curso Pedagógico é, realmente, uma recordação gratificante. (TAVARES, 1993, p. 35 e 36).

Optamos por apresentar de uma única vez essa citação por entendermos que dentro do todo que foi dito, não teríamos como desmembrar essa fala. Em suas recordações de professor do Ginásio Estadual de Mamanguape e do Curso Pedagógico que funcionaram nas dependências do Instituto Moderno, Frei Inocêncio apresenta suas dificuldades em “controlar a turma”, o que não era o caso do Curso Pedagógico, por serem as professorandas cordatas e sem grandes arroubos disciplinares. Outra dificuldade apresentada pelo professor estava em torno de dominar a Didática, ou seja, a arte própria do professor/pedagogo, conforme ele mesmo defende. Foi também professor da disciplina Economia e Mercado na Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes, a qual funcionou nas dependências do Instituto Moderno,

data de sua fundação o dia de 21 de abril de 1958, contando com a formação da primeira turma em 1960, conforme apresentado na figura 11. Nela, estão os professores sentados, ao meio e marcado em círculo, o professor e diretor Adailton Coelho Costa, marcado com um círculo na figura 11, e em pé as alunas concluintes e apenas um aluno.

Percebemos um significativo número de mulheres concluintes, contrapondo a realidade, nesse contexto, do Curso Normal Regional, que deixa de existir em 1957 e conclui com uma turma pequena, apenas sete alunas chegam ao fim, passa a instituição a oferecer o Curso Pedagógico. A participação significativa de mulheres nos cursos secundários e profissionalizantes nessa instituição chama a atenção, visto que, evidencia um canal encontrado por elas para a instrução e para a profissionalização feita perto de casa, o que talvez, não fosse permitido, ou não seria possível financeiramente pelos familiares responsáveis. É certo, que quem fazia o ginásio no Instituto Moderno tinha o claro interesse em adentrar no mundo universitário, fora da cidade mamanguapense.

FIGURA 11 - Primeira turma de Técnico em Contabilidade Carlos Dias Fernandes – 1960

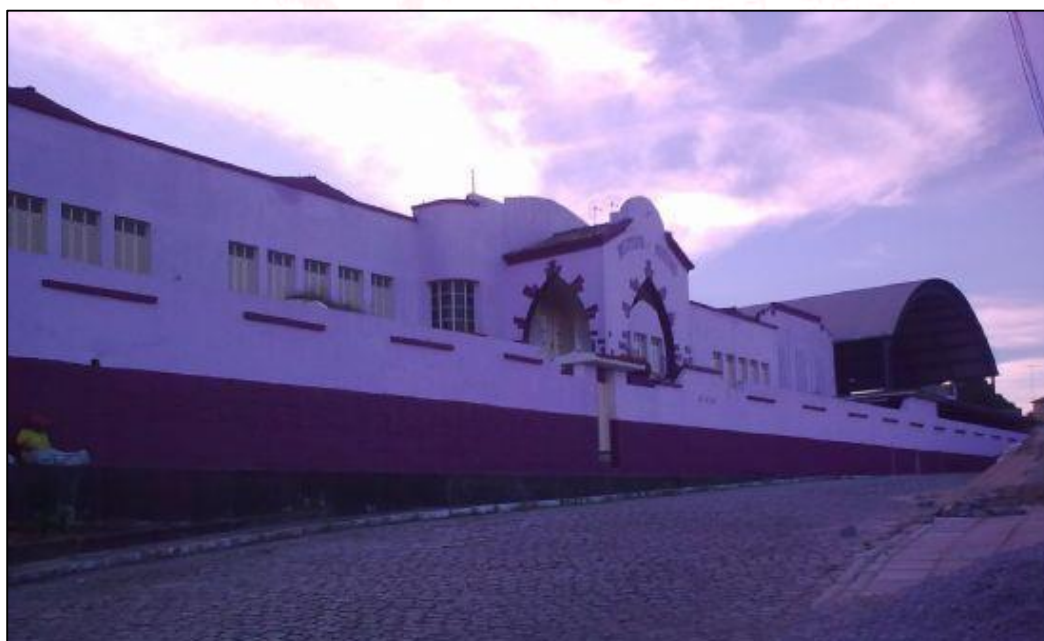


Fonte: Acervo particular de Gilberto Nogueira.

O Curso Técnico em Contabilidade Carlos Dias Fernandes possuía regime misto e de externato e funcionava à noite, com duração de três anos. Sua fonte de renda para funcionamento e construção eram as anuidades pagas pelos alunos, como também um auxílio estadual de Cr.\$ 54.000,00 para sua instalação. Conforme informações catalogadas em dois estudos que foram feitos dessa instituição. A monografia de Bezerra (2011) intitulada *Educação Contábil no Vale do Mamanguape: Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes Mamanguape* e Moraes e Félix Júnior (2013) com o artigo *Ensino comercial no vale do Mamanguape – PB: um olhar sobre duas instituições educativas de ensino contábil (1958-1997)*.

Atualmente, o Instituto Moderno possui uma estrutura física que chama a atenção por sua opulência, conforme pode ser observado na figura 12 e 13. A primeira figura é da parte frontal do educandário, que acrescentou desde 1950, uma quadra de esporte, um anfiteatro, pátio amplo, sala de arquivo, residência anexa ao Instituto entre outras repartições, como salas e banheiros. A figura 13 é a vista aérea onde pode ser visualizado que o educandário toma parte de um quarteirão das ruas do centro de Mamanguape, configurando-se como um dos prédios mais opulentos do município.

FIGURA 12 - Parte frontal do Instituto Moderno - 2015



Fonte: Comunidade Mamanguape conta suas Histórias – 2015.

Até o momento apresentamos três instituições que se abrigaram nas dependências do Instituto Moderno, contamos ainda, com o funcionamento do Ensino Primário, anexa ao Curso

Normal Regional, o qual teve vida longa, funciona até os dias atuais e o Ginásio Mathias Freire. “[...]. Em 1970 deu-se um fato marcante na história da Educação de Mamanguape. Nosso GEM teve sua ascensão tornando-se o CEM³², quero dizer o Colégio Estadual de Mamanguape, com a implantação do Curso Científico. (TAVARES, 1993. p. 29).

FIGURA 13 - Vista aérea do Instituto Moderno – 2015



Fonte: Comunidade Mamanguape conta suas Histórias, 2015.

Nos dias atuais a instituição atende as modalidades de Ensino Infantil, Fundamental, Médio³³ e desde os anos 2000, funcionam cursos superiores ministrados pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, com sede em Sobral – CE. Enquanto as instalações físicas da Universidade Federal da Paraíba – Campus Litoral Norte não ficaram prontas, o Instituto Moderno acolheu as primeiras turmas em suas dependências, dando continuidade a sua característica de instituição que abriga outras instituições, tal qual, o fez desde sua fundação.

³² Só no ano de 1981 o CEM passou a ter sede própria de responsabilidade estadual.

³³ Disponível em: <http://www.institutomoderno.com.br/>.

3.2 Curso Normal Regional de Mamanguape – novos tempos para a cidade

O Curso Normal Regional de Mamanguape foi criado pelo Decreto n.15, de 24 de março de 1949, de acordo com o art.40 do Decreto lei n. 921, de 30 de dezembro de 1940, o qual concedia a outorga de mandato ao Instituto Moderno na cidade de Mamanguape para ministrar o Curso Normal de 1º Ciclo, também chamado de Curso Normal Regional. Entretanto, encontramos três formas de reconhecimento nominal do mesmo, apresentadas nas fontes oficiais ou não, como atas, ofícios relatórios e outros, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

QUADRO 4 - Nomenclaturas para o curso Normal Regional – 1949 – 1957

NOMENCLATURA	FONTE/ANO	AUTOR/A
Curso Normal Regional de Mamanguape	Ata de nomeação de Fiscal de Governo – 1949	Dulce Montenegro (Fiscal do Governo)
	Boletim Informativo – 1951	Sebastião Lins (Diretor)
	Ofício encaminhado ao Estado – 1956	Adailton C. Costa (Diretor)
Escola Normal Regional	Relatório das atividades anuais 1952 e 1956	Adailton C. Costa (Diretor)
Escola Normal Rural de Mamanguape	Telegrama encaminhado ao deputado José Fernandes de Lima- 1952	Sebastião Lins e Adailton C. Costa (Diretores)

Fonte: Elaborada pela autora, 2015

Visando facilitar a comunicação do que nos propomos nesta pesquisa, adotamos assim, a nomenclatura que seguia a lei vigente de sua época: Curso Normal Regional de Mamanguape – PB. O mesmo entrou em funcionamento no dia 12 de fevereiro de 1949. “Às 15:30 horas foi proferida a aula de sapiência, no antigo prédio do Teatro Santa Cecília, pelo Padre Antônio Costa³⁴, na época, Capitão do 15. RI.” (COSTA, 1986.p.99). Contou também, no dia 15 de março, com uma atividade alusiva à comemoração do início das atividades educacionais desse educandário, com a participação do escritor Jacy do Rego Barros,³⁵ o qual proferiu a palestra “Mamanguape no presente e no passado” aos discentes e convidados presentes.

³⁴ Não conseguimos localizar nenhuma outra informação sobre este padre, no momento da aula de sapiência era o Capitão do 15 batalhão do Regimento de Infantaria de João Pessoa.

³⁵ Jacy do Rego Barros – Foi jornalista (O Malho, A Revista da Semana, Vamos ler? e outras.) e escritor especialista em história, educação, sociologia e sexologia, escreveu *Senzala e Macumba – 1939*, *Do Baronato à Democracia – 1953*, entre outros.

O objetivo dessa palestra estava em apresentar aos futuros docentes, alunas e alunos do Curso Normal Regional de Mamanguape e demais convidados, a história do apogeu e declínio econômico, o qual marcou a trajetória da cidade, bem como a urgência, de através da educação, o município prosperar e seguir o rumo de novas conquistas. O conferencista Jacy do Rego Barros, era filho do General Rego Barros, antigo proprietário do Engenho Camaratuba, que possuía casa grande, senzala e capela. Ele retomou em uma linha histórica “[...] a importância dos engenhos da região, destacando Camaratuba, base econômica e social que se formou na força do braço escravo para a fabricação do açúcar. ” (COSTA, 1986.p.100). Finalizou sua palestra lembrando o apogeu e a beleza do passado, o qual vivenciou enquanto mais novo.

Não obstante, começaram a circular pela cidade no ano de 1949 de segunda a sexta – feira, na parte da tarde, uma média de trinta e uma (31) garotas e três (03) rapazes prontos para iniciarem suas aulas com seus respectivos professores que formavam um total de sete (07), destes, cinco homens (05).

FIGURA 14 - 1º turma do Curso Normal Regional de Mamanguape - 1950



Fonte: Acervo pessoal Hercília Rodrigues Coelho.

Esta fotografia (figura 14) foi tirada no terreno onde seria construída a sede do Instituto Moderno, a primeira turma do Curso Normal Regional de Mamanguape e o professor José Pedro Nicodemos e a professora Rosinha Arcoverde Nicodemos sentada de blusa clara sem a gravata das normalistas. Segundo relatório encaminhado ao departamento de Estatística do ensino elementar, médio e superior do Estado da Paraíba, escrito em 02 de maio de 1951, referente ao ano de 1950, pelo então diretor Sebastião Alves Lins receberam no ano de 1950 do poder público nesse ano a subvenção de CR\$ 46.000,00 da União, CR\$ 200.000,00 do Estado e CR\$ 20.000,00 do Município, dinheiro este utilizado para a construção do educandário. As influências políticas se fizeram presentes, também para conseguir ou manter funcionários. Vejamos que em telegrama enviado ao Deputado José Fernandes de Lima, no dia 17 de fevereiro de 1952, pelos diretores do Ginásio Matias Freire e o Curso Normal Regional de Mamanguape, os quais solicitam a permanência de um professor na instituição. Segue telegrama com o seguinte teor:

[...] Estamos formulando Vossência na qualidade representante seu povo nossa assembleia se digne interceder junto governo Estado permanência em Mamanguape Major José castor vg que a frente comissariado Polícia cidade durante cinco anos vem primando atuação correta et qualidade ordem pública assegurando clima tranquilidade não distinguindo cor política partidária execução seus atos pt . Ainda é conhecimento geral dita autoridade ser exímio colaborador instrução pública nossa terra lecionando matéria especializada Ginásio et Escola Normal Rural Mamanguape até concursado Faculdade Filosofia Estado pt Por tais motivo afastamento dita autoridade trava grande dificuldades nosso Ginásio em fase reconhecimento definitivo além perspectiva obtenção nosso pedagógico vg vez que contamos valiosa cooperação que equivale solução grave problema ensino nossa terra bem como anseios população pt. Ab. Sebastião Alves Lins Adailton Coelho Costa. Diretor (LOPES, 1989, p.18).

Tal pedido foi atendido e ficou o José Castor do Rego desempenhando suas atividades, enquanto professor de desenho do Curso Normal Regional de Mamanguape e do Colégio Matias Freire, funcionando nas dependências do Instituto Moderno. Os professores que não estavam vinculados com o Estado recebiam por aula C\$ 10,00, enquanto pagavam os discentes os seguintes valores:

TABELA 07 - Taxas pagas no Curso Normal Regional de Mamanguape - 1950

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Matrícula	C\$ 20,00
Exame de admissão	C\$ 10,00
Mensalidade:	C\$ 70,00 e 80,00

Fonte: Curso Normal Regional de Mamanguape, 1951.

Segundo Costa (1986) uma outra forma que foi utilizada para arrecadar dinheiro para a construção do educandário foi a festa das normalistas, que era uma novidade em Mamanguape. Segundo o autor, inovação das mais aplaudidas, festas nos moldes da festa da mocidade da cidade do Recife. Era uma festa de pátio, cheia de atrações para o lazer dos participantes, inclusive com teatro para o público, mas com uma plateia que podia ficar isolada, sentada em cadeiras com ingressos pagos. Tudo com um único objetivo: rendimentos para a construção da sede própria do Instituto Moderno. No palco da festa das normalistas, além da apresentação de artistas do Ceast da Rádio Tabajaras, como Marlene Freire, violista João Pinto, Maestro Joaquim Pereira, Trio Tabajara, o grupo teatral do conhecido humorista paraibano Ciláio, apresentou bonecos falantes. No Natal, causou admiração a todos uma encenação do nascimento do menino Jesus, como ainda a representação figurada no ano velho, e do ano novo. Conforme lembra uma das alunas:

Antigamente se chamava drama, chamava cantores que vinham de João Pessoa, houve uma festa no fim do ano que fizemos aqui. Fizemos uma manjedoura ao vivo, humana. Leni³⁶ era São José. A maioria era mulher, né? Colocou barba e arrumou o cabelo (risos). O menino era Vavá, tá vivo ainda, foi o bebezinho. Fazia festa, as barracas [...] essas coisas assim. (INFORMAÇÃO VERBAL³⁷).

Entre luzes e alegria, no Ribobar de Irândolas e fogos de artifício, simbolizando na pessoa de uma criança, tinha início o primeiro de janeiro do ano que surgia. A festa teve a duração de 10 dias, com dez noites de atrações variadas. Segundo Costa (1986), a grande festa não se repetiu mais.

³⁶ Leni é o apelido de Helena Rodrigues de Oliveira, sua irmã e também entrevistada para esta pesquisa.

³⁷ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

Plantou a semente da esperança e da crença, que daí em diante não mais deixou de existir nas relações daquele educandário. Ele nascia para a vocação de crescer. Naquela festa foram revelados valores artísticos e teatrais sendo gratificante relembrar a revelação de alunos que cantavam, naquele início orientados e ensinados musicalmente, pelo próprio Dr. Nicodemos, diretor do estabelecimento, que fazia os acompanhamentos dedilhando seu velho bandolim. (COSTA, 1986, 115).

O Curso Normal Regional de Mamanguape estava totalmente legalizado, conferido diploma de certificado na conclusão de curso, sendo este, fiscalizado pelo estado da Paraíba e pelo município de Mamanguape por uma fiscal do governo, no caso deste educandário foi feita a nomeação desta profissional, em 04 de setembro do mesmo ano de fundação,

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que por lei lhe são conferidas, resolve nomear, de acordo com o art.56, parágrafo único do decreto-lei n.221, de 30 de dezembro de 1946, **Dulce Montenegro** para exercer o cargo de Fiscal do governo junto ao Curso Normal Regional do Instituto Moderno da cidade de Mamanguape. (PARAÍBA, 1949).

Apesar de termos conhecimento do número do decreto-lei que regulamentava a função do Fiscal de Governo, não encontramos nada que pudesse nos guiar especificamente, quais seriam as atribuições desse agente educacional. Percebemos que a Fiscal do Governo Dulce Montenegro fazia visitas a instituição e que a mesma, registrava em um caderno da escola, conforme ela escreve no dia 10 de outubro de 1949, “Visitei o Curso Normal do Instituto Moderno, da Cidade de Mamanguape encontrando o ensino bem orientado. (CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1949). Infelizmente, só localizamos estas poucas observações escritas³⁸, e estas, não nos revelam o que viu a fiscal neste dia de visita. Outra função deste agente educacional, foi pontuada no relatório encaminhado a superintendência de ensino normal da Paraíba, que descreve:

No ano de 1954, o Curso Normal Regional de Mamanguape ficou sob a inspeção de Anna Cavalcanti, Diretora do grupo Escolar Luís Aprígio, nesta cidade, a qual foi designada para inspecionar as provas finais, em virtude de a inspetora ter pedido exoneração do cargo. (CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1954).

³⁸ Esse registro foi encontrado na casa de Hercília Rodrigues Coelho no ano de 2014, em uma folha solta e com uma reportagem jornalística colada a mesma, ou seja, o caderno de anotações da fiscal de governo do Curso Normal Regional de Mamanguape foi desmembrado e não localizamos mais indícios do mesmo.

Como pode ser observado, neste relatório o cargo mudou de nomenclatura, de *fiscal* para *inspetora*, e estas deveriam, também, supervisionar a aplicação de avaliações. Identificamos que poucas foram as mulheres que assumiram a função de fiscal de governo do ensino normal na Paraíba, conforme apresentamos no quadro 5.

QUADRO 5 - Fiscais do governo – (Década de 1950)

INSTITUIÇÃO	FISCAL DO GOVERNO
C.N. R. de Mamanguape	Dulce Montenegro Geralda Cavalcante Anna Cavalcanti de Albuquerque
C.N. R de Cuité	Maria José Bezerra de Queiroz Maria de Lourdes Vianna
C.N. R Francisca Mendes	Pe. João C. Rolim
C.N. R Santo Antônio	Pe. Ruy Jair
C.N. R Santa Luzia	Pe. Francisco F. de Andrade
C.N. R São José	Antonio Pinto Oliveira
C.N. R Pe. Diniz	Pe. José Sinfrônio de Assis
C.N. R Monte Carmelo	Frei Manoel Carneiro Leão
C.N. R N. Sra. da Conceição	
C.N. R N. Sra. de Lourdes	
C.N. R N. Sra. da Luz	Pe. Hildebrando Marques
C.N. R Santa Luzia Sabugi	
E.N. Alfredo Dantas	Prof. João Freire Nóbrega
E.N. Imaculada Conceição	Dr. Henio de Azevedo
E.N. Cristo Rei	Pe. Acácio Cartaxo Rolim
E.N. Arruda Câmara	Cel. Vicente Freitas
E.N. N. Sra. de Lourdes	Monsenhor Abdon Pereira
E.N. Santa Rita	Silvia Perazzo Barbosa
E.N. N. Sra. da Luz	Pe. Hildebrando Marques
E.N. Sagrado Coração de Jesus	

Fonte: Organizada pela autora, com fontes do Instituto de Educação da Paraíba. 2015

Mais uma vez, existe uma predominância dos agentes religiosos ligados à igreja católica nos espaços educacionais de formação de professoras primárias. Bem como, um número menor da participação feminina nos espaços destinados à fiscalização. Entretanto, no que se refere à direção dessas instituições, são as mulheres da igreja católica (as freiras), que assumem esta função, fato que não ocorre nos educandários de propriedade civil não vinculados à igreja, pois são os homens (médicos, magistrados e professores) que assumem a direção do

Curso Normal Regional de Mamanguape, de Cuité e do Curso Normal Alfredo Dantas. Levando em consideração que as irmãs católicas, apesar de assumirem a direção, não eram donas das escolas, conferimos que eram elas, sempre, subordinadas a uma congregação, portanto, seguiam orientações das mesmas. As referidas escolhidas para serem fiscal do governo, eram também, mulheres da elite social em que conviviam e, em alguns casos, parente direta dos sócios fundadores da escola.

Acreditamos que a presença de uma fiscal ou inspetor do governo para acompanhar as aplicações de avaliações finais feitas no Curso Normal Regional de Mamanguape e nas demais instituições, se fazia necessário, por ser uma preocupação recorrente aos defensores do ensino normal em garantir uma qualidade na formação intelectual e profissional das futuras professoras, o que deveria ser garantido pelo Estado. Tal inquietação tem origem no crescimento do ensino privado neste nível de ensino em todo o país. “Já estava claro que a iniciativa privada constituiria cada vez mais, a principal mantenedora de escolas normais e que o controle do crescimento e da qualidade dessa rede privada demandaria preocupação. (TANURI, 2000, p.72).

Assim, estava previsto na Lei Decreto Lei n.8.530, de 1946, que as provas escritas dos exames finais deveriam ser realizadas na segunda quinzena de novembro e as orais e práticas no mês de dezembro. Também deveria ser feita uma avaliação para o ingresso no Curso Normal Regional de Mamanguape, e demais Cursos desta modalidade implantado no Brasil. Exigia-se a idade mínima de 13 anos e máxima de 25; ser brasileira com sanidade física e mental e não possuir deficiências e distúrbios funcionais que comprometessem as futuras atividades docentes, gozar de bom comportamento no grupo social e, sobretudo, ter sido habilitada no Exame de Admissão (BRASIL, 1946).

O curso estava articulado ao ensino primário exigindo-se também o cumprimento desse grau para submissão ao Exame. Seguindo a legislação federal (1946) e estadual, a partir de 1952, para o funcionamento dos Cursos Normais, a aprovação do Exame de Admissão implicava um critério para ingresso na Escola Normal Regional de Mamanguape. No ano de 1952, ano de início do curso ginásial no Instituto Moderno, deixou de haver exames de admissão para o curso normal.

A seleção era constituída de exames orais e escritos de Português e Matemática, realizados de acordo com as instruções do Departamento de Educação. Para obter a aprovação a/o candidatada/o teria que obter média mínima 5,0 (cinco). Uma vez integrado/a ao curso, o

discente se submeteria constantemente a uma sequência de provas e exames, a fim de adquirir a progressão para o ano seguinte. As atividades avaliativas deveriam ser mensais, seguindo o estabelecido no Decreto Lei n.8.530, de 1946, já que no:

Art. 31. A partir de abril e excetuados os meses em que se realizarem provas escritas, será dada, em cada disciplina, e a cada aluno, pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento. A média aritmética dessas notas mensais será a nota anual de exercícios. (BRASIL,1946).

Em relatório encaminhado ao Serviço de Estatística de Educação e Saúde, pelo diretor do Curso Normal Regional de Mamanguape, Sebastião Alves Lins, em 1951 está “Entre os alunos que se têm avantajada pelos melhores lugares Hercília Rodrigues Bezerril³⁹, Zilma Luna de Carvalho, Alaíde Torres, João Viriato Filho e Maria José Pinto. ” (CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1951). Destes, apenas um desistiu das aulas, o aluno João Viriato Filho não deu continuidade no curso de formação de professoras; Zilma Luna foi oradora desta turma na cerimônia de conclusão do curso e das quatro citadas identificamos três na carreira do magistério.

A aluna Hercília Rodrigues Costa foi secretaria, professora do Curso Normal Regional e do Curso Pedagógico no Instituto Moderno em anos seguintes. Podemos observar no Boletim mensal (figura 15) da mesma, o seu desempenho no mês de setembro de 1949, primeiro ano de funcionamento desta escola. Para que o discente fosse aprovado precisava, segundo a legislação em vigor, da média aritmética da nota anual de exercícios (a soma de todas as notas mensais e a divisão deste total pelo quantitativo de notas mensais somadas) e da obtida na prova parcial e das obtidas nas duas provas do exame final.

Ao discente que não conseguisse obter a média necessária na nota final, em uma ou duas disciplinas, poderia ele fazer exames de 2º época. Como informa uma das alunas: “A prova era escrita e só a prova final que era oral. Fazíamos prova todo mês e se não passasse ia fazer a prova de segunda época, né? Em janeiro. Eu nunca fiz. ”. (INFORMAÇÃO VERBAL⁴⁰, 2015).

³⁹A referida aluna ao casar adotou o sobrenome do esposo, e ficou seu nome da seguinte forma: Hercília Rodrigues Coelho.

⁴⁰ Informação cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

Psicologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Hist. Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-

Fonte: Dados organizados pela autora, 2015

Nenhuma aluna precisou fazer a avaliação na disciplina de Economia Doméstica, nesta ficou um aluno no ano de 1949 e no ano de 1957 não houve exames de 2^o época.

Segundo uma das alunas da primeira turma, a disciplina mais temida pelos discentes era a de matemática. Assim ela informa:

Nós tínhamos mais medo do professor Sebastião Lins, dele não, da matemática, né? (risos) Era professor de matemática. A matéria que eu menos gostava, tem quem goste, eu não. Mas, nós não aprofundávamos na matemática, não. Tinha as partes principais, era porcentagem, regra de três, coisas mais práticas. (INFORMAÇÃO VERBAL⁴¹).

Ao perguntarmos quais as dificuldades que os professores tinham com as alunas, ela pensa e diz que não lembra de nenhum tipo de situação onde a indisciplina ocorresse, a reflexão dela gira acerca de estar em sala de aula com as pessoas mais “sérias” da cidade: o promotor e sua esposa, juiz, médico. Dessa feita, ela garante que não existia dificuldades no relacionamento dos discentes com os docentes. Sua irmã e aluna da segunda turma, diz que não gostava das aulas, mas também não relata nenhum ocorrido conflituoso com seus professores, apesar de não ser das alunas mais estimuladas com as aulas. Como ela informa: “Gostava quando chegava à época do fim de ano. Mas, da aula mesmo eu não gostava muito, os professores cobravam muito [...]” (INFORMAÇÃO VERBAL⁴²). Sua irmã garante que era uma época diferente, o professor era respeitado, assim ela informa:

Não tinha castigo, né? Era todo mundo adulto! Não existia problema com disciplina, todo mundo comportado. Não saberia dizer qual era o melhor professor. Nós não sabíamos destacar qual era o melhor deles, a mola mestre foi o professor Pedro Nicodemos, Sebastião Lins e Dr. Adailton Costa. (INFORMAÇÃO VERBAL⁴³).

⁴¹ Informação cedida por Helena Rodrigues de Olivera, 2015.

⁴² Informação cedida por Helena Rodrigues de Oliveira, 2015.

⁴³ Informação cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

A disciplina preferida da aluna era português, a qual estudou com o professor José Pedro Nicodemos (assim, como lecionou para esta turma inglês, psicologia, história geral e sociologia), a mesma relata como se comportavam os professores:

As aulas eram no quadro negro, escrevendo e o professor explicando, só isso [...] Tínhamos livro, a disciplina português tinha livro e o livro que a gente adotou era aquele de Napoleão Mendes de Almeida e os outros eram livro também, tinha de Psicologia, Inglês [...] Comprávamos os livros na livraria em João Pessoa. Eu tinha ainda até um tempo desses. Mas acabei jogando no lixo. (INFORMAÇÃO VERBAL⁴⁴).

Hercília Rodrigues Coelho lembrando dos seus dias de aluna, diz que “Todos nós nos vestíamos com muito respeito: as alunas de farda, os professores de paletó e as professoras bem arrumadas”. Conforme pode ser observado na figura 16, onde o professor José Pedro Nicodemos e a professora Rosinha Arcoverde Nicodemos posam para foto com alunas do primário e do Curso Normal Regional de Mamanguape, à frente do Instituto Moderno.

FIGURA 16 - Professor (a) José Pedro Nicodemos e Rosinha Arcoverde Nicodemos



⁴⁴ Informação cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

Fonte: Mamanguape conta sua história, 2015.

É das aulas do professor José Pedro Nicodemos, de português, que a aluna mais fala, recorda um dia em que o professor fez uma atividade para parabenizar o desempenho das alunas e deu a ela um dicionário da língua portuguesa⁴⁵, por ter se destacado como melhor discente. Informa também que:

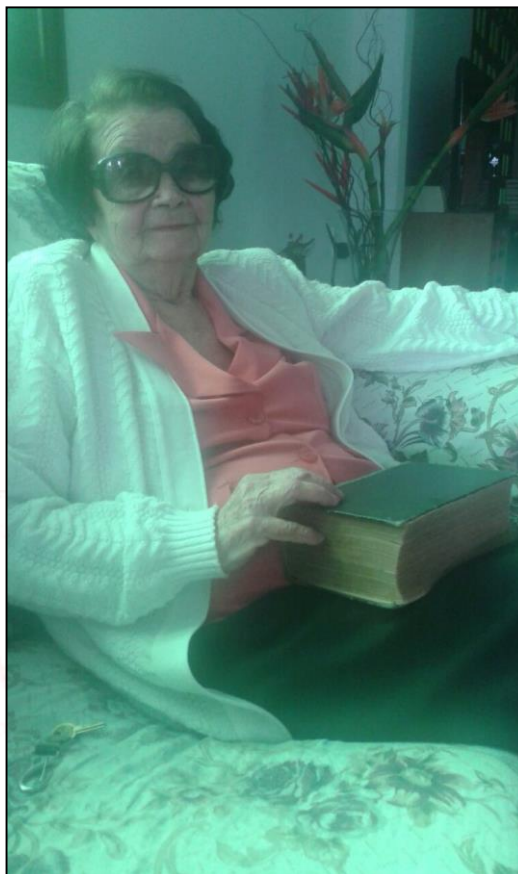
Quando ele foi para João Pessoa, me chamou para dar aula em uma escola que fundou, se não me engane chamava-se Maria Montessori, pelo menos se baseava no método Montessori de aprendizagem. Eu não fui e até onde sei a escola não funcionou por muito tempo. Ele era professor de Psicologia, também e gostava desse método. (INFORMAÇÃO VERBAL⁴⁶).

No meio da entrevista ela pede licença, levanta-se e vai pegar o dicionário, fizemos o registro neste momento da entrevistada com o seu Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, este publicado em 1948, passou para suas mãos no ano de 1949 e está com ela até o ano de 2015, ano da entrevista, conforme pode ser visto na figura 17.

⁴⁵ Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso e revisto na parte geral por Manuel Bandeira e José Baptista da Luz. Inteiramente revista e consideravelmente aumentada sobretudo na parte brasileirismos - por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira7edicao .1948.

⁴⁶ Informação cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

FIGURA 17 - Professora Hercília Helena Bezerril - 2015



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Nessa mesma entrevista nos relata sobre outro livro que era utilizado em sala de aula na disciplina de Português, a *Crestomatia*, o que significa: Coletânea didática de trechos escolhidos de autores clássicos, uma antologia, vejamos que:

O livro *crestomatia*, publicado em várias edições pela Livraria Globo, Porto Alegre, e organizado pelo Prof. Radagasio Taborda, é constituído por excertos escolhidos em prosa e verso dos melhores escritores brasileiros e portugueses (Coelho Neto, Eça de Queiroz, Rui Barbosa, Camões...). Essa obra foi adotada nos cursos de Admissão ao Ginásio, ginásios e escolas normais do Brasil durante as décadas de 30 a 60 e era dividido em duas partes. Os textos da primeira parte destinavam-se aos seguintes temas: narrativas e lendas, dissertações, moral e religião, descrições, geografia, história, biografias, humorismo, fábulas e anedotas. Os textos da segunda eram apólogos, alegorias, sonetos, poesia lírica, descrições, odes, poesia épica, sátiras e

epigramas. Os conhecimentos de gramática eram passados de forma indutiva e a cargo da criatividade do professor ao ministrar as aulas. Pretendia-se com esse livro alimentar o gosto pela leitura dos bons escritores e ministrar aos alunos o cabedal indispensável à formação do seu espírito, bem como à sua educação literária. O objetivo primordial era formar alunos competentes no uso da língua, com boa retórica e eloquência, que dominassem perfeitamente a ortografia e o vocabulário. Era preciso também ter bastante treino na leitura em voz alta, saber as técnicas para recitar versos e dominar a linguagem e dicção para qualquer tipo de exposição oral. Assim, o aluno tinha um panorama completo das diferentes formas de construir um texto. Hoje, as edições do livro *Crestomatia* são objeto de disputa entre colecionadores e bibliófilos. (ALITA, 2013).

Ao adentrar no mundo do trabalho enquanto professora, aderiu ela aos mesmos materiais utilizados no Curso Normal Regional de Mamanguape. Encontramos em relatórios no arquivo do Instituto Moderno, registros de que nos anos de 1949 e 1950 foram feitas respectivamente, com as alunas do Curso Normal Regional excursões à cidade de Areia – PB e Recife-PE para visitar outros estabelecimentos de ensino, contando com atividades desenvolvidas ao longo desses dois anos a festa das normalistas, a presença do Conservatório de Música Paraibana e a comemoração do centenário de Joaquim Nabuco e Ruy Barbosa.

Ainda no 1º ano (1949) esteve presente à cidade de Areia, onde fez parte nas festividades, tendo o órgão arrancado aplausos. Em 1950 um grupo de alunos excursionou a cidade de Recife, visitando vários estabelecimentos de ensino. Além do passeio educacional, vem o colégio observando vasta atividade cultural, recebeu já colaboração da Academia Paraibana de Letras, trouxe a Mamanguape o Conservatório de Música Paraibano; outros vários artistas desfilaram na grande festa das Normalistas do Instituto Moderno. Centenário de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, tiveram no Instituto comemoração condigna. (CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1950).

Hercília Rodrigues Coelho nos mostra fotografias da visita que foi feita à Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso na Bahia, de modo que ainda estava em processo de construção já que a mesma foi inaugurada em 1955 e a visita foi feita pelo grupo em 19 de novembro de 1952. Observamos em uma das fotos cedidas, vê-se na figura 18, que nem todas as alunas foram, e estava com um número reduzido de discentes, acreditamos que isto aconteceu por ser a cidade de Paulo Afonso-BA, longe de Mamanguape. Mesmo sendo um passeio distante estavam as alunas fardadas, com o terno de educação física.

Sobre os demais passeios que foram citados por Sebastião Alves Lins, a professora relata que foi a Recife visitar outra escola de ensino normal e diz ter esquecido qual era a escola.

Em alguns momentos da entrevista a professora diz não conseguir lembrar-se do que aconteceu, até mesmo com as fotografias em mãos. Como ocorreu com duas fotos que registrava um passeio que ela e a turma tinham feito. Como não conseguiu identificar o local e o que foram fazer lá, optamos por não incluirmos tais fotografias no trabalho

FIGURA 18 - Excursão a hidrelétrica da Usina Paulo Afonso 19-11-1952



Fonte: Acervo pessoal Hercília Rodrigues Coelho.

A formatura da primeira turma de professores do Curso Normal Regional de Mamanguape aconteceu nesse mesmo ano, em dezembro de 1952 e segundo Costa (1986) foi outro acontecimento que marcou época. Já se realizou em uma das salas do novo prédio do Instituto Moderno, concluída com todo esforço em tempo recorde. Para abrigar concluintes e convidados para aquela solenidade. “Foi comemorado entre abraços, risos e lágrimas diante da estupefação e da alegria contida, principalmente dos que não tinha acreditado no êxito do soerguimento educacional que o Instituto Moderno trouxera a Mamanguape.” (COSTA, 1986, 115).

A aluna lembra o dia da festa como um grande acontecimento, assim ela relata:

Agora a festa da formatura da gente [...] Mamanguape era tão atrasado! Foi em um dos salões do Instituto Moderno, nesse tempo já estava pronto, terminamos nosso curso lá, sabe? Era muita gente importante que vinha, até do Rio Grande do Norte! Era festa mesmo! A cidade era pequena, então: estávamos todos lá! (INFORMAÇÃO VERBAL⁴⁷).

Foram os homenageados especiais: Dr. Janduhy Carneiro; preito de gratidão: prefeito Eduardo Ferreira; homenagem de honra: Dr. José Fernandes de Lima, o qual ao citar esta festa diz “Tive a honra de como patrono, paraninfar por delegação do Governador José Américo, em 1952, a primeira turma concluinte do Curso Normal. ” (LIMA, 1981, p.6/7); vejamos a aluna posando para foto de formatura, na figura 19:

FIGURA 19- Concluinte Hercília Rodrigues Coelho – 1952



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

As homenagens continuaram e a honra ao mérito foi dedicada ao Dr. José Pedro Nicodemos (diretor), os docentes homenageados foram Prof. Sebastião Alves Lins – Presidente do Conselho Diretor e o Acadêmico Adailton Coêlho Costa. Como representante do 1º ano o

⁴⁷ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Bezerril, 2015.

Cap. José Castor do Rêgo, representante do 2º ano a Professora Maria Cristina Arcoverde a representante do 3º ano e o Dr. Moacir Nóbrega Montenegro representante do 4º ano.

Nesse dia as concluintes fizeram o seguinte juramento: “Prometo cumprir fielmente as leis da República e do Estado, honrar as tradições deste Instituto e o grau que ora me é concedido, co - operando pelo desenvolvimento da educação rural e pela grandeza do Brasil (CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1952), as seguintes concluintes:

Alaíde Torres
 Amélia Toscano de Albuquerque
 Anita Áurea de Luna
 Consuêlo Cirne de Medeiros
 Edelweiss Coêlho Costa
 Emerice Francisca de Lima
 Edson Veloso da Costa⁴⁸
 Francisca Teresina Correia
 Genilda Luna de Carvalho
 Geralda Cavalcanti de Albuquerque
 Gesilda Pinto de Menezes
 Hercília de Bezerril Rodrigues
 Inês Maria Ponciano
 Maria Araújo
 Maria do Carmo Bezerra
 Maria Célia Veloso da Costa
 Maria Edelvacir Coêlho Costa
 Maria Eustela Toscano
 Maria Irene Ribeiro
 Maria José Ramos Lins
 Maria de Jesus Lins Vasconcelos
 Maria das Neves Padilha
 Maria da Penha Ribeiro
 Nilda Gomes Soares
 Nisete Gomes de Arruda
 Olivia Vieira de Luna
 Sineide Cavalcante de Albuquerque
 Teresa Ramos Lins
 Teresinha Rodrigues Cavalcanti
 Zilma Luna de Carvalho – oradora
 (CURSNO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1949).

Sobre o aluno concluinte do Curso Normal Regional, Edson Veloso da Costa, consta na lista de concluinte uma possível parente do mesmo: Maria Célia Veloso da Costa. Em Diário Oficial do Estado da Paraíba encontramos o nome do referido concluinte e a seguinte nota:

⁴⁸ Único aluno concluinte.

Escola de Aperfeiçoamento Aprovação de inscrição para o concurso de Portalista (função exercida nos Correios), Edital Nº 28-52. Não conseguimos identificar se o mesmo seguiu a carreira de portalista ou mesmo à docência.

Ficou registrado nas atividades de colação de grau das normalistas, a missa de ação de graças e sobre esta não encontramos muitos registros, apenas foi citado pela entrevista, e a festa de formatura. As alunas se arrumaram com esmero para o grande dia que iriam comemorar com familiares e com amigos os esforços de quatro anos, como podemos visualizar nas figuras 20 e 21, as alunas Hercília Rodrigues Coelho e Maria Araújo.

FIGURA 20 - Hercília Rodrigues Coelho
Festa da formatura – 1952



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

FIGURA 21 - Maria Araújo
Festa de formatura – 1952



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

Ao recordar das atividades comemorativas da sua conclusão de curso, registra-se um desgosto por parte da professora Hercília Rodrigues Coelho no pouco que se encontra no Instituto Moderno, sobre o Curso Normal Regional de Mamanguape, sobre isto aponta que:

Eu sei que a turma da gente tinha uma placa muito bonita no colégio e deixaram se acabar! O de Leni, também! Um quadro muito bonito! Foi feito com tanto sacrifício! Um dia eu fui na escola, na biblioteca e tinha tanto livro no chão! Deixaram acabar!⁴⁹ (INFORMAÇÃO VERBAL⁵⁰).

Na figura 22 podemos observar por trás do professor e, à época, diretor Adailton Coelho Costa a placa de formatura da primeira turma concluinte, a qual a aluna observa com tristeza, o fato de ter desaparecido. Nesta placa estão as fotografias de todos os concluintes e no alto da placa estão as pessoas que receberam honras e homenagens, já citadas aqui. O professor e diretor Adailton Coelho Costa foi o único dos sócios fundadores que nunca se ausentou do educandário, esteve no início e durante muitos anos, até se afastar de suas atividades profissionais.

FIGURA 22- Professor Adailton Coelho Costa



Fonte: Acervo pessoal de Hercília Bezerril Coelho.

O ano de 1952 foi o único em que funcionou todas as séries do Curso Normal Regional em Mamanguape, do 1º ao 4º ano e ao concluírem precisavam elas começarem a trabalhar e seguir suas carreiras docentes. Segundo a aluna entrevistada “A maioria arranhou emprego e

⁵⁰ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

muitas casaram. Eu casei, mas continuei a trabalhar. ” (INFORMAÇÃO VERBAL⁵¹). A mesma afirma que:

Eu queria muito ficar no colégio, no normal para ensinar. Quando eu terminei fui nomeada para Baía da Traição, era por indicação. Por mais que a gente fosse da parte do governo não consegui ficar aqui. Duas meninas que moravam em Itapororoca e fez o Curso Normal em Guarabira foram nomeadas aqui pro Grupo, prestígio, né! Carlita minha colega de sala ficou no colégio e eu fui para lá, para não perder a oportunidade, eu fui e fiquei por três meses. Fui a primeira professora e diretora do Grupo Escolar de Baía da Traição, fiquei residindo lá, no grupo tinha uma residência para os professores. Mas, eu fui chamada para fazer um curso em Recife, na Escola Rural Modelo Aníbal Falcão/Alberto Torres, lá fiz um curso, como se fosse uma especialização, e então, quando voltei fiquei aqui no colégio, no curso normal, no pedagógico e no ginásial, até me aposentar. Quando fui dar aula no ginásio, eu fui fazer o curso de suficiência. Todos nós fizemos, não tinha faculdade, né? Eu, Sebastião, Adailton, todos precisamos fazer! (INFORMAÇÃO VERBAL⁵²).

As influências políticas para conseguir e manter vagas nos cargos públicos no estado paraibano eram recorrentes. No Curso Normal Regional de Mamanguape esta realidade não era diferente. Bem como, já mencionamos em capítulo anterior, que mesmo sendo as instituições de caráter privado, estava à esfera pública financiando o ensino normal. O governo federal, estadual e municipal estavam em parceria com a rede privada, quando não mandavam subvenções mensais, pagavam os salários de professores das referidas instituições como confirma a ex-aluna e professora aposentada do educandário: “Fiquei como funcionária estadual a serviço do Instituto. ” (INFORMAÇÃO VERBAL⁵³).

A sua irmã Helena Rodrigues de Oliveira ao concluir o Curso Normal Regional de Mamanguape, em 1954, é convocada para trabalhar no Grupo Escolar Castro Pinto, no distrito de Jacaraú pertencente ao município de Mamanguape, a época. Lá iniciou sua vida profissional como professora da 4^o série e foi diretora escolar. Ela relata que:

Naquela época era tão difícil trabalho. Mamanguape uma cidade muito atrasada. Uma cidade antiga e atrasada. Então eu consegui essa nomeação. Quando comecei a lecionar a primeira turma, era uma menina, as professoras no Castro Pinto eram D. Alzira e D. Margarida. Eu ensinava a terceira e quarta série, fiquei ensinando a quarta-série, porque D. Alzira dizia que não tinha competência de ensinar a quarta para a quinta. (INFORMAÇÃO VERBAL⁵⁴).

⁵¹ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

⁵² Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

⁵³ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

⁵⁴ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

Na figura 23 observa-se a professora “Leni” (Helena Rodrigues de Oliveira) com sua turma à frente do grupo escolar, o fato de ter sido escolhida para ficar com as turmas de terceira e quarta série se deu por ter tido ela se formado no Curso Normal Regional e as suas colegas eram professoras leigas. O número de professoras leigas no Brasil e mais específico no interior paraibano era grande e a cada dia a demanda por professores maior. A própria situação de ter assumido as salas de aula um número maior de professoras não habilitadas em detrimento das habilitadas, sempre foi razão para o desprestígio contínuo da profissão e do desinteresse da própria categoria.

FIGURA 23- Helena R. de Oliveira e primeira turma do Grupo Escolar Castro Pinto



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

Na última folha do Caderno de Estudo da aluna Helena Rodrigues de Oliveira (nos debruçaremos a analisá-lo no próximo capítulo), ela fez um registro de atividades que iria desenvolver com a turma da figura 23 no ano de 1955, um ano após a sua formatura. Segue os apontamentos:

Dia da criança
 Irei falar sobre a criança problema.
 Zeni Lisboa: Minha pátria de Vicente Guimarães
 Virgínia Pessoa: Os pontos cardeais
 Emília Lisboa: Ave Maria de Fagundes Varela
 Jaci Coêlho: Minha mãe de Martine Fontes
 Maria Nogueira: O Credo de Olavo Bilac (OLIVEIRA, 1943).

A entrevistada nos relatou que muito do que desenvolveu em sala de aula aprendeu no curso e que não era muito, mas era mais do que muita gente tinha visto e já estava na sala de aula. Fazer dramas e declamar os poemas, estas eram experiências que tinha vivido como aluna. Ao questionar o que ela ensinava ela diz: “Ensinava naquela época a tabuada. E o que aprende é com a tabuada mesmo, viu! Exigia a tabuada... Problemas, resolver problemas. Na matemática era a aritmética. Português: Ditado, cópia, exercício, análise [...] O quarto ano era mais preparado. Aí, fiquei no quarto ano”. (INFORMAÇÃO VERBAL⁵⁵).

Conforme apresentado no capítulo anterior, com a aprovação do Decreto-Lei n.850 de 06 de dezembro de 1952, no ano de 1953, o Curso Normal Regional passou por uma reforma e aumentou a duração do curso para 5 anos letivos, ao passo que nos anos anteriores era de quatro anos. A aluna Helena Rodrigues de Oliveira ficou um ano a mais que sua irmã no curso, e por esse motivo, não houve a conclusão de sua turma em 1953 e no Curso Normal Regional de Mamanguape, também não houve 1º ano, este foi um ano em que o número de matriculados diminuíram. No ano de 1954, concluiu a segunda turma desse educandário e pelas lembranças de uma das conluente,

Eram mais de vinte alunas, depois foi diminuindo e eu nem me lembro de quantas concluíram: umas doze. No final houve uma festinha (risos) Foi uma linda festa com a presença da orquestra Tabajara, para dançar falsa. Foi em 1954, tudo de rosa, vestido rosa, o pavilhão todo enfeitado de algodão. [...]”. (INFORMAÇÃO VERBAL⁵⁶). HELENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, 2010).

Em registro no relatório encaminhado para a Divisão do Ensino Normal da Paraíba, apenas 08 pessoas concluíram em 1954 o Curso Normal Regional de Mamanguape, entre elas a professora Helena Rodrigues de Oliveira (figura 23) formando o seguinte grupo:

Antonia Ramos Cruz
Ednaldo Coelho Costa
Evandecir Coelho Costa
Hilda Ramos de Oliveira Filha
Helena Rodrigues Bezerril
Iolanda Freire de Lima

⁵⁵ Entrevista cedida por Helena Rodrigues de Oliveira, 2010.

⁵⁶ Entrevista cedida por Helena Rodrigues de Oliveira, 2010.

Maria José de Carvalho
Wilma Batista da Cunha
(CURSNO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1954)

Importante refletirmos que no ano de 1950, dos 26 alunos matriculados no primeiro ano, 20 foram para provas finais, destes 06 ficaram retidos e apenas 04 fizeram prova de segunda época, essa turma iniciou suas atividades no ano de 1951 com 16 alunos matriculados, foi para o ano de 1953 com apenas 09 alunos e chegou a 1954, ano de conclusão do curso com 08. Uma das concluintes dessa turma relata que “Na minha turma eram muitas mulheres. Mas, muitas saíram para ir embora para João Pessoa [...]. Outras desistiram e outras casaram [...]” (INFORMAÇÃO VERBAL).

Entendemos que aliada às questões de gênero apresentada pela aluna (o fato de terem desistido de estudar por terem casado), mais dois fatores contribuíram para tal acontecimento. O primeiro foi o número de discentes em prova final e os que ficaram reprovados (o maior número percebido nos relatórios) e a mudança na legislação ocorrida em 1952.

FIGURA 24 - Concluinte Helena Rodrigues de Oliveira – 1954



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

No ano de 1952 começou a funcionar nas dependências do Instituto Moderno, o curso ginásial Mathias Freire. Esse acontecimento, que muito orgulho trouxe aos gestores desta instituição, vai ter interferência direta nas atividades do Curso Normal Regional de Mamanguape. Já no primeiro ano de funcionamento do ginásio percebemos uma significativa redução no número de matrículas do curso de formação docente, em especial no primeiro ano normal, conforme pode ser observado na tabela 09.

Em 1951 estavam matriculados nos primeiro, segundo e terceiro anos normais, 38, 16 e 32 discentes respectivamente, totalizando-se 95. No ano de 1952 estavam matriculados no primeiro, segundo, terceiro e quarto anos normais, 08, 19, 11 e 31 discentes respectivamente, totalizando-se 69.

TABELA 09 - Matrículas iniciais e finais do Curso Normal Regional de Mamanguape entre os anos de 1949 a 1957

ANO	MAT. INICIAIS		CONCLUINTES	
	H	M	H	M
1949	03	31	1	30
1950	06	52	3	47
1951	09	86	04	66
1952	04	65	03	59
1953	04	21	04	21
1954	02	18	02	18
1955	02	14	02	14
1956	02	14	02	14
1957	01	05	01	05

Fonte: Dados organizados pela autora. , 2015

Em três anos seguidos, o primeiro ano do Curso Normal Regional de Mamanguape iniciou suas atividades com um número significativo de discentes; 34, 26 e 38 pessoas matriculadas. A Lei n.850, de 06 de dezembro de 1952 que dá organização ao ensino normal na Paraíba, aumentou mais um ano para conclusão do Curso Normal Regional no Estado e organizou o ensino secundário de forma que, pudesse o aluno que estudasse no ensino ginásial seguir para

o Ensino Normal, conforme apresentado em circular encaminhada para as instituições de ensino normal da Paraíba, como vê-se abaixo:

Para maior rapidez nos despachos de matrículas, solicito de Vossa Senhoria as providências, a fim de que sejam rigorosamente observadas nessa Escola as instruções desta Circular, aprovadas pelo Conselho Técnico – Administrativo deste Instituto de Educação, com o parecer do Secretário de Educação e Cultura e a interpretação do art. 135, da lei 850 que dá organização ao Ensino Normal: os alunos que concluírem a 1ª série dos cursos ginásial, comercial, ou agro técnico, poderão ser matriculados na 1ª série da Escola Normal Regional, 1º ciclo. Os concluintes da 2ª série ginásial, comercial, ou agro- técnico, serão permitidos a matrícula na 2ª série do Curso Normal, 1º ciclo. Os aprovados na 3ª série do ginásio, comércio, ou agro- técnico, ingressarão para a 3ª série Normal, 1º ciclo. Os portadores de títulos de conclusão de qualquer destes três cursos terão o direito a se matricularem na quarta série da Escola Normal Regional, 1º ciclo, mediante prestação de exame de adaptação, em junho, de Anatomia e Fisiologia Humanas e noções de Agricultura e Jardinocultura, disciplinas não estudadas nos cursos ginásial, comercial ou agro técnico. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, 1956).

Ao nosso entender, no caso do Curso Normal Regional de Mamanguape, observamos uma redução sistemática de discentes matriculados nesta escola, conforme pode ser observado na tabela 15. No ano de 1953 vamos ter um número de 21 discentes e conclui-se em 1957 com um grupo de apenas 05 discentes. Como apresenta a professora: “Depois de meu curso só teve mais duas, né? A minha, a de Leni e a de Darcy, depois passou a ser o ginásio e o curso pedagógico. No curso pedagógico tinha muita gente. Porque o pedagógico dava direito de fazer o vestibular, né? E o Curso Normal, não!” (INFORMAÇÃO VERBAL⁵⁷).

Não localizamos a aluna Darcy em nenhuma listagem de concluintes nos relatórios encaminhados para a Divisão do Ensino Normal da Paraíba dos anos de 1949 a 1957 e, foram contabilizadas depois da primeira turma concluinte de 1952, mais quatro turmas, as de 1954, 1955, 1956 e 1957. Em 1955, concluiu o Curso Normal Regional de Mamanguape, o seguinte grupo:

Ademir Rolim Brito
Elza da Silva Madruga
Elza Coêlho de Oliveira
Ivanilda Fagundes de Souza
Maria José Pinto de Lima
Maria José da Penha Ribeiro do Nascimento
(CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1955).

⁵⁷ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

Desde 1956, os alunos que concluíram o curso ginásial, no Ginásio desta cidade, ingressaram o 4º ano normal. Em 1956 concluiu o Curso Normal Regional de Mamanguape, a última turma de professores primários, que teve todo o curso normal completo, desde os exames de admissão. Na figura 24 vê-se uma fotografia de parte desse grupo, essa foto foi oferecida pela aluna Eurídice Gonçalves Lima, a sua professora Hercília Rodrigues Coelho. Conforme pode ser observado, a maioria das alunas está usando a farda de educação física. Apenas uma aluna utiliza a farda, para “dias normais. ”

Os alunos concluintes do ano de 1956 são:

Adi Alves Rodrigues
Elizabete Rodrigues Cavalcante
Eurídice Gonçalves Lima
Laurinete Coelho Costa
Maria José Lins de Vasconcelos
Maria Ivonete Rodrigues da Silva
Reinaldo de Oliveira Carvalho
Rubenita Ramos Lins
(CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1956).

FIGURA 25 - Turma do 1º ano do Curso Normal - 1956



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Bezerril Coelho.

Em 1957 não houve exame de admissão, em virtude, dos alunos já terem concluído o ginásial; não houve 2º época e não houve 1º, 2º, 3º e 4º anos. A redução no número de discentes matriculados e concluintes do Curso Normal Regional de Mamanguape levou ao fechamento do mesmo, no ano de 1957, com a conclusão de sua última turma. Os alunos concluintes do ano de 1957 são:

Adjamir Toscano Barreto
 Maria Tereza de Jesus
 Maria das Dores Santos
 Maria Lenita de Carvalho
 Iolanda Pereira
 Rita Soares de Silva
 (CURSNO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1957).

Essa realidade ocorreu em outras instituições de Curso Normal Regional e/ou Escola Normal ao instalar em suas dependências o ginásio, conforme percebemos em relatório encaminhado para a Divisão de Ensino Normal da Paraíba,

A preferência da quase totalidade das alunas pelo curso ginásial obrigou a Diretora a suspender o funcionamento do Curso Normal, que se foi extinguindo ano por ano, até diplomar-se a última turma de normalistas, em 1951. Verificada, porém, a necessidade de formar novas professoras para o magistério primário, ainda tão deficiente em qualidade em nosso meio, - o corpo Administrativo do Educandário resolveu restaurar o Curso Normal, fazendo funcionar somente o 4º e 5º ano, que podem ser ensinados pelas alunas que concluírem o Curso Ginásial ou outro equivalente, mediante a prestação dos exames de adaptações, prescritos por lei. Para isso, requerem a permissão dos poderes públicos, obtendo novamente o reconhecimento da Escola, por parte do Governo do Estado, por decreto n. 981, de 30/11/1956. (ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DA LUZ, 1956. p.01).

Segundo relatório encaminhado ao Serviço de Estatística da Educação e Cultura em 1956 pelo Instituto Moderno, o Ginásio Mathias Freire, inaugurado em 1952 por esta instituição, registrava a matrícula de 154 discentes, sendo 84 do sexo feminino e 70 do sexo masculino. No ensino primário registrava-se a matrícula de 67 discentes espalhados em turmas de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série. (INSTITUTO MODERNO, 1956). Esses dados demonstram que, enquanto o Curso Normal Regional de Mamanguape estava encerrando suas atividades, o Ginásio Mathias Freire e o Primário que funcionavam anexo ao Instituto Moderno, estavam em plena atividade.

O encerramento das atividades do Curso Normal Regional de Mamanguape, em 1957, não gerou para parte⁵⁸ do grupo que o fundou um sentimento de derrota e de desinteresse frente aos ideais que os motivaram em outrora. Reafirmamos que a criação e instalação deste curso em 1949, foi um processo inicial de um movimento de renascimento econômico e cultural no

⁵⁸ Dos cinco sócios fundadores da instituição, só fazia-se ativo e presente no educandário, Adailton Coelho Costa e Sebastião Alves Lins.

município, desenvolvido por um grupo da elite mamanguapense, que creditavam na educação um meio de ascensão e controle social.

Nesse sentido, mudaram o investimento no Ensino Normal e partiram para o ginásial, ao se depararem com as mudanças de interesses dos discentes e seus familiares em torno da instrução dos jovens, no caso de Mamanguape, estavam mais para a formação universitária e seu leque de possibilidades, do que para a formação do magistério. E, se tratando de uma instituição que se ocupasse a fazer a formação de professoras, não podemos esquecer das demandas externas do seu contexto, ao qual elas se forjam e podem contribuir ou atrapalhar na sua constituição, tal como:

Observa-se, embora em ritmos diferentes nas diversas regiões do país, um crescente desprestígio do Ensino Normal, devido a uma série de fatores que incluíam a ampliação de possibilidades de formação em nível superior, o aumento das oportunidades de trabalho para as mulheres e as deficiências que já vinham sendo denunciadas no que se refere à preparação para o exercício profissional que esse curso propiciava. (VICENTINI, 2009, p. 48)

Levamos em alta conta, como o principal motivo de desinteresse dos discentes na formação para o magistério primário no Curso Normal Regional de Mamanguape, a forma de ingresso na profissão, ou seja, as vagas de trabalho nas escolas eram garantidas com ou sem qualificação necessária, já que o contingente de professores leigos que assumiram a instrução pública, em especial na Paraíba, mas sendo uma realidade em todo país, era maior dos que ali estavam com formação específica.

Mesmo assim, no ano de 1968, onze anos depois do encerramento das atividades do Curso Normal Regional de Mamanguape foi encaminhado para o Conselho Estadual de Educação da Paraíba um pedido de reconhecimento e equiparação do Curso Normal Regional de Mamanguape (1º ciclo) à Escola Normal (2º ciclo), este foi atendido no ano seguinte, anunciado em Diário Oficial do Estado da Paraíba, em 26 de outubro de 1969, que declara que “Através da Resolução 33/69 o Conselho Estadual de Educação da Paraíba no uso de suas atribuições concede autorização para funcionamento do II Ciclo do Curso Normal mantido pelo Instituto Moderno de Mamanguape. (PARAÍBA, 1969).

Reiniciando uma nova fase nas atividades de formação docente no magistério primário no Instituto Moderno, esta instituição física e humana, abrigo de outras instituições e espaço que desempenhou e desempenha um papel importante para a cidade. Seus gestores foram adequando seus serviços de acordo com as novas exigências, que foram aparecendo em termo de Educação, provando ser um espaço de múltiplos usos. Ao nosso entender, foram as normalistas do Curso

Normal Regional de Mamanguape que deram identidade ao Instituto Moderno, como educandário que trouxe novos tempos para a cidade no fim da década de 1940, especificamente no ano de 1949 e, principalmente, em seus quatro anos seguidos. Pois, estavam elas, entre as novas discentes matriculadas, as normalistas concluintes de 1952, circulando pelas ruas da cidade, à frente da nova sede do Instituto Moderno, como podemos observar na figura 26. O professor Adaiton Coelho Costa assim define,

Naquele instante o trabalho da educação, mantido pelo Instituto Moderno, passou a influir nos destinos da cidade, que começou a renovar-se. As suas ruas já apareciam buliçosas, cheias de jovens com livros na mão e com a esperança no futuro. A cidade estava outra vez risonha. Era um novo Mamanguape à sombra do novo educandário.

FIGURA 26 - Alunas do Curso Normal Regional de Mamanguape à frente da fachada principal do Instituto Moderno



Fonte: Acervo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

Com seus uniformes bem arrumados, posando em fotografias para terem lembrança de seus dias de alunas e com elas as memórias de uma turma concluinte que depositaram suas esperanças em dias melhores, nos quais, teriam elas uma profissão, seriam professoras! A aluna Hercília Rodrigues Coelho, faz a seguinte observação quando perguntamos como ela define o curso para ela:

Para mim foi ótimo! Era um curso completo para época! Estudamos de tudo, até o inglês e o francês, não aprofundamos. Mas, tivemos as noções básicas. Fomos estudar porque tínhamos vontade de estudar e não tinha outro curso para escolher, não tinha outra escapatória. Para mim e para minha turma tudo serviu! E minha turma era uma turma muito boa! (INFORMAÇÃO VERBAL⁵⁹).

A professora Hercília Rodrigues Coelho possui um álbum de memórias fotográficas de suas colegas de sala de aula, quase todas dedicadas a mesma no ano de conclusão de curso, 1952. São as lembranças que ela guarda do seu curso e de forma geral do último ano de aula. Muitas dessas foram dadas a aluna, cada qual com dedicatórias oferecendo ou agradecendo à amizade e companheirismo que se estabeleceu ao longo do curso. “Para Lilita com muito carinho!” Tornou-se nestas fotografias a frase mais recorrente, selecionamos algumas para expor nesta pesquisa, conforme podemos visualizar nas páginas seguintes, as memórias fotográficas da turma pioneira do Curso Normal Regional de Mamanguape.

3.2.1 Para Lilita⁶⁰ com carinho: Memórias fotográficas da turma pioneira -1952

Posa nestas fotos alunas fardadas em lugares diferenciados, algumas estão à frente do Instituto Moderno, outras em uma das praças da cidade, à frente de sua moradia ou em desfile cívico. As alunas do Curso Normal Regional de Mamanguape possuíam dois tipos de farda, nas figuras 27 e 28 podemos identificar a de uso para as aulas “normais”: sapatos pretos, meias brancas, saia pregada batendo perto do tornozelo, blusa branca e gravatinha.

Na figura 27, a aluna Geralda C. de Albuquerque que escolheu a frente de uma casa para registrar sua imagem de aluna normalista, encontramos registro em relatórios do Curso Normal Regional de Mamanguape de 1957, que a mesma assinava como fiscal/inspetora do Estado, vale fazer uma observação em torno deste registro. Os relatórios encontrados que correspondem aos anos de 1949 a 1957, foram todos entregues de uma única vez e assinados por Geralda Cavalcante como fiscal de Governo, Hercília Rodrigues Coelho como secretária e Adailton Coelho Costa como diretor. Compreendemos que a Divisão de Ensino solicitou tais relatórios e, assim, eles foram feitos todos de uma única vez no ano de 1957, assinando a fiscal

⁵⁹ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

⁶⁰ Lilita é o apelido de Hercília Rodrigues Bezerril.

correspondente ao ano. Lembramos, entretanto, que as fiscais que antecederam Geralda C. Albuquerque foram Dulce Montenegro e de forma excepcional, Ana Cavalcanti de Albuquerque.

FIGURA 27 - Geralda C. de Albuquerque



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

FIGURA 28 - Nilda Gomes Soares



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

Identificamos até então quatro nomes de ex-alunas do Curso Normal Regional de Mamanguape que trabalharam no Instituto Moderno, a fiscal do governo já citada, Hercília Rodrigues Coelho (figura 29), que foi secretária e professora do Curso Normal Regional e também professora do Ginásio Matias Freire na disciplina de Português, Carlita (figura 30) e Maria José Araújo foram professoras do ensino primário no educandário.

Segundo a entrevistada, a maioria das alunas da primeira turma de professoras formada nesta instituição conseguiram arranjar emprego, sendo que, nem sempre era em Mamanguape e nem todo mundo queria ir para lugares distantes. A professora Hercília R. Coelho nos informou que “A maioria das alunas era da do distrito de Rio Tinto, a grande maioria na

verdade, tinha também muita aluna de Mamanguape, tinham de outros distritos como Mataraca.” (COELHO, 2015).

FIGURA 29 - Hercília R.
Coelho



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

FIGURA 30 - Carlita



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

Das fotografias encontradas no álbum de memórias da professora Hercília R. Coelho, a aluna Maria José Ramos Lins (figura 31) em pose para foto com seus cadernos na escadaria que dá acesso a entrada principal do Instituto Moderno, foi a que não optou por seguir a carreira docente, ela foi e ainda é tabeliã em um dos cartórios da cidade, talvez tenha seguido esta carreira, em função de ser a sucessora biológica da família para tal cargo.

FIGURA 31 - Maria José Ramos Lins



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

FIGURA 32 - Alunas na escadaria



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

Ao observarmos as fotografias das alunas do Curso Normal Regional de Mamanguape, percebemos que todas estavam com o cabelo cortado na altura no ombro ou mais curto que isso. Ao questionarmos a professora Hercília R. Coelho sobre, a mesma respondeu que era moda e que elas gostavam de comprar a revista *O Figurino*, tanto para copiarem os modelos de vestidos, como para saber o que se estava em gosto em relação a cabelo e outros costumes de moda feminina.

Conforme apresentado anteriormente, as alunas possuíam duas fardas a tradicional, já identificadas nas figuras à cima. E a de uso para a Educação Física, como pode ser observado na figura 32. As alunas estão agrupadas na escadaria do Instituto Moderno, data esta foto do dia 07 de setembro de 1952, portanto esta era uma concentração antes do desfile acontecer. Entendemos que nas demais fotografias tiradas em que as alunas estão de farda da educação física foram registradas neste dia, apesar de datadas em dias diferentes. Como ocorre na imagem da figura 33. Acreditamos que a data registrada na fotografia seja a de entrega da mesma a aluna

Hercília Rodrigues Coelho e que o dia que tiraram a foto ocorreu no dia do referido desfile. Encontramos muitas outras fotografias com datas aproximadas e com a mesma farda: blusas de algodão branca, saia pregueada perto do tornozelo e sapato branco.

As alunas que posam nesta fotografia (figura 33) estão agachadas e com os joelhos apoiados no chão do jardim do Instituto Moderno, são elas: Lenilda (aluna do 3º ano - 1952) e Zilma (aluna concluinte do 4º ano - 1952). No verso da fotografia datada de 19 de setembro de 1952 escreve uma delas a seguinte frase: “Querida Lilita, eis aqui a prova sincera daquelas que sempre te consagraram uma verdadeira amizade.

FIGURA 33 - Lenilda e Zilma



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

FIGURA 34 - Inês Maria Ponciano



Fonte: Arquivo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

Os registros das alunas concluintes do Curso Normal Regional de Mamanguape, no ano de 1952, retratam o orgulho que as mesmas tinham de estarem naquela instituição. Quase todas as fotografias foram tiradas no espaço físico da nova sede do educandário que representava novos ares e ares modernos para a cidade. Esta turma fez parte da construção e

constituição desse prédio, como símbolo de uma nova era para o município, contraditoriamente, depois de formada a primeira turma, entra o Curso Normal Regional de Mamanguape em declínio, pois foi também nesse ano, que se instalou nas dependências do Instituto Moderno, o Ginásio Matias Freire. A juventude local poderia escolher o que queriam fazer, ao contrário, das primeiras turmas do Curso Normal Regional, o que nos leva a refletir no pouco prestígio que a profissão docente estava alcançando naquele momento.

Na figura 35, Alaíde Torres optou por registrar esse dia, pousando em frente ao Instituto Moderno na fachada principal. Na dedicatória percebemos que a aluna data de 03 de outubro de 1952, com isso, continuamos com a ideia de que essas datas eram a de entrega da fotografia e não do dia em que tiraram a foto. Inferimos que a data que estas fotos foram tiradas tenha ocorrido no dia do desfile cívico, conforme pode ser observado na figura 36.

FIGURA 35 - Alaíde Torres



Fonte: Acervo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

A farda da Educação física também era utilizada para as atividades externas, como nesse desfile cívico. Eis, as alunas perfiladas em atividade comemorativa da semana de independência do Brasil, conforme observamos na figura 35.

FIGURA 36 - Alunas em desfile cívico - s/d -1950



Fonte: Acervo pessoal de Hercília Rodrigues Coelho.

Os desfiles cívicos, também podem ser pensados como uma das atividades da aula de Educação Física, pois sabemos que a escola exerceu e ainda exerce um papel fundamental, o de inculcar valores sociais, não só por transmitir uma cultura comum, mas como por difundir valores. Nessa perspectiva, podemos entender o espaço privilegiado ocupado pelas comemorações cívicas nesse período, essa atividade escolar vai assumir, em várias instâncias na formação do imaginário social, além dos princípios morais e cívicos, serviam para a interação não apenas dos estudantes, mas de toda a comunidade a partir e de dentro da escola como centro formativo à vida pública.

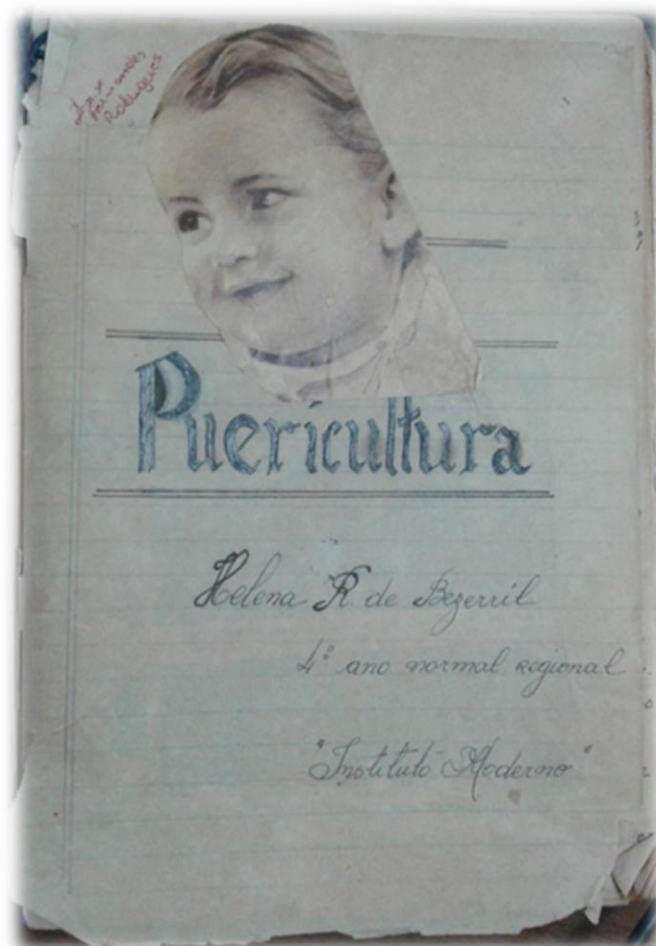
Sobre as aulas de Educação Física, encontramos no relatório encaminhado ao Serviço de estatística do ensino elementar, médio e superior do estado em 1951, Sebastião Alves Lins assim responde ao seguinte questionário: “Possui instalações para educação física? Sim. O que constam e como estão aparelhadas? Instrumento para treinamento para salto com altura, trave com 01 metro de altura, barra de isometria e bastão com 3k.” (INSTITUTO MODERNO, 1951). Os professores que encontramos em registro nos relatórios para esta disciplina na escola foram Adailton Coelho Costa e o Tenente José Francisco.

Em entrevista, a aluna Hercília Rodrigues Coelho, nos informou que as atividades de Educação Física eram feitas no pátio da escola, ao perguntarmos que exercícios eram feitos, ela diz de forma sucinta: “Era ginástica, né? ”. Dessa maneira, entendemos que os exercícios estavam de acordo com o que foi informado pelo relatório de 1951, onde a ginástica se aproxima mais de exercícios que testa a força, o equilíbrio, e o controle corporal de um atleta, do que a ginástica rítmica, normalmente associada à Educação Física nas escolas desse tempo.

No caderno de estudos de Helena Rodrigues de Oliveira encontramos registros sobre a disciplina de Educação Física, nas quais apresentam a história da prática dos desportos, da seguinte forma:

A prática dos desportos é conhecida pela antiga Grécia motivado isto por dois fatores: 1^a pela necessidade de guerrear, 2^o pelo amor que tinham os gregos a beleza física. A Roma imitou de maneira grosseira o ideal grego. Os jogos de circo em Roma, não tinham finalidades dos Olimpíadas gregos. Na Idade Média o desporto caiu completamente, existiam os guerreiros, porém sem esta educação sistemática em desportos. A causa desse fenômeno foi o misticismo dominante. Nos tempos modernos houve como que uma reviravolta para que na idade contemporânea fossem sistematizados a prática dos desportos, que atualmente já faz parte do nosso regime educacional. Conhecemos diversos esportes entre os quais: equitação, natação, jogos e ginásticas. (OLIVEIRA, 1953).

A disciplina de Educação Física, estava atrelada ao discurso higienista defendido por médicos e sanitaristas, a partir de sucessivas ocorrências de surtos epidêmicos de algumas doenças, originando-se uma linha de pensamento denominada de higienismo, em que se defendiam uma mudança nos padrões sociais e de comportamento em nome da saúde. Entre as várias estratégias pensadas para promover tal mudança, estava a de condensar nas finalidades escolares a função de cultivar valores e condutas, de acordo com as novas convenções estabelecidas pelo grupo de pesquisadores higienistas. Além da disciplina de Educação Física foram incluídas na formação de professoras as disciplinas Noções de Higiene (BRASIL, 1946) e Higiene e Puericultura (PARAÍBA, 1952). No Curso Normal Regional de Mamanguape, essas três disciplinas foram ministradas pelo professor Adailton Coelho Costa, no capítulo seguinte, nos deteremos a analisar a disciplina Higiene e Puericultura, a partir do Caderno de Estudos da aluna Helena Rodrigues de Oliveira.



Caderno de estudos da aluna Helena Rodrigues de Oliveira - 1953

**4 FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E FUNÇÃO SOCIAL DO SEXO
FEMININO: MULHERES, ESPOSAS E MÃES INSTRUÍDAS**

4.1 Organização curricular do Curso Normal Regional de Mamanguape (1949-1957)

A feminização do magistério⁶¹ é um fenômeno social que teve início nos finais do século XIX e grande adesão após a República, ocorreu nos movimentos da nova organização econômica, guiada pelo liberalismo e de cunho progressista. A educação passou a ter a função de moldar nos indivíduos os princípios morais, econômicos e científicos necessários a consolidação de uma nação moderna, portanto, escolarizada. “De um lado, o magistério era a única profissão que conciliava as funções domésticas da mulher [...] De outra parte, o magistério feminino apresentava-se como solução para o problema da mão - de - obra para a escola primária. ” (TANURI, 2000, p.14). Os homens começaram a não procurarem esta profissão devido à má remuneração, em consequência, o desprestígio social.

O magistério foi, paulatinamente, entregue a figura feminina e o ideal plantado pelo liberalismo de ser a escola a via de ascensão social, contribuiu para que muitas mulheres fizessem da educação um caminho para profissionalização e, dessa forma, garantir um rendimento. A aluna da 2º turma do Curso Normal Regional de Mamanguape nos apresenta seus motivos para entrar neste curso de formação docente:

Fiz o Normal que era para dar aula mesmo, era aquele caminho, não tinha outro, eu e minha irmã mais velha. Era difícil pagar o colégio, a Escola Normal era paga e sempre foi com tanto sacrifício. Porque tem pessoas que estudam, quando chega o fim do ano vão passear... Papai tinha uma família grande não podia dar esse conforto todo, não. Quatro irmãos meus estudaram no Ginásio, aquela época, estudaram lá e vieram para João Pessoa e estudaram no Lyceu... (INFORMAÇÃO VERBAL⁶²).

Conforme pode ser observado, o relato da aluna nos apresenta um esforço familiar em garantir a continuidade dos estudos para todos os irmãos sendo que, as mulheres ficaram vinculadas à formação docente e os homens ao ginásio, em seguida ao Lyceu Paraibano, ou seja, estágio preparatório para prestarem o vestibular. Essa talvez tenha sido a “escolha natural” de muitas famílias para suas filhas em busca de uma ocupação profissional feminina. Pois, estava também inserida nesse espaço formativo, a habilitação para os conhecimentos e preparos

⁶¹Tema estudado por Almeida (1998, 2004, 2007 e 2007), Louro (1991) e Chamon (2005).

⁶² Entrevista cedida por Helena Rodrigues de Oliveira, 2010.

para a vida no lar. Precisava a figura feminina estudar os princípios que deveria nortear suas ações de mulher, mãe e professora instruída.

Nessa visão se constrói a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciências. (ALMEIDA, 2004, p.01)

Destacamos neste espaço de formação profissional uma valorização no perfil feminino - mulher e mãe, em detrimento do perfil pedagógico. Assim, o registro encontrado no caderno de estudos do 4º ano da aluna Helena Rodrigues Bezerril do Curso Normal Regional de Mamanguape sugere: “A grande, a elevada, a importante função da mulher na sociedade humana, não é ser telegrafista, ser boticária, ser jornalista ou ser doutora: é ser mãe e ser esposa.” (OLIVEIRA, 1943). A figura 37, contracapa do caderno de estudos da referida aluna, apresenta em destaque a imagem de uma mulher sorridente a admirar um bebê e ao redor da figura, as seguintes frases:

FIGURA 37 – Contracapa do Caderno de estudos do 4º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape da aluna Helena Rodrigues de Oliveira - 1953



Fonte: Acervo pessoal de Denise Fernandes Rodrigues.

Na primeira, informa “A criança é como um botão de flôr. Por isso, precisa educar-se para espalhar seu perfume que é a bondade” (OLIVEIRA,1943) e a segunda continua “Olha que maravilha é uma criança bela como a aurora! Sensível como uma flôr! Frágil como pássaro! A junção da imagem e das frases casam com a idéia de ser a mulher figura escolhida para cuidar e desenvolver nas crianças a educação, garantia de adequação social e desenvolvimento da nação, conforme outro registro encontrado no caderno nos apresenta: “Uma criança bem criada é uma benção de Deus, alegria da casa e segurança de uma pátria forte! ”. Deteremo-nos a seguir, em analisar os movimentos curriculares do Curso Normal Regional de Mamanguape, entre os anos de 1949 a 1957.

O Curso Normal Regional de Mamanguape, assim como os demais existentes no estado paraibano, no ano de 1949 seguia as orientações e as legislativas do Decreto Lei n 8.530 – de 2 de janeiro de 1946. Visto que, o estado ainda não possuía legislação específica, vindo a ter apenas em 1952. Sendo assim, a primeira turma concluinte deveria seguir as demandas da lei em vigor, a qual compreendia quatro séries constituindo uma base de cultura geral, sendo que no último ano apresentavam disciplinas de formação didático-pedagógica. Voltaremos a fazer o comparativo entre o que estava posto na lei e como se organizou o Curso Normal Regional de Mamanguape, nesse mesmo contexto;

Segundo a legislação vigente, no:

Art. 7º O curso de regentes de ensino primário se fará em quatro séries anuais, compreendendo, no mínimo, as seguintes disciplinas: Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia geral. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e economia doméstica. 8) Educação física. (BRASIL,1946).

Apesar do registro escrito das disciplinas de Geografia geral, Ciências naturais, Desenho e caligrafia, Canto orfeônico e Trabalhos manuais e Economia doméstica não estarem em relatório, de acordo com a nomenclatura posta na lei, conforme pode ser observado no quadro 6 foram trabalhadas nessa perspectiva. Salve, a disciplina Trabalhos manuais e Economia Doméstica, que foi organizada como disciplinas distintas ministradas, inclusive, com duas professoras, sendo no primeiro Economia doméstica com a professora Benedita Lins e Trabalhos Manuais com Flávia Maribondo, nos anos seguintes segue a mesma divisão, agora com a mesma professora, conforme pode ser observado no quadro 6.

As disciplinas de português, matemática e geografia não sofreram nenhuma alteração de professores durante os anos de 1949 a 1952, eram os professores José Pedro Nicodemos,

Sebastião Alves Lins e Adailton Coelho Costa, respectivamente. A disciplina de Ciências ficou sob a responsabilidade do professor Djalma Barbosa, até o ano de 1951, quando o mesmo é transferido para a cidade de Cuité e lá funda em conjunto com outros (as) professores (as) o Instituto América nos moldes do Instituto Moderno.

QUADRO 6 - 1º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1949 - 1952

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)
Português	José Pedro Nicodemos
Matemática	Sebastião Alves Lins
Geografia	Adailton Coelho Costa
Ciências	Dr. Djalma Barbosa Adailton Coelho Costa
Desenho	Julieta Maia Sebastião Alves Lins Cel. José Castor do Rego
Economia Doméstica	Benedita Lins Flávia Maribondo
Trabalhos Manuais	Flávia Maribondo
Canto	Sebastião Alves Lins
Educação Física	Adailton Coelho Costa Sub. Tenente José Francisco

Fonte: Curso Normal Regional, (1949-1952).

A disciplina de Desenho ficou com a professora Julieta Maia, no primeiro ano, no segundo assume Sebastião Alves Lins e no terceiro em diante, o Cel. José Castor do Rego. Sobre este último, encontram-se vários indícios de sua prática neste educandário, desde relatos como o que se segue abaixo:

Com a fundação do Instituto Moderno, estabelecimento de ensino fundado pelo Dr. Pedro Nicodemos, o major foi chamado a colaborar, incentivando-o a tirar um curso de Suficiência de Desenho, na faculdade de Filosofia da Capital, no qual logrou êxito, habilitando-se a exercer a função de professor dessa matéria no Instituto, onde ficou durante 5 anos, quando deixou a função de delegado, por motivo de mudança política, no governo Flávio Ribeiro. Cel. Castor, foi deste educandário, um dos professores pioneiros, introduzindo seus talentos, na forma de desenho artístico e geométrico, bem diz, o Prof^o Sebastião Lins, do qual eu tive a honra de ser o seu discípulo. ‘Professor de desenho no Instituto Moderno, nunca teve substituto que chegasse perto dele. (LOPES, 1989. p.48).

O referido professor deixou no educandário sua marca artística entre outras, escolhemos incorporar neste trabalho, visíveis nas figuras 38 e 39, as imagens apresentadas por Lopes (1989), que demonstra seu quadro da seguinte forma:

Professor de desenho, deixou pintados “murais” sobre a infância na sala de Jardim de infância. Esses desenhos encontram-se nos quatros cantos da sala, em alto relevo e em forma geométrica, [...] No auditório deste mesmo Instituto, onde se um palco, lá nós encontraremos uma escultura também feita em alto relevo, representando de um lado a “Deusa do Amor” e do outro lado a “Deusa da Música” no centro, uma grande cabeça simbolizando a sabedoria oriental, dois laços ligando a Deusa da Música à Deusa do Amor. (Localizado em LOPES, 1989. p.48/49)

Conforme pode ser vista abaixo:

FIGURA 38 - Deusa da Música FIGURA 39 - Deusa do Amor



Fonte: Comunidade Mamanguape conta suas Histórias – 2015.

Os desenhos feitos em alto relevo ficam cada qual de um lado nas laterais do palco, o professor, dedicado ao mundo do desenho espalhou arte em/e sobre a cidade. São conhecidas suas telas em Mamanguape, tais como Fonte do Sertãozinho, Paulina (a louca), Ponte sobre o rio Mamanguape e outras. O professor Sebastião Alves Lins o apresenta da seguinte forma: “Dentro do ambiente de suas aulas de desenho e pintura, jamais deixou de estar rodeado de alunos e mestres, sempre contagiando alegria.” (LINS, 1989, p.63).

A disciplina de Educação Física ficou a cargo de Adailton Coelho Costa nos três primeiros anos e em 1952 o Sub. Tenente José Francisco acompanha a turma. No ano de 1951, com duas turmas funcionando, identificamos a composição docente do Curso Normal Regional de Mamanguape diferenciada da proposta legislativa, vejamos que na orientação da lei em vigor deveria organizar as seguintes disciplinas: “Segunda série 1) português. 2) Matemática. 3)

Geografia do Brasil. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física.” (BRASIL,1946).

O que nos chamou a atenção foi à introdução da disciplina de Francês e a separação da disciplina Trabalho manuais e atividades econômicas da região, conforme se vê no quadro 7, o que se diferencia do que está posto no parágrafo único “§ 1º O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que conduzam os alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e ao da organização do trabalho na região.” (BRASIL,1946).

QUADRO 7 - 2º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1950 - 1952

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)
Português	José Pedro Nicodemos
Matemática	Sebastião Alves Lins
Francês	
Geografia	Adailton Coelho Costa
Ciências	Dr. Djalma Barbosa
Desenho	Sebastião Alves Lins
Trabalhos Manuais	Flávia Maribondo
Canto	Sebastião Alves Lins
Educação Física	Adailton Coelho Costa

Fonte: Curso Normal Regional, (1950- 1952).

Não conseguimos identificar que atividades da economia da região foram organizados na disciplina Trabalhos manuais, aparentemente eram atividades de corte e costura e se misturavam com as atividades de Economia Doméstica. Hercília Rodrigues Coelho relata: “Rosinha, a esposa do professor Pedro Nicodemos, ensinava bordado, essas coisas. Tinha Educação Doméstica era Benedita Lins, tinha Flávia Maribondo que era de Sapé, depois que Rosinha deixou era ela que ensinava”. (INFORMAÇÃO VERBAL⁶³).

Vejamos que no ano de 1951, mais uma vez, não encontramos nos registros do relatório do Curso Normal Regional de Mamanguape por escrito o nome *atividades econômicas da região*. A disciplina que deveria trabalhar com esta nomenclatura se organiza apenas como *trabalhos manuais*. À luz da lei vigente deveria apresentar-se da seguinte forma o terceiro ano do ensino normal: “Terceira série: 1) português. 2) matemáticas. 3) História geral. 4) Noções de anatomia e fisiologia humanas. 5) Desenho. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física, recreação e jogos” (BRASIL,1946).

⁶³ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

Não encontramos indícios de que o trabalho pedagógico nos três primeiros anos do Curso Normal Regional de Mamanguape tenha levado em consideração os aspectos do ensino agrícola e/ou com outra atividade econômica típica da região. Sabemos que este curso, em essência, deveria salvaguardar essas discussões em sala de aula e, de preferência, no âmbito das práticas. Conforme apresentamos anteriormente, a legislação nacional que respaldava os cursos normais regionais pregoava que os mesmos deveriam se pautar nas demandas da educação rural, o que não ocorreu nesta instituição.

As concluintes de 1952 fizeram o juramento, no dia da colação de grau, afirmando “[...] cumprir fielmente as leis da República e do Estado, honrar as tradições deste Instituto e o grau que ora me é concedido, co - operando pelo desenvolvimento da educação rural e pela grandeza do Brasil (CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, 1952). Ao analisarmos o quadro 8, a que corresponde ao 3º ano do curso, e, segundo ano em que as disciplinas Trabalhos Manuais e atividades econômicas da região deveriam ser contempladas, nos deparamos apenas com a nomenclatura Trabalho manuais. Seguindo a perspectiva posta por Hercília Rodrigue Coelho anteriormente, entendemos que a prerrogativa de educação rural não é o que caracteriza as práticas educativas desta instituição, dificultando o cumprimento feito pelas concluintes em sua colação de grau.

QUADRO 8 - 3º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1951 – 1952

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)
Português	José Pedro Nicodemos
Inglês	
Matemática	Sebastião Alves Lins
Francês	
Historia Geral	José Pedro Nicodemos
Noções de Anatomia e fisiologia humana	Dr. Djalma Barbosa
Desenho	Cel. Castor do Rego
Trabalhos Manuais	Flávia Maribundo
Canto	Sebastião Alves Lins
Educação Física	Adailton Coelho Costa

Fonte: Curso Normal Regional, 1951-1952.

De acordo com a exposição das matérias a serem ensinadas ao longo dos quatro anos de formação dos professores primários nos Cursos Normais Regionais, podemos perceber que ocorria uma predominância das disciplinas de formação da cultura geral dispostas nas três primeiras séries e, somente no último ano, é que se dava a ênfase na formação didático-pedagógica, portanto um currículo enciclopedista e no caso do Curso Normal Regional de

Mamanguape, acrescentou-se a disciplina de Francês em dois anos seguidos e a de Inglês no terceiro ano.

O quarto e último ano estava para a formação pedagógica, era apenas nesse tempo que se começava a estudar as disciplinas voltadas para o campo dos processos de ensino e aprendizagem. Era também, o momento em que as alunas iriam vivenciar suas experiências profissionais. Esse ano estava organizado da seguinte forma: “1) português. 2) História do Brasil. 3) Noções de Higiene. 4) Psicologia e pedagogia. 5. Didática e prática de ensino. 6) Desenho. 7) Canto orfeônico. 8) Educação física, recreação e jogos.” (BRASIL,1946).

Vejamos como ficaram organizadas as disciplinas em 1952 no Curso Normal Regional de Mamanguape:

QUADRO 9 - 4º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1952

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)
Português	José Pedro Nicodemos
Psicologia	
Noções de Higiene	Adailton Coelho Costa
Historia do Brasil	Moacir Montenegro
Didática	Cristina Arcoverde
Desenho	Cel. Castor do Rego
Trabalhos Manuais	Rosinha Arcoverde Nicodemos
Canto	Sebastião Alves Lins
Educação Física	Sub. Tenente José Francisco

Fonte: Curso Normal Regional, 1952.

Não percebemos o registro neste relatório da disciplina Psicologia e Pedagogia, entretanto, acreditamos que a falta do nome pedagogia tenha se dado apenas na escrita. O professor José Pedro Nicodemos ficou a cargo desta cadeira de ensino nos dois últimos anos que ficou na instituição. Cabe lembrar os registros que fizemos no capítulo anterior, quando tratamos da fundação do Instituto Moderno e nos detemos em analisar o acervo de José Pedro Nicodemos disponibilizado na Fundação Casa José Américo. Quatro dos livros catalogados são específicos para esta disciplina, a saber: La escuela y a psicologia de Claparède (1951); Didática da Escola Nova de Aguayo (1952), Pedagogia de Luziarca (1953), e Noções de Psicologia aplicada a Educação de Pimentel (1953). Embora, a aluna Hercília Rodrigues Coelho não consiga lembrar o que estudou nesta disciplina, conforme ela expressa:

Metodologia especial era no caderno, não era livro não, era com a professora Cristina, eu copieei tanta coisa que eu não sabia onde colocar mais. Tinha [...]

(silêncio) deixe me ver [...] Eu não lembro mais. No último ano tínhamos as aulas práticas, não me lembro se era toda semana. A aula era feita lá no colégio mesmo, no Instituto Moderno, íamos a aula prática. Ela dava aula, dava o assunto e explicava e depois íamos dar aula, uma a uma e ela ficava observando. Eu não ficava nervosa, não. (risos). Mas, o tempo passa, né? [...] (silêncio). (INFORMAÇÃO VERBAL⁶⁴).

Entendemos que o professor José Pedro Nicodemos tenha adquirido os livros citados para guiar-se nas suas aulas nesta disciplina. Como podem perceber, dois deles são de publicação dos anos de 1951 e 1952, um sobre psicologia e o outro sobre didática. Os outros dois são de 1953, um de Pedagogia e o outro de psicologia. Acreditamos na possibilidade de estes livros terem influências nas práticas do professor, embora não tenhamos percebido na fala da entrevistada tal indicativo.

Observando as colocações feitas por ela, percebemos que a mesma trocou o nome da disciplina que estudou e explicitou o nome da que ela mesma ministrou anos depois. Metodologia Especial não faz parte da organização curricular, a qual a referida entrevistada estudou e sim da que ministrou aula, conforme veremos a seguir.

A partir do momento em que a lei paraibana entra em vigor, a Lei n. 830 de 06 de dezembro de 1952, a organização curricular assume a seguinte proposta para o curso de regentes de ensino primário:

Art. 15- O Curso de regentes de ensino primário, correspondente no primeiro ciclo de ensino normal, será feito em cinco (5) séries anuais, nas Escolas Normais regionais, e abrangerá as seguintes disciplinas, com o número das respectivas aulas. Primeira série 1) português. 2) Matemática. 3) Geografia Geral. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Música e Canto orfeônico. 7) Educação física. (PARAÍBA, 1952).

No ano de 1953 a instituição não ofereceu o primeiro ano normal, funcionaram neste ano o segundo, terceiro e quarto anos. Mas, podemos observar que além de terem aumentado mais um ano letivo no Curso Normal Regional, retiraram do primeiro ano a disciplina de Trabalhos manuais e Economia Doméstica, podendo ser ministrada, entretanto de caráter optativo, sendo que a carga horária mínima deveria computar 19 aulas semanais. Apesar de ter saído do currículo do ensino normal na Paraíba e de não estar sendo ministrada no Curso Normal Regional de Mamanguape, encontramos nas últimas quatro (04) folhas do Caderno de Estudo de

⁶⁴ Entrevista cedida por Hercília Rodrigues Coelho, 2015.

Helena Rodrigues de Oliveira, o seguinte registro: “Economia Doméstica. 1-Lista de utensílios para copa e cozinha (residência de um casal) [...] 2-Listas de peças de roupa do enxoval 3-Modelo de rol de roupas [...] 4-Manchas de roupas – Como retirar manchas de Ferrugem, vinho, frutas, iodo [...]”. (OLIVEIRA, 1943).

Identificamos que a aluna estudou a disciplina de Economia doméstica no primeiro ano que entrou no curso, conforme a mesma relata:

Só tinha mulher né? Casa. Como economizar na sua casa, dirigir a sua casa, tomar conta do esposo, dos filhos. Tudo de um ambiente de uma casa. Como costurar.... Aprendi a remendar roupa (risos), fazer o enxoval de criança... Também ensinava. A economia foi somente um ano. Só um ano, mas aprendia tudo, de tudo um pouco. A gente preparava roupa de recém-nascido. Era muito bom. (OLIVEIRA, 2010).

Assim sendo, deve ter registrado no Caderno de Estudos do ano de 1943 por considerar ser uma informação útil para atividades cotidianas de sua casa. Sobre essa lista percebemos que a mesma é uma compilação do livro *Noções de Economia Doméstica*, de Isabel de Almeida Serrano publicado em sua quinta edição, onde a autora comemora:

Acha-se finalmente incluída no currículo escolar aquela disciplina que, por excelência, nos levará diretamente a melhor conhecermos e executarmos os misteres sublimes para os quais nascemos. Ao elaborarmos a segunda edição deste livro, tivemos a satisfação de adaptá-lo ao programa oficial. Pareceu-nos outrossim, interessante, conservarmos alguns capítulos, leituras e sugestões da primeira edição [...]. Consignamos aqui a nossa aprovação e os nossos aplausos à inclusão do estudo da economia doméstica nos programas oficiais. SERRANO, 1953, p.11).

Além de expressar sua alegria em ter entrado esta disciplina na grade curricular dos programas oficiais de educação no Brasil no ano de 1946, esta autora defende as atividades desenvolvidas pela mulher enquanto esposa e mãe, como uma função social que exige ensino e dedicação, tal qual, qualquer outra profissão, assim ela diz:

Cada profissão possui a sua técnica especializada. Por que somente a mãe de família, a dona de casa, não se especializará na técnica e na ciência de uma das mais elevadas e complexas funções sociais, qual a de formar e dirigir o seu lar, ser mãe e ser esposa, estruturando o caráter dos homens e das mulheres que irão constituir a sociedade de amanhã? (SERRANO, 1953, p.11).

Não acompanhamos nenhuma discussão a nível estadual das concepções que levaram a retirada desta disciplina do componente curricular do Ensino Normal, e como o mesmo ficou em caráter optativo alguns educandários a mantiveram, o que não ocorreu com o Curso Normal Regional de Mamanguape, nem as disciplinas de Economia Doméstica se fizeram presentes no seu programa de estudos, na medida em que sejam elas uma disciplina facultativa.

O fato é que a retirada desta disciplina não diminuiu o caráter preparatório das normalistas em mulheres, esposas, mães e professoras virtuosas, do/e para o lar, responsáveis pelo bem estar do indivíduo na sociedade e pela “- a formação de uma criatura útil a sua Pátria e à humanidade. ” (SERRANO, 1953, p.18). A disciplina Higiene e Puericultura que substituiu Noções de Higiene vem a discutir, conforme veremos a frente, essas concepções.

Dando continuidade às mudanças ocorridas de uma legislação a outra, verificamos as disciplinas que deveriam constituir o segundo ano normal seriam: “1) português 2) francês 3) Matemática. 3) Geografia do Brasil. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Educação física. ” (PARAÍBA,1952).

Logo, a mudança na legislação paraibana corroborou com o que já vinha sendo trabalhado nos anos anteriores no Curso Normal Regional de Mamanguape, visto que acrescentaram a disciplina de Francês. Verificamos que o diferente é que a legislação a nível federal apresenta a disciplina de geografia do Brasil e a paraibana para geografia geral. Em contrapartida, no registro do relatório do Curso Normal Regional de Mamanguape do ano de 1953, escreve-se apenas geografia. As disciplinas trabalhos manuais e atividades econômicas da região não são mais contempladas no segundo ano do ensino normal.

QUADRO 10 - 2º ano normal do Curso Normal Regional de Mamanguape - 1953

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)
Português	José Pedro Nicodemos
Matemática	Sebastião Alves Lins
Francês	
Geografia	Adailton Coelho Costa
Ciências	
Desenho	Cel. Castor do Rego
Canto	Sebastião Alves Lins
Educação Física	

Fonte: Curso Normal Regional, 1953.

A organização curricular do terceiro ano do Curso Normal Regional ficou da seguinte maneira: “1) português. 2) francês 3) matemática. 3) História geral. 4) Noções de anatomia e

fisiologia humanas. 5) Desenho. 6) Canto orfeônico. 7) Noções de agricultura e jardinagem 8) Educação física, recreação e jogos. ” (PARAÍBA,1952).

A novidade está na disciplina Noções de agricultura e jardinagem (3º ano) e Noções de avicultura e apicultura (4º ano), estas substituem a disciplina Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. Assumi essa disciplina no Curso Normal Regional de Mamanguape, a professora Rosa Arcoverde Nicodemos. Encontramos nos registros do Caderno de Estudos de Helena Rodrigues de Oliveira apenas um fragmento, uma folha solta dentro do caderno, data de 18 de abril de 1953, na qual a aluna fez a seguinte cópia:

Avicultura- como o próprio nome indica é a criação racional das aves, quando criamos galinhas em nosso quintal para ter alguns ovinhos e de vez enquanto uma boa galinha assada nos aniversários, a questão do espaço e a instalação não constitui preocupação. As aves se arranjam como podem se quisermos, entretanto, criar galinhas para ter lucro, para vender ovos e frangos, não podemos desconsiderar minuciosamente os diversos os problemas de ordem técnica que o projeto envolve. (OLIVEIRA, 1953).

Apenas com a mudança na legislação e com ela uma imposição de que tipo de disciplina deveria ser trabalhada, para que ocorresse uma discussão em torno das questões agrícolas, inseridas no segundo e terceiro anos.

QUADRO 11 - 3º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1953 a 1954

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)
Português	José Pedro Nicodemos
História Geral	
Matemática	Sebastião Alves Lins
Francês	
Noções de anatomia e fisiologia humanas	Adailton Coelho Costa
Noções de Agricultura e jardinagem	Rosinha Arcoverde Nicodemos
Desenho	Cel. Castor do Rego
Canto	Sebastião Alves Lins
Educação Física	

Fonte: Curso Normal Regional, 1953 e 1954.

O quarto ano do Curso Normal Regional assumia as seguintes disciplinas “1) português. 2) Inglês 3) Matemática 4) História do Brasil. 5) Higiene e Puericultura 6) Psicologia educacional. 7) Noções de avicultura e apicultura 8) Desenho. 9) Canto orfeônico. 10) Educação física, recreação e jogos” (PARAÍBA,1952).

Não percebemos diferenças entre o proposto pela nova lei e o posto em vigência no curso em análise. De 1954 a 1957 vamos observando mudanças no quadro docente. Com a saída do professor José Pedro Nicodemos vão juntos as professoras Rosa Arcoverde Nicodemos e Cristina Arcoverde, em seus lugares entram Sebastião Lins assumindo mais uma disciplina, português. Miguel Ramos e Olga Ramos assumiram as disciplinas de Inglês, Psicologia Educacional e História do Brasil e a professora Hercília Rodrigues Coelho assume a disciplina Noções de Avicultura e apicultura. “Olga Ramos morava em Pernambuco e veio para cá, na época o marido dela era advogado, ela era formada em Direito. Mas, nunca exerceu a profissão”. (COELHO, 2015).

QUADRO 12 - 4º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1953 a 1956

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)
Português	José Pedro Nicodemos Sebastião Alves Lins
Inglês	José Pedro Nicodemos Miguel Ramos
Psicologia	José Pedro Nicodemos Olga Ramos
História do Brasil	Cristina Arcoverde Olga Ramos
Matemática	Sebastião Alves Lins
Higiene e Puericultura	Adailton Coelho Costa
Noções de Avicultura e apicultura	Rosinha Arcoverde Nicodemos Hercília Rodrigues Coelho
Desenho	Cel. Castor do Rego
Canto	Sebastião Alves Lins
Educação Física	

Fonte: Curso Normal Regional, 1949.

As mudanças percebidas estão no acréscimo às seguintes disciplinas: inglês, matemática, higiene e puericultura, noções de avicultura e apicultura e retirou pedagogia e didática e prática de ensino. No ano de 1956, não encontramos registros de professores ministrando aula de educação física, desenho, matemática e História do Brasil, esta última foi trocada pela disciplina História da Paraíba.

Desde o ano de 1953 localizamos o registro de que o Subtenente ministrou a aula de Educação física no ano de 1954 e 1955. Por fim, chegamos ao quinto ano, inexistente até então e ficou com as seguintes disciplinas, que deveriam computar 22 horas semanais. “ 1) Português. 2) Geografia e História do Brasil. 3) Pedagogia 4) Sociologia Rural e Educacional 5)

Metodologia Especial 6) Prática de Ensino 7) Desenho. 8) Canto orfeônico. 10) Educação física, recreação e jogos” (PARAÍBA,1952), fazendo uma comparação dos quadros 13 e 14 vamos identificar um número reduzido de professores e uma sobre carga de disciplinas para os mesmos.

QUADRO 13 - 5º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape- 1954 a 1957

DISCIPLINA	PROFESSOR (A)
Português	Sebastião Alves Lins
Pedagogia	Hercília Rodrigues Bezerril Olga Ramos
Metodologia Especial	Hercília Rodrigues Bezerril
Prática de Ensino	
Sociologia Rural e Educacional	Adailton Coelho Costa
Geografia e História do Brasil	
Desenho	Cel. Castor do Rego
História da Paraíba	
Educação Física	

Fonte: Curso Normal Regional, 1949.

Segundo relatório de 1957, o 5º ano do Curso Normal Regional de Mamanguape, funcionou à noite, não teve a disciplina de educação física, nem de canto orfeônico, ofereceu a disciplina de História da Paraíba. A nova organização do programa de ensino dos cursos de regentes, que acrescentou um ano a mais nas atividades escolares, apesar disso, ainda assume um caráter enciclopédico e de mais ênfase aos conhecimentos gerais, se distanciando de uma formação mais votada às questões didático-pedagógicas. Conhecimentos que seriam aprofundados caso quisesse o docente prosseguir seus estudos e fazer a Escola Normal. Nessa direção, as disciplinas ministradas eram: Psicologia, Sociologia, Biologia Educacional, História da Educação, Pedagogia, Metodologia, Prática de Ensino Primário e Desenho Pedagógico.

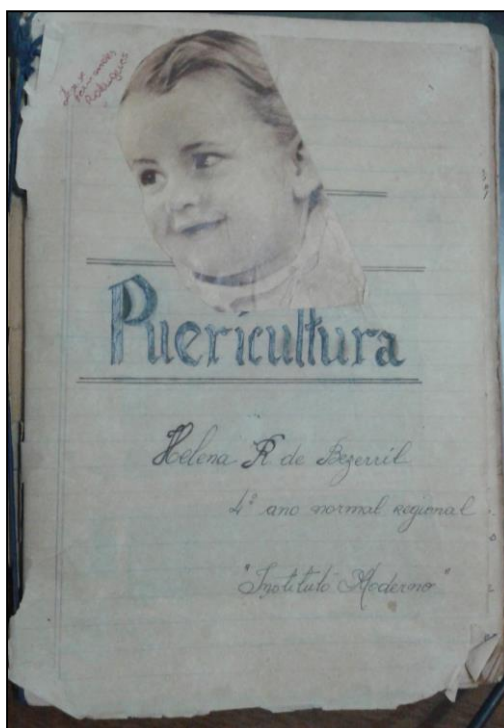
Outro aspecto a observar nessa dinâmica de ensino é o cunho disciplinar à “Educação feminina”, ou seja, o trato dado aos saberes necessários aos cuidados com o lar e a família. É certo, que independentes do rumo que a vida dessas jovens fossem tomar, estudar na Escola Normal Regional lhes preparariam não só para a formação profissional docente, estavam sendo preparadas também para suas funções sociais de mulher, esposa e mãe instruídas.

4.2 O caderno de estudos de Helena Rodrigues de Oliveira - As bases científicas da mulher instruídas

O caderno de estudos de Helena Rodrigues de Oliveira foi utilizado no ano de 1953, quando a aluna cursava o quarto ano do Curso Normal Regional de Mamanguape, neste ano as disciplinas oferecidas por esta modalidade de ensino, sofreram na Paraíba algumas mudanças, conforme apresentado anteriormente. As disciplinas que as normalistas deveriam cursar eram: Português, Inglês, Psicologia, História do Brasil, Matemática, Higiene e Puericultura, Noções de Avicultura e apicultura, Desenho, Canto e Educação Física, dessas encontramos registros no caderno de estudos da referida aluna das seguintes disciplinas: Noções de Avicultura e apicultura e Higiene e Puericultura.

Em todo o caderno encontram-se gravuras coladas de crianças, normalmente brancas, saudáveis e risonhas, como pode ser observado nas figuras 40. A articulação da figura feminina como responsável pelos cuidados com as crianças, também se faz presente em gravuras cuidadosamente coladas nas páginas que se sequeem junto aos conteúdos que devem ser estudados. O discurso sobre a função social da mulher, quer seja ela mãe, esposa ou professora pode ser observado nos ensinamentos transcritos, assim, “A educação na escola deve ser feita

FIGURA 40 - Capa da disciplina Higiene e Puericultura



Fonte: Caderno de Estudos de Helena R. Oliveira

pela professora primária que estabelece um elo entre o presente e o passado dos escolares pela influência dos seus hábitos, pois é ela que mantém completo e contínuo contato com as crianças.” (OLIVEIRA, 1953).

Desta feita, as imagens corroboram com o escrito, vê-se na figura 41 aos cuidados de uma mulher: um bebê. A vinculação da figura feminina como mãe e/ou professora, vai se delineando como tarefa social e de responsabilidade patriótica. Para tanto, era necessária uma instrução com base científica, na qual investia na função da professora primária com o objetivo de garantir determinadas ações visando fomentar hábitos, atitudes e conhecimentos necessários à manutenção de um ambiente e corpo saudáveis. Estava em jogo não só a função social da professora, mas acima de tudo da mulher.

FIGURA 41 - Mulher cuidando de bebê



Fonte: Caderno de Estudos de Helena de Oliveira.

O discurso em todos os pontos de estudo leva a função da mulher, mãe e professora como responsável pelo sucesso da juventude saudável.

A professora para manter eficiente seu trabalho deve compreender quanto vale a própria saúde, e dos métodos para defende-la e revigora-lo, corrigir todos os defeitos físicos, hábitos, atitudes físicas e mentais bem desenvolvidas etc e de outro lado comitantemente, devem pensar na saúde dos escolares. (OLIVEIRA, 1953).

Essa preocupação com a saúde das crianças já era defendida como aspecto significativo no espaço da escola. Nessa direção, os médicos procuraram impor uma educação

física, moral, intelectual, inspiradas nos valores sanitários da época. Encontramos uma citação no caderno de estudos de Helena Rodrigues de Oliveira, que indica a necessidade de ser ter este cuidado:

Atualmente para proteção da prole, com a finalidade de obtermos uma descendência sadia, temos a orientação científica e higiênica, a eugênica que por meio de métodos práticos especializadas, nos permitem a felicidade de uma descendência feliz e sadia. (OLIVEIRA, 1953).

Segundo os eugenistas o maior problema que a sociedade enfrentava era a doença, entendiam que a mesma, “[...] aprofunda gradualmente as reparações sociais 1º porque empobrece [...] sob sua multiciplidade de aspectos e causas, vai modificando o homem no físico, na capacidade de trabalho, na vida social, cortando fundo o patrimônio hereditário pondo barreiras a livre manifestação das aptidões de cada um. (OLIVEIRA, 1953). Portanto, deveria as autoridades preocuparem-se com as doenças que levavam as pessoas a deixarem de produzir, a diminuir os índices de mortalidade infantil, de contágios de doenças e potencializar a procriação de pessoas sãs. Para uso didático identificamos o exemplo utilizado no caderno de estudos de Helena Rodrigues de Oliveira, o qual, nos apresenta a seguinte justificativa:

Nascem em um lugar, suponhamos, mil crianças no mesmo dia. Nascem, digamos em igual condições de saúde e de vida social. Crescem, passam vinte anos, indague-se, então, o que é feito dessas mil criaturas que devem estar hoje com vinte anos. A primeira constatação é que nem todas responderam ao chamado. Das mil crianças nascidas no mesmo dia, menos de 700 sobreviveram, tendo ficado em caminho mais de 300 mortas, principalmente, no 1º ano de vida. Dos vivos, uns estão ricos, pelo trabalho próprio ou dos outros, outros pobres com todas as consequências da pobreza. Uns frequentaram a escola, cultivaram-se, tiravam da sua inteligência tudo quanto podia dar. Outros permanecem na ignorância. Alguns se acharão no hospital, inválidos para sempre no asilo de alienados, no sanatório de tuberculosos, no asilo de haseniasianos, na colônia correccional ou estendendo a mão à caridade pública. Indaga-se a história de cada um dos vencidos, foi a doença, em grande parte, a responsável pelo malogro. (OLIVEIRA, 1953).

Para mudar o cenário essa realidade uma das ações implementadas no país foi a introdução dessa discussão no ensino normal. No Brasil o Curso Normal Regional regido pelo Decreto Lei n. 8530 – de 2 de janeiro de 1946, contemplava esta discussão com a disciplina Noções de Higiene que deveria ser ministrada no 4º e último ano do curso. Na Paraíba, depois da criação e implantação da Lei n.830, de 02 de dezembro de 1952 essa discussão passou a ser ministrada na disciplina Higiene e Puericultura, também no 4º ano. De uma forma geral, no Ensino Normal na Paraíba os professores deveriam organizar os conteúdos escolares em pontos, inclusive alguns livros encontrados também o faziam como é o caso de Serrano (1953). Os

pontos eram explorados em sala de aula, normalmente de forma expositiva pelo professor, como foi o caso do Curso Normal Regional de Mamanguape, apresentado anteriormente. No dia da prova, um ponto era sorteado e as alunas deveriam responder as questões de forma escrita. Caso não fossem aprovadas, iriam fazer a prova final oral. O Caderno de Estudo da aluna Helena Rodrigues Oliveira estava organizado da seguinte forma: primeiro os conteúdos – pontos de Puericultura, conforme pode ser observado no quadro 14:

QUADRO 14 – Pontos de estudos da disciplina Higiene e Puericultura

DISCIPLINA: HIGIENE E PUERICULTURA		
Ponto	Título	Sub- título
I	Puericultura	Objetivo, divisão (pré-concepcional, pré-natal e extra-uterina) e importância
II	Infância	Divisão em períodos, caracteres principais em cada período
III	Preparativos antecipados ao nascimento do bebê	Enxoval – quarto e farmácia do bebê Quarto da criança
IV	Recém-nascido	Caracteres anatômicosfisiológicos, primeiros cuidados e atitudes
V	Prematuro e débil congênito	Cuidados especiais que requerem Alimentação
VI	O peso e a estatura, atitudes e movimentos de acordo com a idade	Peso, estatura, crescimento estatural Movimentos
VII	Amamentação materna	Vantagens, amamentação mercenária Cuidados, composição química do leite materno, duração das mamadas

Fonte: Caderno de Estudos de Helena de Oliveira.

Vejamos que a Puericultura se destina a estudar e “solucionar os possíveis problemas” antes mesmo da gestação ocorrer de fato.

É destinada a cuidar dos indivíduos antes de servirem para a procriação, são por exemplos os exames eugênicos, pré-nupciais, que tem a finalidade primordial os casamentos entre doentes ou indivíduos portadores de taras que possam prejudicar a saúde física ou mental de futuros rebentos humanos. (OLIVEIRA, 1953).

A preocupação com a saúde da população voltava-se, principalmente, para otimizar o número de pessoas que nascessem saudáveis, incluindo ao casamento, por exemplo, a responsabilidade de uma procriação de pessoas aptas, assim encontramos a seguinte afirmação

no caderno de estudos de Helena Rodrigues de Oliveira “O casamento não é uma licença para o amor, mais um meio de ligação permanente de pais em benefício da prole.” (OLIVEIRA, 1953). Diante desta perspectiva, segue os direcionamentos que dever ser seguidos pelos jovens que queira gerar filhos sem problemas de saúde:

A finalidade do matrimônio é a conservação da espécie, para que esse fenômeno se realize dentro das normas da higiene é necessário o concurso de dois fatores: saúde dos pais; segundo idade para existência de filhos a termos e sadios. (OLIVEIRA, 1953).

No Brasil, foram feitas várias campanhas tanto de esclarecimento da eugenia, como de persuasão a respeito de seus benefícios. Os argumentos vinham confirmar a aspiração nacionalista de "ordem e progresso": uma nação só poderia progredir se tivesse um povo saudável. Sabemos que este pensamento trouxe para a humanidade a terrível experiência de eliminação de indivíduos indesejáveis, que culminou na perseguição e execução dos judeus pelos nazistas. A esterilização obrigatória de criminosos e dementes e o controle de casamentos por meio de exames pré-nupciais, também se apresentou como um caminho a ser seguido. Por último, a eugenia preventiva, que se constituía propriamente na higiene da raça e preocupava-se com a puericultura, a educação sexual e a orientação pré-natal, esta última adotada, inclusive no Ensino Normal do país.

Partindo-se desses preceitos, foi proposta uma política eugênica que deveria considerar a espécie como um todo e não a unidade ou o indivíduo. Os eugenistas se preocuparam com o casamento por estarem envolvidos por suas crenças de aperfeiçoamento da raça humana, discutiam, entre outras coisas, as melhores medidas para se evitar as uniões indesejáveis e, como vimos, o exame pré-nupcial figura entre as mais cotadas. Apesar de ser esta, a proposta mais discutida no âmbito das políticas públicas e no legislativo, a questão envolvendo casamentos consanguíneos e exames pré-nupciais foi se definir somente no início da década de 1940, onde ficou permitido o casamento entre parentes de até terceiro grau, contanto que se submetessem ao o exame pré-nupcial.

Em relação ao mundo escolar formou-se uma tentativa de identificar os espaços destinados às crianças consideradas sãs e a imposição de medidas eficazes no sentido de coibir os avanços das epidemias na cidade, o que implicava na incorporação pelas crianças de hábitos higiênicos. Nesse sentido, seriam as professoras responsáveis por essa dinâmica escolar, assumindo o papel de mulheres cuidadoras.

Seguindo nesta mesma lógica, no caderno de estudos da professora Helena Rodrigues de Oliveira, depois de registrados os pontos de Puericultura identificamos os conteúdos de Higiene, conforme pode ser analisado no quadro 15, da seguinte forma:

QUADRO 15 – Pontos de estudos da disciplina Higiene e Puericultura

DISCIPLINA: HIGIENE E PUERICULTURA		
Ponto	Título	Sub- título
I	Higiene	Objeto de estudo, definição, divisão
II		Higiene pessoal
III	Asseio corporal	Cabeça, rosto, a boca, a curado zelo com os dentes
V	O vestuário	
VI	Respiração	Aparelho respiratório, ar confinado, ar livre, cubagem, asfixia
VII	Alimentação	O excesso de alimento, escassez dos alimentos, tóxicos dos alimentos, intoxicação alimentar, Infecções, infestações – tétano e triquina
VIII	Higiene Mental	Higiene mental no infante e no pré-escolar, Higiene mental na escolaridade
IX	Higiene Mental na adolescência	O estudo e a Higiene mental
X	Intoxicações voluntárias	Alcoolismo Tabagismo, morfismo, ópio
XI	Higiene da habitação	Insolação, ventilação, iluminação, provisão d'água
XII		A vida na cidade e no campo
XIII	Agentes mórbidos	Bacilos, Bacilos de Koch, Bacilo de Hansen, Bacilo de Pjeijer, Bacilo de Antracis, Vibrião, Esperilo
XIV	Doenças e estados alérgicos	
XV	Desigualdades	Desigualdades mórnicas, funcional, psíquicas e social
XVI	Matrimônio e família	
XVII	Eugenia	

Fonte: Caderno de Estudos de Helena de Rodrigues de Oliveira.

Percebemos que todos os conteúdos registrados neste Caderno de Estudos são compilados de outros materiais, acontece que nos registros não encontramos referências de onde foram retiradas tais informações. Autores como Francis Galton, Alfred Chales e Adolphe Pinard, são citados nestas compilações. Mesmo que sejam citações incompletas de seus nomes, conforme pode ser observado abaixo, a qual define Puericultura:

Para Galton, é a parte da ciência médica que se ocupa a cultivar a vida e a saúde das crianças, para que elas cheguem ao mundo fortes e sadias, cresçam normalmente amparando-as contra os múltiplos períodos que as ameaçam em consequência de ação maléfica dos fatores ambientais e sociais. (OLIVEIRA, 1953).

Na concepção de Francis Galton, a eugenia era a ciência que lidava com todas as influências capazes de melhorar as qualidades inatas de uma determinada raça. Desta feita, um grupo de médicos, com opiniões nem sempre convergentes, se mobilizaram para os estudos eugênicos e em larga escala mobilizaram ações que se destinavam a esta ideia comum. Sendo assim, recomendavam: de prevenção do alcoolismo e das doenças venéreas, principalmente para os homens e a orientação de cuidados de higiene, especialmente para as mulheres. Desta feita, segue-se nos ensinamentos do caderno de estudos de Helena Rodrigues de Oliveira críticas a mãe que desconhece as regras de higiene e de como a mesma deve proceder para o bem da saúde da criança. Vejamos um deles:

Muitos males que atingem os lactentes são oriundos da falta de cuidados higiênicos, provocados pela mãe ignorante que alimenta o filho toda vez que chora, perturbando dêsse modo as funções digestivas deste e ainda inculcando um mau hábito que futuramente poderá ser dominado, mas com violência. (OLIVEIRA, 1953).

Das ideias defendidas pelos eugenistas, uma que ganhou espaço no país foi a importância de fundamentar progressivamente, de acordo com a idade e o desenvolvimento intelectual das mulheres, as questões mais importantes da puericultura, pontuando para a formação de professoras primárias uma nova dimensão da função feminina na sociedade: esposa, mãe e professora instruídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação, a partir da perspectiva das instituições educativas vislumbra novos resultados na construção da história local, na qual novas formas de questionar se cruzam com a diversidade dos contextos e, simultaneamente, à especificidade dos modelos e práticas educativas, permitindo a construção de um processo histórico que confira uma identidade em cada instituição educativa estudada. Neste sentido, o Curso Normal Regional de Mamanguape está inserido no embate entre as proposições oficiais e as ações dos sujeitos que configuravam o cenário educacional desta instituição, o que resulta nas apropriações do projeto educacional elaborado via o sistema de ensino, em vigor, por diretores, docentes e discentes e outros componentes desta comunidade escolar são suas práticas, sejam elas singulares os díspares, são nosso objeto de estudo.

A Paraíba contava em 1956 com 24 instituições na rede de ensino normal, 13 de 1º ciclo (Curso Normal Regional) e 11 do 2º Ciclo (Escola Normal), destes um era o Instituto de Educação da Paraíba, única oferecida pelo Estado, todas as demais eram de iniciativa privada. Incidia uma estruturação no ensino paraibano, e, a discussão, criação e implantação de leis que regimentavam o ensino normal no estado, eram a tônica nos espaços de discussões públicas (como nos jornais) e na comunidade escolar (em relatórios, atas e ofícios). Ocorria uma efervescência de ideias em discussão neste contexto, ao mesmo tempo que estavam sendo colocadas em prática. Entre as leis nº608, de 13 de novembro de 1951, que reestruturou a carreira de inspetor técnico de ensino; nº722, de 4 de janeiro de 1952, que criou a Superintendência do Ensino Normal; nº867, de 30 de dezembro de 1952, organizou o quadro docente do Instituto de Educação; nº1172, de 28 de março de 1955, criou 55 cargos de inspetores educacionais; nº1376, de 12 de dezembro de 1955, efetivou os professores fundadores das cadeiras existentes na Escola de formação de Professores, foi a Lei n.850, de 02 de dezembro de 1952, que corresponde à lei Orgânica do Ensino Normal da Paraíba que efetivou um número maior de mudanças no cotidiano escolar, embora, não tenhamos percebido deveras mudanças nas práticas escolares.

O resultado dessa pesquisa, com recorte temporal de 1949 (ano de fundação do Curso Normal Regional de Mamanguape, pelo Decreto nº. 151, de 24 de março de 1949) a 1957, ano de conclusão da última turma concluinte, confirma a tese de que a criação e instalação deste curso foi um processo inicial de um movimento de renascimento econômico e cultural

do município, desenvolvido por um grupo da elite social mamanguapense, destacando o caráter redentor da educação, visto como um meio de ascensão e controle social.

A formação docente organizada para as futuras professoras primárias, estava também imbuída da função social da mulher como esposa e mãe responsável pelo bem-estar da criança e do adulto, alegria da casa e segurança de uma pátria forte. Neste sentido, prevalecia na base curricular e nas práticas escolares uma formação geral com forte influência do higienismo e de uma “formação geral” que se organizava, na prática, para prepararem as moças para o casamento e/ou para cuidar das crianças em idade escolar, deixando as disciplinas norteadoras das concepções pedagógica em segundo plano.

O número maior de mulheres como alunas, há que se dizer, que quase totalitário, é perceptível não só como algo típico do curso neste município, mas, em todo o território paraibano. Entretanto, apesar de apresentados uma inversão quanto aos cargos de direção e de docentes, sendo estes a maioria masculinos, observamos que as fiscais de governo que atuaram nesta instituição foram todas mulheres, o contrário da maioria dos demais cursos paraibanos, que estavam funcionando no estado, no mesmo recorte temporal. O fato é que os cursos normais regionais atrelados a Igreja Católica, tinham uma gestão, normalmente feminina, à cargo das irmãs (freiras e mães) e uma fiscalização normalmente masculina (padres)

A dificuldade de localizar fontes sobre as mulheres professoras e inspetoras que ali exerceram suas atividades: Rosinha Arcoverde Nicodemos (Trabalhos Manuais, Noções de Agricultura e Jardinagem e Noções de Avicultura e), Cristina Arcoverde (Didática e História do Brasil) Flávia Moribundo (Trabalhos Manuais e Economia Doméstica), Benedita Lins (Trabalhos Manuais e Economia Doméstica), Julieta Maia (Desenho), Olga Ramos (História do Brasil e Pedagogia), Dulce Montenegro, Geralda Cavalcante e Anna Cavalcante de Albuquerque (Inspetoras) são os membros feminino do quadro docente e técnico desta comunidade escolar, sobre estas, poucas informações foram localizadas. Esta realidade nos indica que no caso do Curso Normal Regional de Mamanguape ainda podemos afirmar que existe uma invisibilidade feminina e também, apresentam-se como objetos de pesquisa a serem explorados, apontando na direção da metodologia da História Oral como caminho privilegiado de chegar a estes sujeitos históricos, visto que não encontramos registros escritos sobre as mesmas, o que não acontece com a maioria dos atores homens partícipes deste educandário. Outro elemento importante a ser observado na participação feminina neste espaço educacional, é a presença das mulheres inspetoras no cenário

paraibano deste momento histórico. Estão elas em minoria, ao redor de homens e quase todos envolvidos com a Igreja Católica

Apontamos também, que no caso mamanguapense, apresenta-se uma descaracterização deste curso ao que se refere à Educação Rural, um dos princípios norteadores da legislação que a precede, a qual, pregoava que esta instituição deveria conduzir a formação pedagógica para a criação de uma consciência rural, vinculada a ideia de fixação das pessoas ao solo. Não encontramos vestígios de que esta formação tenha encontrado na prática, solidez e constituição de formação pedagógica rural, salvo, nas disciplinas Noções de Agricultura e Jardinagem e Noções de Avicultura e Apicultura, estipuladas na nova organização legislativa estadual com base na Lei n. 8 530 de 02 de dezembro de 1952, que corresponde a Lei Orgânica do Ensino Normal da Paraíba.

Observamos que nem a organização física da instituição, nem a condução pedagógica não davam ênfase a uma formação pedagógica rural. Para ministrar tais disciplinas a professora Hercília Rodrigues Coelho, chegou a fazer um curso específico em Recife na Escola Aníbal Falcão, uma escola modelo de educação rural. Entretanto, a mesma relata que eram trabalhados em sala de aula apenas aspectos teóricos sem vinculação prática, já que não tinha na escola estrutura para tal. Entendemos que grupo sócio fundador desta instituição, tinham como objetivo garantir um educandário que oferecesse um espaço educativo voltado ao ensino secundário, tão carente no município e não se envolveram nesta temática.

Na medida, que buscavam agregar a esta instituição o Curso Ginásial e outros profissionalizantes, a demanda por um curso secundário que preparassem os jovens para os exames vestibulares ganhou o interesse dos mesmos, em detrimento do curso magistério, que devido a variados fatores sofreu por um processo de desprestígio profissional, especialmente pelo baixo rendimento salarial e a facilidade de ingresso como professor primário, por pessoas sem a habilitação específica. Além disso, nenhum dos sócios fundadores tinham perfil e formação pessoal de cunho rural, e, neste caso, constituíram na instituição uma escola com características urbana.

A relevância educacional do Curso Normal Regional de Mamanguape acenava naquela época para diferentes elementos, ora inovadores e ora conservadores, sobretudo nas políticas educacionais do Estado que optou pela expansão do Ensino Normal, por meio dos cursos de Primeiro Ciclos em prejuízo de uma efetiva rede de Escolas Normais. Entre outros, destacamos os esforços de diferentes direções no sentido de disseminar a consciência da

importância social da profissão do professor, tendo naquele município a Escola Normal Regional assumido essa incumbência. Desse modo, o Curso Normal Regional de Mamanguape criou e consolidou a formação docente no Litoral Norte paraibano, contribuindo para a disseminação da cultura pedagógica e as inovações técnicas e científicas específicas ao ato educativo e ao papel que o professor desempenha no exercício do magistério. Assim, a relevância educacional do Curso Normal Regional de Mamanguape assentava-se por ser essa, a única instituição formadora de professores primários da cidade e por congregar estudantes de municípios vizinhos, o que corroborava para que os professores formados por essa instituição passassem a atuar não só nas escolas de Mamanguape, mas também em instituições de ensino de distintas localidades das cidades circunvizinhas.

Para futuras pesquisas, visto que desejamos continuar nesta caminhada, levantamos alguns interesses que esta pesquisa nos proporcionou: as figuras femininas citadas anteriormente seguem como principal interesse de estudo. Mas, alguns personagens masculinos nos chamaram a atenção por assumirem cargos e posturas diante o ensino normal no estado paraibano, ainda pouco estudados, como é o caso do diretor do Instituto de Educação da Paraíba, à época: Afonso Pereira da Silva e um dos sócios fundadores: José Pedro Nicodemos, este último além de ter sido o idealizador e aglutinador dos demais fundadores do Instituto Moderno, foi professor e diretor do Curso Normal Regional de Mamanguape durante os seus primeiros cinco anos, trouxe para o educandário um sopro dos fundamentos escolanovistas, sendo ao nosso entender, neste anos que o professor iniciou sua aproximação com esta corrente de pensamento e nos anos seguintes o mesmo foi aprofundando tais conhecimentos, chegando a fundar em co - participação uma escola que se dedicou a trabalhar com o Método Montessori.

Conforme já ilustrado, não compreendemos que o Curso Normal Regional de Mamanguape assumiu a perspectiva escolanovista em suas práticas, apenas percebemos que o professor José Pedro Nicodemos foi um defensor desta corrente do pensamento pedagógico e apresenta-se, ao nosso entender, como uma figura que merece estudos posteriores, visto o acervo encontrado sobre o mesmo.

Por fim, esperamos que as evidências aqui apresentadas acerca das práticas escolares do Curso Normal Regional de Mamanguape (1949-1957) tenham dado conta de reconstituir uma parte da história desta instituição e da história da educação paraibana, que ao mesmo tempo possa motivar outras pesquisas tanto sobre a mesma temática, quanto a

história das instituições escolares, proporcionando novos olhares contraditórios ou não ao fazer pedagógico dessas instituições.



REFERÊNCIAS

- ALBERTTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSSKY, Carla Bassanezi.(Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. (155-202).
- ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. **História da freguesia de Mamanguape**. João Pessoa/PB. A União, 2010.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Dermerval. (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2006.
- _____. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo: Campinas; Autores Associados. 2007.
- _____. As professoras no século xx: as mulheres como educadoras da infância. In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação Escolar em Perspectiva Histórica**. PUC/Paraná,2004.<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/482.pdf> Acesso em: 12 dez. 2015.
- _____. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998
- ALITA, Academia de Letras de Itabuna -BA , 2013. Disponível em: <http://www.academiadeletrasdeitabuna.com.br/2013/08/raridade-literaria-o-livro-crestomatia.html> Acesso em: 10 out. 2015.
- ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão, VASCONCELOS, Severina Maria Oliveira de. Mamanguape, **150 anos: uma cidade histórica**. Mamanguape – PB. Prefeitura Municipal de Mamanguape, 2005. 154 p.
- ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola normal na Parahyba do Norte: movimento e Constituição da formação de professores no século XIX**. 2010. 319 f. Tese (Doutorado em Educação)- Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. LOPES, Antônio Pádua Carvalho. (Org.). **As escolas normais no Brasil: do império à república**. Campinas, SP. Editora Alínea. 2008.
- AVELAR, Alexandre de Sá. **Oralidades: Revista de História Oral**, N. 2 – jul-Dez/2007.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.) **Culturas Escolares, saberes e práticas educativa: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEZERRA. Edileuza Raquel do Nascimento. **Educação Contábil no Vale doMamanguape: Escola Técnica de Comércio Carlos Dias Fernandes**

Mamanguape/PB. Monografia (Graduação) , Universidade Federal da Paraíba, CCAE, Mamanguape, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 1930. Tradução: Maria Helena Kuhne – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, Decreto Lei Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: (falta colocar a data).

BRESSAN, Renan Gonçalves. Urbanização e escolarização nos estudos sobre instituições escolares. In: **Revista Brasileira de História da Educação/ Sociedade Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP: SBHE, 2001.

BURKE. Peter **A Escola dos Annales** (1929-1989): a revolução Francesa da historiografia? Peter Burke. Tradução Nilo Odália – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **O que é História Cultural?** (Tradução Sérgio Goes de Paula) 2ª ed. Ver. E ampl. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008

_____. Abertura a nova história, seu passado e seu futuro. In: Burke, Peter (Org). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo. Ed. UESP. 1991. P.95-113

CAMACHO, Vania Cláudia da Gama. Júlia Nóbrega – história de vida de uma professora de piano. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”** UFPB – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5 Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.40.pdf Acesso em: falta colocar?

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHAMON, Magda. **Trajetórias de feminização do magistério:** ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica. FCH – FUMEC, 2005.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. In: **Material para palestra no VII Curso de Extensão Para Ler Bourdieu com Roger Chartier.** Instituto Ricardo Brennand. Recife- PE. 14 a 17 de agosto de 2013.

_____. **A história Cultural:** entre práticas e representações. Tradução por Maria Manuela galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. In: **estudos avançados.** Campinas: Unicamp, 11(5), 1991. p.173-191.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, a Fênix Paraibana**. Campina Grande. GRAFSET LTDA, 1986.

_____. LINS, Sebastião Alves. **Mamanguape: minha terra**. Estudos Sociais. Edição ilustrada. Editora gráfica J.B.LTDA. João Pessoa. PB. 1992.

CRISPIM, Shirley Regina Azevêdo. **O Progresso Educacionalna Paraíba: O Instituto de Educação (1935-1939)**. Dissertação. CE/PPGE/UFPB, 2012

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação de publicações. 1970

FARIAS, Raquel Soares de. **A centralidade de Mamanguape(PB) e sua relação com as cidades pequenas do litoral norte paraibano** / Raquel Soares de Farias.- João Pessoa, .Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN, 2013.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. Apresentação. IN. **Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913), SHALMON, Carla Simone**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2008.

_____. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In, BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org). **Culturas escolares e práticas educativas: itinerários históricos** . São Paulo: Cortez, 2007.

FÉLIX JÚNIOR, Luiz Antônio. MORAIS, José Jessuipe da Silva. **Ensino Comercial No Vale Do Mamanguape - PB: Um Olhar Sobre Duas Instituições Educativas De Ensino Contábil (1958-1997), Circuitos e Fronteiras da Historia da Educacao no Brasil**. UFMT. Cuiabá-MT, 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07> Acesso em: falta colocar?

FERREIRA, Marieta de Moraes, ABREU, Alzira Alves de. (Orgs) . **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral** .Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 316 p. il. Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br> Acesso em: falta colocar?

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte**. TeseUFPB/CE/PPGE.2012 Disponível em http://www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno/PDF/2012_dout_cristiano_ferronato.pdf . Acesso em: 20 mai. 2015

FOULQUIÉ, Paul. **As escolas novas**. São Paulo: Cia Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica. Série Atualidades Pedagógicas, v. 55, 1952.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História da Educação e História Cultural**. In. VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de Lima. (Orgs.). História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FORQUIN, Jean – Claude. **Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais**. Teoria e Educação, n. 5, pp. 28-49

FREIRE, Carmen Coelho de Miranda. **História da Paraíba** (Para uso didático). 1878-1978. 2 Ed. UNIÃO Cia Editora. João Pessoa –PB. 1978.

GARCEZ, Lourdes. **Professora Nena Garcez e eu**. 2. Ed. 2010.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Tradução Maria Betânea Amoroso. São Paulo: Companhia da Letras, 2006

GONÇALVES, Irlen Antonio. FARIAS FILHO, Luciano Mende de. História das Culturas e Práticas Escolares: Perspectiva e desafios teórico-metodológicos. In. **A cultura escolar em debate: Questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. SOUZA, Rosa de Fátima de. VALDEMARIN, Vera Teresa. (Orgs). Campinas, SP. Autores Associados, 2005.

_____. **Cultura Escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891/1918)**- Belo Horizonte: Autêntica FCH- FUMEC, 2006.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1. pp. 10-11, 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej, SANTOS, Erinalva Lopes dos; SOUZA, Rachel Luzia Silva Trinta de. **Poder Político e Educação na Primeira República: o caso da Escola Normal da Paraíba**. *Atas do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Vol. 2. São Paulo: FEUSP, 2000.

_____. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870- 1910). In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez.1998. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/196/197>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

_____. O currículo da Escola Normal: feitio e tendências. In: CONGRESSO LUSOBRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação, 6., 2006, Uberlândia. Anais eletrônicos.Uberlândia: UFUS ,2006. Disponível em: <www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/337>. Acesso em: 20 nov. 2011.

_____. Formação Docente na Escola Normal da Paraíba. In. **História da profissão docente no Brasil**. SIMOES, Regina Helena Silva, CORREA, Rosa Lydia Teixeira, MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos Mendonça. (Org.). Vitória: EDUFES, 2011.

_____. José Batista de Mello e a Reforma da Educação da Paraíba. In. **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920-1946)**. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. (Orgs) campinas/SP. Autores Associados; Uberlândia/MG: EDUFU, 2011.

MOURA, Fernando. Jackson do Pandeiro: o rei do ritmo. São Paulo: Ed.34, 2001. In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”** UFPB – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5 Disponível em:
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.40.pdf
 Acesso em: falta colocar?

LACERDA, Lílian de. **Álbum de leitura**: memória de vida, histórias de leitores. São Paulo. Editora UNESP, 2003.

LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. **O ensino público na Paraíba**. Síntese Histórica da Secretária da Educação. João Pessoa- PB, A União Superintendência de Imprensa e Editora, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LIMA, José Fernandes de. Discurso. In: **José Pedro Nicodemos**: cidadão Paraibano Discurso pronunciado em Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa, quando da entrada do título de cidadão paraibano ao professor José Pedro Nicodemos,1981.

LOPES, Eliane Marta Teixeira ; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro . DP&A 2001.

_____. Pensar Categorias em História da Educação e Gênero. IN. **Projeto História**. São Paulo . 11 de novembro de 1994. p.19 -24.

LOPES, José Loureiro. Apresentação.(In) LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. **O ensino público na Paraíba**. Síntese Histórica da Secretária da Educação. João Pessoa- PB, A União Superintendência de Imprensa e Editora.1986.

LOPES, Gonçalo Ferreira. **Páginas do destino**: Homenagem póstuma a José Castor do Rego, Coronel da Polícia Militar da Paraíba.Coleção Mamanguape. UNIGRAF. João Pessoa. PB. 1989.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista. 3ª ed. Editora Vozes. 1991.

_____. Mulheres na sala de aula. In. PRIORE, Mary Del. (Org.) **História da das mulheres no Brasil**. São Paulo. Contextos. 1997.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. In: **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. XX, n. 52, p.61-104, out-dez. Disponível em:
<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/192> Acesso em: falta colocar data?

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAMANGUAPE, Lei n.228 de 09 de novembro de 1988, sancionada pelo prefeito constitucional Gustavo Fernandes de Lima.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, **Revista HISTEDBR** On-line, 1932. Disponível:
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf Acesso em: falta colocar data?

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Marileide Maria de. A tardia profissionalização do magistério. In: DIAS, Adelaide Alves Dias; MACHADO, Charliton José dos Santos & NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Educação, direitos humanos e inclusão social**: currículo, formação docente e diversidade socioculturais. Vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

MELLO, José Octávio de Arruda. História e Educação numa biografia de Anísio Teixeira. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. 1992. Disponível em:
<http://www.ihgse.org.br/revistas/31.pdf> Acesso em: falta colocar data?

_____. Municipalismo e história social num livro sobre Mamanguape. In: COSTA, Adailton Coelho. Mamanguape, a Fênix Paraibana. Campina Grande. GRAFSET LTDA, 1986.

MENEZES, José Rafael de Menezes. O vestibular na capital paraibana. In: **Jornal A União**, 10 de agosto de 1956.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (Org.). **Reforma Educacionais**: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, (Coleção memória da educação), 2011.

MORAIS, Maria Arisnete de Câmara. Entre o inventário de lembranças e aproximações de similitudes. IN. **Memória acadêmica**: gênero, docência e geração/ org. Tatayana Mabel Nobre Barbosa, Maria da Conceição Passégi. Natal-RN: EDUFRN, 2011. 214 p. (Coleção pesquisa (auto) biográfica-educação); Série escritas de si.

_____. **Leituras de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte/MG Autêntica, 2002

_____. **Chicuta Nolasco Fernandes, intelectual de mérito**. Editorial A República, (Série Educação e Educadoras do Rio Grande do Norte – Vol. III). Natal-RN, 2006.

_____. **Isabel Gondim**: Uma nobre figura de mulher. UFRN/BCZM (Série Educação e Educadoras do Rio Grande do Norte – Vol. I). Natal-RN, 2003.

NICODEMOS, José Pedro. **José Pedro Nicodemos**: cidadão Paraibano. Discurso pronunciado em Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa, quando da entrada do título de cidadão paraibano ao professor José Pedro Nicodemos. 18/09/1981

_____. **Placa de homenagem Jus – Meritum**, Concedida a José Pedro Nicodemos –Instituto Moderno, Mamanguape –PB, 1974.

NUNES, Maria Lucia da Silva. **Nomes de escola**: lugar de (não) memória de mulheres? CNPQ/UFPB. Projeto de Pesquisa. 2009.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Historiografia da Educação e fontes**, Cadernos Anped. N.5. set. 1993.

O CORREIO, Jornal. 26 de dezembro de 1954.

PARAÍBA, Decreto Lei nº 850, de 06 de dezembro de 1952. **Organização do Ensino Normalda Paraíba**. Disponível em: Diário Oficial, 24 de dezembro de 1952.

_____, **Diário oficial** – Estado da Paraíba- João Pessoa – Domingo, 4 de setembro de 1949

_____, **José Pedro Nicodemos**: Cidadão Paraibano. Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa, quando da entrada do título de cidadão paraibano ao professor José Pedro Nicodemos. 18/09/1998.

_____, **Resolução 33/69**. Parecer do Conselho Estadual de Educação concedendo a equiparação do Curso Normal Regional de Mamanguape a Escola Normal de Mamanguape. Diário Oficial, 26 de outubro de 1969.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Instituições Escolares e a formação do estado nacional. In. **Trilhas da pesquisa em História da Educação**. /Cristiano Ferronato; José Jassuípe Morais; Mauricéis Ananias; Ramsés Nunes e Silva; Rosângela C. F. de Lima (Orgs). João Pessoa. Editora Universitária. 2012.

_____. SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo. **Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o Estado Novo (1937 – 1945)**. VII Congresso Brasileiro em História da Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 20 a 23 de maio de 2013

RODRIGUES, Adiel Alves. **Panorama de Mamanguape**: uma exposição histórica do município. COMUNIGRAF, Recife-PE, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: (1930/1973). Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, et al. (Org) **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba/SP; UNISO; Ponta grossa/PR: UEPG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In. ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. (Org). **As escolas Normais no Brasil**: do império à república. Campinas-SP Editora Alínea, 2008.

_____. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, (Coleção educação contemporânea), 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero**: Uma categoria útil de análise histórica. 1990

_____. História das mulheres. In. BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992.

SILVA, Maria da Conceição. **O curso Normal de 1º Ciclo em Assú/RN**. Dissertação. PPGED/UFRN. 2010.

SILVA, Afonso Pereira da. **Dos deveres e da Educação**. Editora Teone LTDA. João Pessoa – Paraíba, 1953.

SOARES, Maria Valdenice Resende. **Identidade em questão**: um novo homem? Monografia. CE/UFPB. João Pessoa, 2006.

_____. **As concepções de Gênero no olhar do (a) pedagogo (a) escolar**. Monografia. CE/UFPB. João Pessoa, 2007.

_____. **A vida profissional de Neuza Medeiros Alves**. Dissertação. CE/UFPB. 2012.

SOUSA, Maria Cleide Soares de. **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha/PB (1939-1959)**. Dissertação. PPGE/UFPB. 2012.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil. IN. **O legado educacional do século XIX**. Dermeval Saviani [et al.]. 2. Ed. rev. E ampl – Campinas. SP. Autores Associados. 2006.

SOUZA, Rosa de Fátima de, Vera Teresa VALDEMARIN (Org.) **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**. N^o 14. 2000.

TAVARES, Antônio Inocêncio. **25 anos em Mamanguape**: Revelações de Frei Inocêncio. São Severino Gráfica & Editora. Mamanguape. PB Julho de 1993.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2 eds. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Trad. De Alda Batar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª ed. Editora Universidade de Brasília. 1995.

VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa/Paula Perin Vicentini e Rosário Genta Lugli. –São Paulo: Cortez, 2009(Biblioteca básica da história da educação brasileira v.4).

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: Uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In. **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa/ Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa Valdemarin) Org. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. Prefácio. In. BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.) **Culturas Escolares, saberes e práticas educativa**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Culturas escolares**: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP. Autores Associados. 2005.

_____. Um olhar sobre os estudos de gênero em História da Educação no Brasil. In. **História da Educação – Ensino e Pesquisa**. MORAIS, Chistianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida. (Orgs). Belo Horizonte/MG. Autêntica, 2006.

VIEIRA, Eudésia. **Pontos de História do Brasil**. Segundo o Programa Primário da Paraíba do Norte. 7 Ed. Departamento de publicidade do Estado da Paraíba, 1950.

VILAR, Francisco de Assis, CAMILO, Nadígila da Silva. **Acervo José Pedro Nicodemos**: inventário bibliográfico. João Pessoa. Fundação Casa José Américo, 2012.

VIÑAO FRAGO, António. **História de la educación e história cultural**: posibilidades, problemas, cuestiones. Estudios. Revista de Educación. n. 306, págs. 245-269, 1995
Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/dctm/revista-de-educacion/articulosre306/re3060700494.pdf?documentId=0901e72b81272a99> Acesso em: 02 mai. 2015.

Fonte oral

Helena Rodrigues Bezerril, entrevistas concedidas a Maria Valdenice Resende Soares em 10 e 17 de agosto de 2010.

Hercília Rodrigues Bezerril, entrevista concedidas a Maria Valdenice Resende Soares em 10 de dezembro de 2015.

Relatórios

CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE. Convite de formatura da primeira turma concluinte. 1952

CURSO NORMAL REGINAL DE MAMANGUAPE. Relatório apresentado pelo diretor Adailton Coelho Costa sobre o ano de 1954 à Divisão de Ensino Normal da Paraíba, no ano de 1956.

CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE. Relatório apresentado pelo diretor Sebastião Alves Lins ao departamento de Estatística do ensino elementar, médio e superior do Estado da Paraíba, em 02 de maio de 1951.

CURSO NORMAL REGIONAL FRANCISCA MENDES. Regimento interno da instituição apresentado à Divisão de Ensino Normal da Paraíba, no ano de 1956.

ESCOLA NORMAL ALFREDO DANTAS. Relatório apresentado pelo diretor Severino Lopes Loureiro à Divisão de Ensino Normal da Paraíba, no ano de 1956.

ESCOLA NORMAL CRISTO REI. Regimento interno da instituição apresentado à Divisão de Ensino Normal da Paraíba, no ano de 1956.

INSTITUTO AMÉRICA. Relatório apresentado pelo diretor Djalma de Araújo Barbosa à Divisão de Ensino Normal da Paraíba, no ano de 1956.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. Relatório apresentado pelo fiscal de governo Pe. Manoel Otaviano de M. Lima das atividades, do ano de 1952.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. Relatório apresentado pelo diretor Afonso Pereira da Silva, aprovado em assembleia de professores e lavrado em Livro de Atas em 1954

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. Ofício 112 encaminhado à direção do Curso Normal Regional Santa Luzia, pelo diretor da Divisão do Ensino Normal Afonso Pereira da Silva, em 06 de outubro 1955.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. Ofício encaminhado à direção pelo diretor da Divisão do Ensino Normal Afonso Pereira da Silva, em 1956.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. Circular n.2 encaminhado às direções das instituições de ensino normal da Paraíba pelo diretor da Divisão do Ensino Normal Afonso Pereira da Silva, em 25 de abril de 1956.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. Relatório apresentado pelo diretor Afonso Pereira da Silva, aprovado em assembleia de professores e lavrado em Livro de Atas, em 23 de janeiro de 1956.

INSTITUTO MODERNO. Relatório apresentado pelo diretor Sebastião Alves Lins ao departamento de Estatística do ensino elementar, médio e superior do Estado da Paraíba, em 02 de maio de 1951

PARAHYBA DO NORTE. Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente da Província, Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 16 de outubro de 1871. Parahyba, Typ. Conservadora, 1871. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em: falta colocar a data?

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo Presidente, Exm. Sr. Doutor Esmerino Gomes Parente, em 12 de agosto de 1877. Parahyba do 223 Norte, Typ. Liberal Parahybana, 1878. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em: falta colocar a data?

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentíssimo presidente da Província, o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinária em 5 de maio de 1854. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854. Disponível em:
<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraíba> Acesso em: falta colocar a data?



APÊNDICES

Apêndice A- Roteiro de entrevista

Helena Rodrigues Bezerril - entrevistas concedidas à Maria Valdenice Resende Soares, em 10 e 17 de agosto de 2010.

PARTE I

ORIGEM E FAMÍLIA

Onde e quando nasceu?

Qual a história da origem de sua família ?

Quantos irmãos formam a sua família?

Como eram as brincadeiras de infância da época?

Qual era a profissão dos seus pais?

Como foi sua infância?

PARTE II

ESCOLARIZAÇÃO

Onde e com quem você se alfabetizou?

Quais as lembranças que você tem da professora?

Quais as lembranças que você tem do material utilizado em sala de aula?

Como eram feitas as avaliações?

Que castigos eram adotados pelos (as) professores (as)?

Quais as experiências lhe marcaram mais?

PARTE III

FORMAÇÃO NO CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE

Onde e quando iniciou sua formação no magistério?

Qual era o material didático mais utilizado na escola da época?

Quais as disciplinas que estudou?

Que lembranças têm dos (as) professores (as) e das disciplinas?

Como era o sistema avaliativo?

Apêndice B- Roteiro de entrevista

Hercília Rodrigues Bezerril - entrevistas concedidas à Maria Valdenice Resende Soares, em 10 e 17 de agosto de 2010.

PARTE I

ALUNA DO CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE

Quais os motivos lhe levaram a estudar no Curso Normal Regional de Mamanguape?

Estudou quais disciplinas e com que professores?

Que livros ou textos foram utilizados nas aulas?

Qual disciplina gostava mais?

Qual disciplina não gostava?

Como eram as avaliações?

Quais as lembranças que tem do Curso Normal Regional de Mamanguape?

Como eram desenvolvidas as atividades de Educação Física?

PARTE II

SECRETÁRIA DO CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE

Quais eram suas atividades enquanto secretária?

Que lembranças têm dos dias que vivenciou como secretária?

PARTE III

PROFESSORA DO CURSO NORMAL REGIONAL DE MAMANGUAPE

Quando começou a lecionar no Curso Normal Regional de Mamanguape?

Que disciplina lecionou?

Qual o material utilizou?

Apêndice C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE-UFRN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Esta pesquisa tem como título **Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social**, foi desenvolvida por **Maria Valdenice Resende Soares** para obtenção do título de doutora em educação no Programa da Pós – Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da **Prof. Dr^a Maria Arisnete Câmara de Moraes**.

Tem como interesse compreender as práticas escolares desenvolvidas ao longo da trajetória educacional desta instituição, através dos dados coletados sobre a mesma: fontes iconográficas, documentais e relatos de ex-alunas. Busca-se com este estudo, contribuir com a construção escrita da história da educação paraibana, e em especial, a da cidade de Mamanguape.

Solicitamos sua colaboração ao conceder entrevistas, fotografias e autorizar para análise, sendo possível elemento de construção da tese supracitada, artigos acadêmicos, publicação de livros e catalogação de material para consulta livre para esta pesquisa e de outros pesquisadores (es).

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária, as informações cedidas pelos entrevistados serão divulgadas com o respectivo consentimento e a pesquisadora responsável, estará à disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa de pesquisa.

Agradecemos sua valiosa contribuição para este estudo e para a construção escrita da história da educação paraibana, e em especial, a da cidade de Mamanguape.

Maria Valdenice Resende Soares

Valdenicejp@hotmail.com

(83) 988794043

Data:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE-UFRN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Conforme informações expostas sobre a tese que tem como título **Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social**, desenvolvida por **Maria Valdenice Resende Soares**, declaro estar ciente do termo de esclarecimento da referida pesquisa, dou meu consentimento para participar da mesma e para publicação dos materiais e das entrevistas cedidos por mim. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Henriette Rodrigues Coelho

Assinatura do participante da pesquisa

Data: 01/05/2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE-UFRN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Conforme informações expostas sobre a tese que tem como título **Curso Normal Regional de Mamanguape/PB (1949 – 1957): educação redentora para ascensão e controle social**, desenvolvida por **Maria Valdenice Resende Soares**, declaro estar ciente do termo de esclarecimento da referida pesquisa, dou meu consentimento para participar da mesma e para publicação dos materiais e das entrevistas cedidos por mim. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Denise Fernandes Rodrigues Hermínio

Assinatura do participante da pesquisa

Data: